



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA

CARLOS HENRIQUE PARENTE SOUSA

TENSÕES DISCURSIVAS NA WIKIPÉDIA:
Um estudo de caso acerca da construção do verbete "Dilma Rousseff"

FORTALEZA
2011

CARLOS HENRIQUE PARENTE SOUSA

TENSÕES DISCURSIVAS NA WIKIPÉDIA:
Um estudo de caso acerca da construção do verbete “Dilma Rousseff”

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Publicidade e Propaganda, sob a orientação do Prof. Dr. Francisco Paulo Jamil Almeida Marques.

FORTALEZA
2011

CARLOS HENRIQUE PARENTE SOUSA

TENSÕES DISCURSIVAS NA WIKIPÉDIA:

Um estudo de caso acerca da construção do verbete “Dilma Rousseff”

Esta monografia foi submetida ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida desde que feita de acordo com as normas da ética científica.

Monografia apresentada à Banca Examinadora:

Prof. Dr. Francisco Paulo Jamil Almeida Marques (Orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. José Riverson Araújo Cysne Rios (Membro)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Ricardo Jorge de Lucena Lucas (Membro)
Universidade Federal do Ceará

FORTALEZA
2011

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha amada família e a Maria Amélia Lopes do Amaral, mãe do meu grande amigo Daniel, que recentemente nos deixou para viver na eternidade.

AGRADECIMENTOS

Sem dúvida reconheço que sozinho e sem a presença, ajuda e incentivos de muitas pessoas importantes que passaram ou fazem parte da minha vida não teria conseguido chegar aqui. Todos tiveram uma importância especial na minha longa caminhada.

Primeiramente gostaria de agradecer, com todo afeto, carinho e amor, à minha grande mãe. Seu grande caráter como pessoa e amiga são exemplos a serem seguidos por mim pelo resto da minha vida. Nos momentos de paz ou guerra tristeza ou alegria tive sempre o seu ombro companheiro para me confortar e ajudar.

Também sou muito grato as minhas irmãs Telma e Selma, pelas ajudas, conselhos e companheirismos. Ao meu pai pelo apoio na minha educação incentivando a leitura de jornais, revistas, livros e enciclopédias.

Agradeço ao nobre pesquisador, professor e orientador Jamil, pessoa fundamental para o desenvolvimento do meu tema e à conclusão da minha monografia. Não existem palavras para descrever o quanto sou grato pela sua valiosa ajuda, força, respaldo e dedicação incondicional na orientação. Na verdade foram valiosos momentos de aprendizagem.

Ao Grupo de Pesquisa em Política e Novas Tecnologias (PONTE) pelo produtivo conhecimento compartilhado nessa longa caminhada.

Aos wikipedistas Alchimista, Kekoalmeida, MisterSanderson, Quintinense pelo interesse de me ajudar e pelas dúvidas sanadas. E a todos os usuários da Wikipédia que dedicam o seu precioso tempo com o objetivo de perpetuar o conhecimento através das práticas colaborativas.

Aos amigos de infância que fiz em Macapá Adelson, Bruno, Daniel e Acácio, pelas grandes aventuras vividas no tempo de colégio.

Aos parceiros Mestre, Silano e Anderson, amizade concretizada na época do cursinho preparatório para o ITA.

Aos amigos Allan, Alex e a sua mãe dona Zelda, outra família que encontrei aqui em Fortaleza.

Amizades que fiz ao longo dos estudos na UFC. À Paula, Lucas e Gabriel, ilustres amigos do curso de publicidade.

Aos amigos que fiz em Santiago de Compostela Alena, Andrea, Carol, Davi, Diego, Francesco, Gabriela, Maíra, Patrick, Rafael, Renato e Sonson pelos inesquecíveis momentos compartilhados.

À dona Marilene pelas inúmeras cervejas fiadas, na Pitombeira, no decorrer dos meus estudos na UFC.

Enfim, todas as pessoas que de alguma forma fizeram da minha vida mais alegre, vivaz e humana.

EPÍGRAFE

“A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, as pessoas se libertam em comunhão”.

(PAULO FREIRE)

RESUMO

A presente pesquisa apresenta uma investigação acerca dos pontos fortes e fracos do debate público encontrados na página de discussão atinente à “Dilma Rousseff” na Wikipédia em língua portuguesa. A Wikipédia é uma enciclopédia livre, ou seja, um sistema do qual múltiplos autores e editores podem participar escrevendo verbetes ou modificando e editando os conteúdos já existentes, sem maior distinção quanto ao grau de conhecimento sobre um assunto específico. Os verbetes são editados de forma colaborativa através de debate público em uma página de discussão exclusiva de cada tema. Nesta referida página, podem ser encontrados comentários ou traços de aperfeiçoamento das diretrizes de edição dos verbetes. É justamente nestes espaços onde se percebe a ocorrência de embates ideológicos e de tensões diversas geradas acerca do entendimento expresso por um ou outro usuário. Para verificar os pontos fortes e fracos da discussão política recorre-se à grande analítica de Lincoln Dahlberg (2001) inspirado em autores que criticaram e reformularam as propostas de pesquisadores da literatura anglo-saxã (Miola, 2009, Sampaio; Maia; F. Marques, 2010, Mendonça e Pereira, 2011). Tal grade é composta por quatro categorias principais: 1) *tematização e crítica racional*, 2) *reflexividade*, 3) *ideal role taking*, 4) *inclusão e igualdade discursiva*. Os resultados encontrados são: 1) verificou-se que quase todas as mensagens são respondidas ou fazem alusão ao tema proposto, contudo a maior parte das mensagens não se proveu de justificativas para as opiniões expressas; 2) comprovou-se uma considerável quantidade de persuasão e progresso e um baixo índice de radicalização entre os participantes; 3) não se observou incivilidade (racismo, ódio e ataques contra princípios democráticos) entre os participantes, mas presenciou-se ínfimo comportamento que direcionavam ironias ou ofensas pessoais. Ainda, não se presenciou diálogos contínuos; 4) notou-se uma participação de poucos wikipedistas no debate no tópico analisado e identificou-se que as mensagens não foram dominadas por um número pequeno de participantes. As conclusões são: 1) os usuários preferem afirmar as normas e políticas da comunidade ao invés de justificar os seus argumentos; 2) Existe uma considerável participação de usuários com interesses e posições divergentes; 3) As regras, normas e princípios de sanção de bloqueio minimizou o desvio de conduta dos participantes da Wikipédia em língua portuguesa e o canal discursivo é utilizado para sanar as disparidades de forma rápida; 4) visualiza-se efetivo engajamento dos wikipedistas.

PALAVRAS-CHAVES: Internet. Deliberação Pública. Wikipédia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1 - Domínio principal das Wikipédias.....	50
ESQUEMA 1 - Sugestão da comunidade para obter consenso na Wikipédia-pt.....	51
IMAGEM 2 - Topo da página de um artigo contendo a aba de discussão	55
GRÁFICO 1 - Números de edições por ano (2005-2010).....	66
IMAGEM 3 - Arquivo número 7 da página de discussão atinente à “Dilma Rousseff”	74
GRÁFICO 2 - Número de edições por mês (2010)	75
IMAGEM 5 - Trecho das postagens acerca do tema 1 (T1)	76
IMAGEM 6 - Trecho das postagens acerca do tema 2 (T2)	77
IMAGEM 7 - Trecho das postagens acerca do tema 3 (T3).....	78
GRÁFICO 3 - Comparação entre os índices de justificativas por temas	82
GRÁFICO 4 - Comparação entre os índices de reflexividade por temas	84
GRÁFICO 5 - Comparação entre os índices de respeito por temas	86

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Métodos de resolução de disputas na Wikipédia-pt.....	56
TABELA 2 - Indicadores de proteção das Páginas.....	65
TABELA 3 - Objetivos analíticos.....	79
TABELA 4 - Mensagens com diálogos.....	80
TABELA 5 - Mensagens com justificativas.....	80
TABELA 6 - Mensagens com reflexividade.....	84
TABELA 7 - Mensagens com respeito.....	85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 AS PRÁTICAS COLABORATIVAS NA INTERNET	
1.1 LIBERAÇÃO DO PÓLO DE EMISSÃO	16
1.1.1 Recursos, potencialidades e limites da computação social.....	19
1.1.2 Interação e interatividade.....	21
1.2 A INTELIGÊNCIA COLETIVA.....	24
1.2.1 Conceitos de comunidades colaborativas	25
1.2.2 Problemas da colaboração	26
1.2.3 Democracia digital: aspectos discursivos e esfera pública	29
2 A DELIBERAÇÃO PÚBLICA NA INTERNET	
2.1 DELIBERAÇÃO PÚBLICA: CONCEITOS FUNDAMENTAIS	33
2.2 AS TROCAS ARGUMENTATIVAS	35
2.2.1 O debate e a razão pública	35
2.2.2. Deliberação e a legitimidade democrática	37
2.3 A DELIBERAÇÃO NOS <i>MEDIA</i> DIGITAIS	40
2.3.1 A questão da participação política	40
2.3.2 Práticas deliberativas <i>online</i>	42
2.3.3 As características das ferramentas digitais deliberativas	44
3 DELIBERAÇÃO ONLINE NA WIKIPÉDIA	
3.1 CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E FUNCIONAMENTO	49
3.1.1 Votação, auto-organização e as relações hierárquicas	60
3.2 UMA ANÁLISE DOS DEBATES EM TORNO DO VERBETE DILMA ROUSSEFF	66
3.3 METODOLOGIA	69
3.3.1 Sobre o <i>corpus</i> empírico	73
3.4 ESTUDO DE CASO.....	79
3.4.1 Discussão acerca da deliberação online no verbete atinente à “Dilma Rousseff”	88
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	94

INTRODUÇÃO

No começo do século XXI, com a evolução das tecnologias informacionais, se presencia um novo modo de produção e consumo da comunicação. Segundo Lemos (2003; 2009), a novidade propiciada pela “liberação do pólo de emissão” é a colaboração e a conversação em âmbito local e mundial ao mesmo tempo. Testemunha-se a reconfiguração na esfera pública tensionada pelos *media* tradicionais e os *media* digitais pós-massivos.

De acordo com Gomes (2005a, 2005b), a partir do desdobramento das novas tecnologias digitais, as perspectivas da teoria deliberacionista vêm se ampliando devido a nova configuração e reconfiguração dos meios de comunicação. Se antes os *media* de comunicação eram essencialmente unidirecionais, agora se presencia um ambiente onde convivem os *media* tradicionais (unidirecionais) junto com as novas ferramentas digitais (multidirecional). O modelo (muitos-muitos) dos novos *media* digitais em contraponto ao unidirecionalismo dos *media* tradicionais é apontado como um dos principais fatores em relação às possibilidades oferecidas pelas novas ferramentas tecnológicas no que se refere à implementação de uma democracia deliberativa efetiva.

O conceito desenvolvido por Jürgen Habermas tornou-se limite fundamental da pesquisa de vários autores como James Bohman (1996), Seyla Benhabib (1996), Joshua Cohen (1997) e Amy Gutmann e Dennis Thompson (2002, 2004). A deliberação pública defende uma forma de produção e decisão política orientada pela discussão e baseada na razão com fundamento na livre argumentação pública entre iguais no lugar de outros mecanismos, como a vontade da maioria expressa pelo voto dos cidadãos ou a barganha dos representantes políticos. Todavia, um dos problemas da deliberação pública é operacionalizar espaços ideais que favoreçam as trocas de razões entre indivíduos, instituições com perspectivas distintas. Em outras palavras, “como seria possível tornar os debates de questões de concernência públicas cada vez mais visíveis e, ao mesmo tempo, convidativos e aptos a receberem contribuições de fontes distintas e plurais?” (MARQUES F.; MIOLA, 2010, p. 1-2).

Desse modo, após décadas de estudos acerca do potencial democrático das novas ferramentas digitais, as pesquisas buscam superar a ideia dos sujeitos não organizados e apáticos. Inúmeros experimentos vêm sendo realizados visando uma deliberação pública inclusiva, igualitária e com efeitos verdadeiros na produção política. Pode-se citar, por

exemplo, o projeto e-democracia do Governo Federal do Brasil com o objetivo de fomentar e incentivar a participação da sociedade no processo de elaboração de leis e o orçamento Participativo Digital (OPD) de Belo Horizonte no qual os cidadãos através da internet podem participar e eleger as obras mais relevantes para a sociedade.

Segundo Maia (2006; 2007) uma democracia, para que funcione bem, necessita de várias formas de participação política por parte dos cidadãos, seja como indivíduos isolados, seja na forma de associações cívicas com diferentes perfis de atuação. Portanto, é preciso considerar que trabalhamos com uma visão ampla de política, que não se restringe às instituições formais do Estado, mas com aquela que também engloba os processos de associação cívica, negociação e luta entre os sujeitos nas interações do dia-a-dia (LYCARIÃO; SAMPAIO, 2010, p. 98).

Nesse contexto, um potencial democrático *a priori* é presenciado na Wikipédia, a partir do emprego da tecnologia *open source* (código aberto) *wiki* na construção do seu projeto. Nesse cenário, a Wikipédia constituída a partir das novas ferramentas digitais é palco das iniciativas colaborativas de conteúdo de voluntários na busca da disseminação do conhecimento livre e gratuito. Além disso, cada comunidade das Wikipédias possui autonomia para gerenciar a sua enciclopédia. Com a evolução do projeto, uma gama de políticas e normas surge visando atingir uma qualidade efetiva dos seus conteúdos enciclopédicos.

No projeto, os verbetes são editados de forma colaborativa através de debate público em uma página de discussão exclusiva de cada tema. Nesta referida página, podem ser encontrados comentários ou traços de aperfeiçoamento das diretrizes de edição dos verbetes. Nestes espaços públicos, percebe-se a ocorrência de embates ideológicos e de tensões diversas geradas acerca do entendimento expresso por um ou outro usuário. Visualizado, assim, traços democráticos deliberativos habermasiano da discussão baseada na razão de modo inclusiva entre iguais na qual a força do melhor argumento prevalece na deliberação.

Nessa perspectiva, a pesquisa pretende investigar o funcionamento da Wikipédia com o intuito de observar as problemáticas acerca das deliberações na internet. Considera-se que os *media* digitais necessitam de estudos práticos para elucidar as melhores formas de empregos desses meios de comunicação no intuito de aperfeiçoar as práticas democráticas. Portanto, o objetivo geral da pesquisa é: analisar os pontos fortes e os pontos fracos da discussão política na Wikipédia em língua portuguesa. O objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

1. Refletir acerca da “liberação do pólo de emissão” proporcionada pela internet;
2. Apresentar as iniciativas colaborativas testemunhadas nos novos meios tecnológicos;
3. Argumentar acerca da participação e deliberação nos *media* digitais;
4. Elucidar as dificuldades das práticas democráticas na internet.

O primeiro capítulo delinea acerca das práticas colaborativas na internet observadas no decorrer da evolução e do desenvolvimento das tecnologias em redes. Isto porque o desenvolvimento da internet, como se observa na atualidade, foi possível, em boa parte, graças à colaboração de diversos atores situados em vários centros de informática pelo mundo. Em seguida, examina-se a noção de interação e de interatividade mediada por computador. Em continuidade, mostra-se brevemente o conceito de inteligência coletiva formulado por Lévy (1998); na mesma linha de raciocínio, aponta-se o conceito e os problemas nas comunidades virtuais. Por fim, comentam-se acerca da conversação nos *media* digitais e da nova esfera pública no contexto da colaboração e da conversação (inteligência coletiva).

O segundo capítulo irá explorar teoricamente a noção de deliberação pública desde a sua concepção inicial formulada por Habermas até os desdobramentos teóricos propostos pelos novos teóricos deliberacionistas. Neste capítulo, discorre-se acerca dos entraves da participação mostrando os novos *media* digitais necessitam do melhor modo de implementação por parte das instituições governamentais para lograr a sua efetividade democrática. Além disso, apontam-se casos recentes do uso das ferramentas digitais com a finalidade de ampliar as formas participativas da sociedade civil. Em seguida, caracterizam-se as ferramentas com potenciais deliberativos a partir dos conceitos da teoria democrática deliberativa, dando ênfase a análise da tecnologia *wiki*.

Por fim, no terceiro capítulo será abordada a deliberação pública na Wikipédia em língua portuguesa. Visto que o gerenciamento, das Wikipédias, é realizado pelas respectivas comunidades através da internet. O projeto é frequentemente alvo de disputas atinentes aos diversos pontos de vistas nas edições dos artigos. Devido a uma gama de tensões as fronteiras da Wikipédia em língua portuguesa se expandiram, isto é, o projeto vem instituindo desde a sua fundação (2002) métodos de resoluções de disputas para tentar conter os conflitos entre os seus colaboradores. Um dos espaços disponíveis para resolver as disputas é a página de discussão encontrada nos *wikis* dos verbetes.

No propósito de aprofundar a pesquisa, o enfoque do trabalho se volta para a página de discussão atinente à “Dilma Rousseff” com a intenção de visualizar as discussões dos usuários

acerca da edição e gerenciamento do verbete. Em seguida, apresenta-se a metodologia para realizar o estudo analítico das práticas deliberativas da página de discussão atinente à “Dilma Rousseff”. E por fim, apresentam-se os resultados dos pontos fortes e fracos da deliberação do *corpus* empírico selecionado.

1 AS PRÁTICAS COLABORATIVAS NA INTERNET

1.1 LIBERAÇÃO DO PÓLO DE EMISSÃO

Para entender o que a literatura de Lemos (2003; 2009) denomina de “liberação do pólo de emissão”, é importante discorrer brevemente acerca das origens da internet. A princípio, o surgimento da internet em meados de 1969 é atribuído à ARPANET, uma rede de computadores desenvolvida pela *Advanced Research Projects Agency* (ARPA), para fins militares dos Estados Unidos. Todavia, o desenvolvimento da internet como presenciado atualmente foi possível, em boa medida, graças às práticas colaborativas¹ de diversos atores sociais situados entre diversos centros de computação.

Castells (2003, p.20) alerta que “as aplicações militares das redes telemáticas foram secundárias ao projeto” e, portanto, “a criação e o desenvolvimento da internet nas três últimas décadas do século XX foram consequência de uma fusão singular de estratégia militar, grande cooperação científica, iniciativa tecnológica e inovação contracultural” (CASTELL, 1999, p.82). Isto porque, no entorno dos bastidores da ARPANET, existiam redes científicas, institucionais e pessoais que transcendiam o Departamento de Defesa dos Estados Unidos e, através da cooperação das redes compartilhadas, fomentavam o desenvolvimento de recursos e meios tecnológicos para o desenvolvimento da internet. No entendimento de Castells (2003, p.25), sem a contribuição cultural e tecnológica dessas redes pioneiras de bases comunitárias, a internet teria apresentado uma aparência muito diferente, e provavelmente não teria abarcado o mundo inteiro.

Segundo Castells (2003, p.25) os estudantes da pós-graduação tiveram função decisiva no projeto da ARPANET. Visto que “no final de 1960, o *Network Working Group*, que projetou a maior parte dos protocolos da ARPANET era integrado, sobretudo por esses estudantes”. Em sua maioria, estes estudantes não estavam conectados à contracultura no sentido de movimentos sociais ativistas da época. Todavia “estavam impregnados dos valores

¹ Ferreira (1999), Johnson e Johnson (2001) e Hiltz (1998) defendem a visão de que cooperação e colaboração são sinônimos, não existindo diferenças entre as duas palavras. De acordo com os autores existem poucos benefícios em tentar abstrair as distinções semânticas dos termos. Portanto, a presente pesquisa não apresenta o mérito ou o intuito de debater e analisar tais diferenças e características, e, portanto, abordaremos os conceitos dos dois termos com o mesmo significado com a finalidade de abordar com maior profundidade as práticas colaborativas na internet (GASPARINI et al., 2007, p.3).

da liberdade individual, do pensamento independente e da solidariedade e cooperação com seus pares, todos eles valores que caracterizavam a cultura estudantil do campus na década de 1960” (CASTELLS, 2003, p.26). Além disso, Castells (2003) explica que a cultura estudantil adotou a interconexão de computadores como instrumento da comunicação livre e de manifestações políticas libertárias. Os estudantes acreditavam que as redes de computadores, dariam às pessoas o poder da informação, que lhes permitiriam liberta-se dos governos e das corporações capitalistas. Embora os estudantes que integravam a ARPANET não fizessem parte da contracultura, as tecnologias desenvolvidas por eles foram essenciais para a união da cultura estudantil com as tecnologias informacionais.

Nesse cenário, a abertura da arquitetura da Internet possibilitou o desenvolvimento autônomo, à medida que usuários tornaram-se produtores da tecnologia e artífices de toda rede. Assim, na visão de Castells (1999, p.82), “a universalidade da linguagem digital e a pura lógica das redes do sistema de comunicação geraram as condições tecnológicas para uma comunicação global e horizontal”, isto é, a criação de um protocolo de comunicação que todas as redes pudessem usar.

Ainda de acordo com Castells (2003 p.25), a rápida difusão dos protocolos de comunicação entre computadores não teria ocorrido sem a distribuição aberta e gratuita de *software* e do uso cooperativo dos recursos tecnológicos que se tornaram o código de conduta dos primeiros *hackers*. Como demonstra Silveira (2008, p.37):

[...] a internet e a comunicação via IP desenvolvida colaborativamente, sem as exclusões promovidas pelo patenteamento e por demais formatos da chamada propriedade intelectual, são uma obra da inteligência coletiva, reconfigurável e recombinante. Nesse sentido, a internet é uma obra coletiva inacabada e em plena expansão.

Nesse contexto, nos anos 90, as implementações de *softwares* estavam restritas é reservadas às pessoas com conhecimento avançado de informática. Isto porque “os primeiros anos da *web* foram marcados principalmente pela linguagem HTML² e pelo sistema de envio de informações produzidas *offline* via FTP³ a um servidor” (PRIMO; RECUERO, 2006, p.2). Assim, apenas os usuários com conhecimento elevado de informática e programação possuíam discernimento técnico para desenvolver, por exemplo, uma página *web*. Portanto, os

² HTML (*HyperText Markup Language*) é uma linguagem de marcação utilizada para produzir páginas na internet.

³ FTP (*File Transfer Protocol*) é um protocolo que serve para transferir arquivos na internet.

usuários comuns eram mais consumidores e receptores de produtos e serviços das grandes empresas do que disseminadores de conteúdo.

Conforme Lemos (2003; 2009), a “liberação do pólo de emissão” apenas se tornou mais efetiva no final do século XX, com a popularização dos microcomputadores e com o surgimento das novas ferramentas digitais de comunicação em rede, fortemente marcadas pela interatividade, e do conteúdo colaborativo gerado pelos próprios participantes. Nesse cenário, Lemos (2009) elucida que a conversação e a colaboração abertas são as novidades dessa nova sociedade da informação, em contraponto ao modelo unidirecional dos *mass media* tradicionais.

A partir das últimas décadas do século XX surge, com as redes telemáticas mundiais e com a popularização dos microcomputadores (a sociedade da informação), um novo formato de consumo, produção e circulação de informação que tem como característica principal a liberação do pólo da emissão, a conexão planetária (participação e colaboração) de conteúdos e pessoas e, conseqüentemente, a reconfiguração da paisagem comunicacional (LEMOS, 2009, p.2).

Se anteriormente a teoria da comunicação tratava essencialmente de uma “lógica da distribuição” unidirecional (um-todos), surge agora uma nova lógica da comunicação multidirecional (todos-todos), mediante a possibilidade de participação e intervenção proporcionada pelas tecnologias digitais e de informática. Ao passo que nos *media* tradicionais o pólo da produção determinava o processo de produção, nesse novo contexto “a mensagem deixa sua clássica rigidez para tornar-se espaço de manipulação por parte do receptor que se transforma em co-autor e faz por si mesmo” (SILVA apud PRIMO, 2008, p.42).

Segundo Lemos e Lévy (2010), por meio da “liberação do pólo de emissão”, emerge a conversação mundial (inteligência coletiva). Isto porque a liberação da emissão e a propagação da conversação em redes abertas e mundiais criam uma interconexão planetária entre as pessoas, promovendo o desenvolvimento de uma opinião pública ao mesmo tempo tanto local como global. A “liberação do pólo de emissão” e o surgimento da conversação implicam reconfiguração social, cultural, econômica e política.

Uma das reconfigurações trata-se de combinar e conciliar as práticas, modalidades midiáticas, espaços, sem a substituição dos *media* tradicionais. Isto é, internet se configura como espaço tanto dos *media* tradicionais (um-todos) como dos novos *media* digitais (todos-

todos). Lemos e Lévy, (2010, p.92), explicam que “o novo cenário não se trata de subtração ou substituição de uma mediação pela outra, mas de um processo de adicionar complexidade e oferecer novas formas de colaboração, comunicação e conhecimento”.

Conforme Silveira (2008, p.34), no cenário digital, o capital controla a infraestrutura de conexão das redes, mas não controla os fluxos de comunicação, nem consegue determinar as audiências e impedir o surgimento de portais e *sites* independentes e desvinculados do poder político e econômico. Com o surgimento da blogosfera e de outras ferramentas colaborativas, o capital passa a ter que disputar as atenções como nunca ocorrera no capitalismo industrial. As novas tecnologias em rede não diminuem o poder econômico e a força dos grandes conglomerados de comunicação. Todavia, “faz emergir outra esfera onde a emissão não é controlada, onde a conexão planetária dá o tom a uma reconfiguração da indústria cultural, das formas sociais e da produção e da circulação de informação” (LEMOS, 2009, p.2-3).

1.1.1 RECURSOS, POTENCIALIDADES E LIMITES DA COMPUTAÇÃO SOCIAL

Para Primo (2007, p.1), a computação social⁴ “caracteriza-se por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar os espaços para a interação entre os participantes do processo”. Ela tem repercussões importantes na sociedade, “que potencializam processos de trabalho coletivo, de troca afetiva, de produção e circulação de informações, de construção social de conhecimento apoiada pela informática”. Nesta perspectiva, a “computação social” está fortalecendo intensamente o modo de trabalho de construção e produção do conhecimento e requerendo uma conduta participativa mais ativa para maior efetividade das ferramentas tecnológicas.

Uma das características dos *softwares* sociais é trabalhar a internet como plataforma, isto é, os programas não são instalados nos computadores, mas desenvolvidos para viabilizar determinadas funções em ambiente *online* a partir de servidores. Isso possibilita a construção

⁴ Opta-se por utilizar o termo “computação social” proposto por Lévy e Lemos (2010) para designar o termo Web 2.0. Isto porque existem críticas quanto aos aspectos mercadológicos e às possíveis estratégias de marketing que podem estar escondidas sob o conceito Web 2.0. Afinal, muitas pessoas e empresas tem se valido da utilização do termo como um rótulo, a fim de identificar seus produtos e serviços como de vanguarda, atraindo assim clientes que talvez não tenham conhecimento das especificidades do padrão. Outra questão polêmica diz respeito ao aproveitamento do conteúdo que é gerado de forma gratuita, que algumas vezes é utilizado para fins lucrativos por instituições (CAMPOS, 2009, p.24).

da informação de qualquer parte do mundo, sem a necessidade de se empregar *softwares* instalados em um determinado computador. Na era da “computação social” a colaboração através da internet é simplificada, visto que o usuário não necessita ter conhecimento de HTML para participar da construção da informação. Contudo, tal arquitetura vai além do aperfeiçoamento da usabilidade, pois permite uma maior participação na geração e compartilhamento de conteúdo e arquivos. Em outras palavras, o “desenvolvimento do que se chama de ‘arquitetura de participação’, ou seja, o sistema informático incorpora recursos de interconexão e compartilhamento” (PRIMO; RECUERO, 2006, p.1).

Dessa forma, os conteúdos são criados e organizados pelos próprios utilizadores. Isto porque as novas ferramentas digitais propiciam a possibilidade de construir e compartilhar de forma colaborativa o conhecimento coletivo em escala mundial. Tais práticas podem ser presenciadas na internet com os *blogs*; com ferramentas de comentário em vez de *sites* estáticos; rede de compartilhamento *peer-to-peer (P2P)*; *podcasting*; webjornalismo participativo (*Ohmy News, Wikinews e Slashdot*); *Flickr* (publicação e discussão de imagens); *delicious* (sistema de compartilhamento de listas de favoritos e geração de metadados); enciclopédias escrita de forma colaborativa através do recurso *wiki* (como a Wikipédia), entre outros recursos, que mostram o potencial das mídias de função pós-massivas que oferecem informações para além da transposição dos *media* tradicionais (PRIMO; RECUERO, 2006, LEMOS; LÉVY, 2010).

De acordo com Lemos e Lévy (2010, p.12), no atual contexto, pode-se visualizar uma considerável quantidade de *blogs* criados no mundo a cada minuto, apresentando as ideias, opiniões, fotos e vídeos de seus atores na nova esfera pública mundial. Ainda, as redes sociais através do *Facebook, Myspace, Orkut, LinkedIn*, cidadãos “constroem redes de contato, de amigos e de relações, participam de clubes, instauram grupos de trabalho, trocam mensagens e realizam encontros amorosos ou profissionais e entregam-se a todas as espécies de jogos coletivos”. Com aplicações como o *twitter* pessoas da mesma rede compartilham a sua vida cotidiana e trocam *links*.

Um fator que confere força aos produtos midiáticos da “computação social” é o desenvolvimento de uma nova forma de circulação da informação. De acordo com Primo (2006, p.1-2), na atualidade “não apenas os portais possuem importância, pois até mesmo os *blogs* com pequenos grupos de interesses segmentados ganham força na rede a partir de sua interconexão com outros subsistemas”.

A *web* na era social caracteriza-se pela constatação e recriação *online* dos bens públicos⁵. Os recursos tecnológicos da “computação social” funcionam de modo que quanto mais participantes utilizam as ferramentas na construção de bens públicos, estes se tornam melhores. Isto porque “a produção colaborativa transforma-se no principal valor, apostando-se que quanto mais interagentes participarem da construção coletiva, mais bens públicos podem ser compartilhados por todos os participantes” (PRIMO; RECUERO, 2006, p.2). Ainda, “os próprios meios produtivos encontram-se em permanente atualização”; ou seja, as ferramentas tecnológicas da “computação social” sempre estão em processo de aprimoramento e, portanto não atingem o estágio final de desenvolvimento. (PRIMO; RECUERO, 2006, p.2).

1.1.2 INTERAÇÃO E INTERATIVIDADE

Comumente os estudos de interação mediada pelo computador enfatizam apenas a capacidade da máquina, deixando em plano secundário as relações sociais. Ou seja, o foco teórico no viés tecnicista se volta mais para o potencial da máquina, esquecendo a complexidade do processo de comunicação entre os sujeitos envolvidos na interação. (PRIMO, 2008; EZEQUIEL; 2009).

A ênfase na capacidade interativa do aparato comunicacional pode ser presenciada na definição de Jensen (1999 apud PRIMO, 2008, p.37) que conceitua a interatividade como “a medida da habilidade potencial da mídia em permitir que o usuário exerça uma influência no conteúdo e/ou na forma de comunicação mediada”. Nesse sentido, as pesquisas sugerem que a interatividade é uma oferta de um vasto número de dados contidos em suporte digital, cujo fluxo de apresentação é disparado pelo usuário, por exemplo, ao clicar em um botão de um *link*. Sob esse enfoque, os indivíduos e as relações sociais presentes no processo são deixados de lado.

É inegável o potencial interativo das novas tecnologias digitais no que concerne a uma comunicação no sentido multidirecional entre os indivíduos. Todavia, Wolton (2004b apud EZEQUIEL, p.265, 2009) afirma que “podemos nos comunicar sem, entretanto, interagirmos

⁵ Kollock e Smith (1996) no modelo de produção de bens públicos caracterizam um bem público como um recurso que pode ser usufruído por qualquer pessoa, não importando se ela tenha ou não colaborado para a sua produção (PRIMO, 2008, p.212).

em grau apreciável, porque as facilidades de comunicação não bastam para melhorar o conteúdo da interação”. Isto porque que a interação não é caracterizada somente pelas mensagens trocadas e pelos interagentes que se encontram, em um determinado contexto, mas pelo relacionamento entre os sujeitos.

Segundo Primo (2008, p.71-72) “interagir não é algo que alguém faz sozinho, em um vácuo. Comunicar não é sinônimo de transmitir. Aprender não é receber. Em sentido contrário, (...) interação é um processo no qual o sujeito se engaja”. Visto dessa forma, a interação necessita do engajamento dos indivíduos envolvidos no processo de comunicação, o que possibilita desenvolver a “capacidade de antecipar, de prever e comportar-se de acordo com as necessidades conjuntas da pessoa e do outro” (BERLO, 1999 apud EZEQUIEL, 2009, p.268). Segundo Berlo (1999) o termo interação designa:

[...] o processo de adoção recíproca de papéis, o desempenho mútuo de comportamentos empáticos. Se dois indivíduos tiram inferências sobre os próprios papéis e assumem o papel um do outro ao mesmo tempo, e se o seu comportamento de comunicação depende da adoção recíproca de papéis, então eles estão em comunicação por interagirem um com o outro (EZEQUIEL, 2009, p.267).

Nesta perspectiva, Primo (2008), um dos maiores estudiosos acerca de interação mediada pelo computador (IMC), afirma que o estudo acerca da interação deve levar em conta não apenas os aspectos tecnológicos e de conteúdo, mas também as interações sociais quanto a sua forma, ou seja, o aspecto relacional. A partir dessa constatação, Primo (2008, p.57) vai caracterizar as interações em mútuas e reativas da seguinte maneira:

[...] a interação mútua é aquela caracterizada por relações interdependentes e processos de negociação, em que cada interagente participa da construção inventiva e cooperada do relacionamento, afetando-se mutuamente; já a interação reativa é limitada por relações determinísticas de estímulo e resposta.

Na interação mútua o relacionamento entre os interagentes é negociado no transcorrer do relacionamento e, portanto, torna-se impossível prever a partir de uma regra o funcionamento do comportamento da “ação entre” os participantes. Os participantes da interação se agrupam em torno de problematizações contínuas. Dessa forma, a solução

momentânea inventada pode fazer parte de problematizações no futuro da interação. Isso faz com que as interações presentes sempre sejam influenciadas pelas interações anteriores.

Na interação mútua, os interagentes reúnem-se em torno de contínuas problematizações. As soluções inventadas são apenas momentâneas, podendo participar de futuras problematizações. A própria relação entre os interagentes é um problema que motiva uma constante negociação. Cada ação expressa tem um impacto recursivo sobre a relação e sobre o comportamento dos interagentes. Isto é, o relacionamento entre os participantes vai definindo-se ao mesmo tempo em que acontecem os eventos interativos (nunca isentos dos impactos contextuais e relações de poder) (PRIMO, 2008, p.228).

Nas interações reativas o estímulo e a resposta são previstos antecipadamente, isto é, se uma pessoa aperta um *link* pela segunda vez ação será a mesma presenciada no passado. A interação reativa apresenta-se de forma linear fornecendo pouca ou nenhuma possibilidade do sujeito alterar ou influenciar o agente. Também o processo interativo pode ser interrompido, como por exemplo, no caso de um travamento de *software*.

Diferentemente das interações mútuas (cuja característica sistêmica de equifinalidade se apresenta), as reativas precisam estabelecer-se segundo determinam as condições iniciais (relações potenciais de estímulo-reposta impostas por pelo menos um dos envolvidos na interação) - se forem ultrapassadas, o sistema interativo pode ser bruscamente interrompido. Por percorrerem trilhas previsíveis, uma mesma troca reativa pode ser repetida à exaustão (mesmo que os contextos tenham variado) (PRIMO, 2008, p.228-229).

A partir da caracterização de Primo (2008) pode-se afirmar, por exemplo, que uma discussão ou conversa através de *e-mail*, bate papo ou *chat* é considerada uma interação mútua, visto que os participantes transformam-se de forma recíproca no decorrer do processo relacional que vem à tona. Assim, torna-se praticamente impossível determinar o que acontecerá nestas interações pelo motivo do relacionamento ser negociado no decorrer da interação. Por outro lado, a ação de clicar em um *link* ou jogar um vídeo game pode ser considerada como interações reativas, pois possuem limites determinados. Isto é, se o ato for realizado outra vez, o efeito será o mesmo.

Primo (2008, p.132), explica que ao contrário das interações reativas, o embate de ideias tem espaços nas interações mútuas mediadas por computador. Para o autor é “a abertura

ao contestar, ao discordar, que as diferenciam das interações reativas, onde o debate não tem lugar, pois esbarra em informações e trocas derradeiras”. Todavia, a intenção do autor não é julgar que sempre as interações mútuas serão boas e democráticas. Visto que a mesma ferramenta mediadora de encontros positivos, também podem promover interações preconceituosas, ofensivas e desonestas entre os participantes. Contudo, Primo (2008, 133) acredita que “a construção do conhecimento e a luta por uma sociedade mais justa só pode ocorrer através do debate”.

Na visão de Freire (2001 apud PRIMO, 2008, p.133) o diálogo genuíno não serve à conquista de um indivíduo ou grupo por outros, mas apenas para os sujeitos conquistarem o mundo através do diálogo. E por isso, “não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples trocas de ideias a serem consumidas pelos permutantes”. Freire (2001 apud PRIMO, 2008, 133) defende que no caminho da ação dialógica não existem sujeitos dominadores, muito menos objetos dominados. Ao invés disso, o autor acredita que existem sujeitos que se encontram para a transformação do mundo para efetivar a sua liberdade de emitir a palavra. “É através do diálogo que se funda a co-laboração”. Isto porque “o diálogo não impõe, não maneja, não domestica, não sloganiza”.

1.2 A INTELIGÊNCIA COLETIVA

A soma das inteligências individuais de forma compartilhada constitui o que o filósofo francês Pierre Lévy (1998) denominou de inteligência coletiva. A ideia é reforçada com desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs), que permitiram uma maior abrangência espacial da comunicação e conseqüentemente, o compartilhamento do conhecimento entre as pessoas em redes. Nesse contexto, as inteligências individuais são somadas e compartilhadas por toda a sociedade, potencializadas com as novas tecnologias da informação (TIC).

Lévy (1998, p.28-29) define inteligência coletiva como “uma inteligência distribuída por toda a parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências”. Segundo o autor “a base e o objetivo da inteligência coletiva são o reconhecimento e o enriquecimento mútuos das pessoas, e não o culto de comunidades fetichizadas ou hipostasiadas”.

Desse modo, a inteligência coletiva é uma inteligência distribuída por toda a parte do mundo. “Ninguém sabe tudo, todos sabem alguma coisa, todo o saber está na humanidade” (LÉVY, 1998, p.29). Pois um único ser não possui todo o conhecimento do mundo e a totalidade desse saber pode estar na união do conhecimento de todos os sujeitos da humanidade. Nesta perspectiva, as conexões sociais permitidas pela internet seriam o meio das interações entre o conhecimento e conhecedores de coletivos inteligentes em espaços desterritorializados.

1.2.1 CONCEITOS DE COMUNIDADES COLABORATIVAS

As comunidades virtuais não são uma forma de agregação, de pessoas, na internet tão recente se comparadas aos novos aparatos tecnológicos. Todavia, atualmente presenciamos um número relevante de comunidades virtuais surgindo nas redes infocomunicacionais. Podemos visualizar agrupamentos de pessoas em ambientes *online* participando da construção do conhecimento coletivo através da conversação e colaboração permitidas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais.

Para entender o conceito de comunidades colaborativas, em primeiro momento é necessário conceituar o termo comunidade a partir da sociologia. Segundo, o sociólogo alemão, Max Weber (1987 apud RECUERO, 2001, p.3) comunidade é “uma relação social na medida em que a orientação da ação social, na média ou no tipo ideal - baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes”. Weber (1987) acredita que a noção de comunidade deve possuir um ideal solitário entre os indivíduos.

No que se refere às comunidades surgidas em redes, a comunicação através da internet fez com que muitos teóricos definissem as novas formas de agregações sociais no ciberespaço como comunidades virtuais (Palacios, 1998; Donath, 1999; Smith, 1999; Wellman e Gulia, 1999; Paccagnella, 1997). Todavia, o conceito de comunidade virtual foi determinado primeiramente por Howard Rheingold (1995 apud RECUERO, 2009, p.136) que a conceitua como “agregados sociais surgidos na rede, quando uma quantidade suficiente de gente leva adiante essas discussões públicas durante um tempo suficiente, com suficientes sentimentos humanos, para formar redes de relações pessoais no ciberespaço”. Dessa forma, os elementos formadores da comunidade virtual a partir desse conceito seriam “as discussões públicas, as

pessoas que se encontram e se reencontram, ou que mantem contanto contínuo de discussão, o tempo e o sentimento” (RECUERO, 2009, p.136).

Para Lemos (2002 apud RECUERO, 2009, p.137) as comunidades virtuais “são agregações em torno de interesses comuns, independentes de fronteiras ou demarcações territoriais fixas”. Fernback e Thompson (1998 apud RECUERO p.139) definem a comunidade virtual como “relação social forjada no ciberespaço, através do contato repetido no interior de uma fronteira específica ou lugar que é simbolicamente delineada por tópico de interesse”. Os autores dispensam o conceito de sentimento explícito no conceito de Rheingold (1996), acreditando assim que o elo que une a comunidade reside no tópico de interesse.

Por outro lado, Lévy (1999) afirma que uma comunidade virtual é construída sobre as afinidades de interesses, conhecimentos e projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca independentemente das proximidades geográficas e das filiações institucionais. Os participantes das comunidades virtuais desenvolvem um forte moral social a partir de uma gama de leis não escritas que regem suas relações. A moral implícita da comunidade virtual geralmente é a reciprocidade, ou seja, se existe benefícios da leitura nas trocas de mensagens é necessário repassar o conhecimento aos outros participantes.

Apesar de existir uma vastidão de conceitos, Recuero (2009, p.146) entende que o conceito de comunidade virtual é muito amplo, e simplesmente, circunscreve os grupos sociais. A única característica comum, de tais grupos parece ser a presença de capital, interação social e laços decorrentes deles.

1.2.2 PROBLEMAS DA COLABORAÇÃO

De acordo com Primo (2008, p.197), os estudos da internet geralmente sugerem um ambiente de total cooperação, em que se desenvolve um sentimento de agregação, de pertencer ao grupo, promovendo a preocupação do bem-estar entre todos e que a troca de sentidos proporcionará a todos uma desinteressada receptividade e um confortável sentimento de segurança. Contudo, a colaboração através das discussões em determinadas comunidade virtuais não necessariamente podem se vistas como colaborativas.

Em um primeiro momento é possível visualizar os conflitos nas interações relacionais como um problema da colaboração na internet. Contudo, Baldissera (2000 apud PRIMO, 2008, p.198) elucida que a comunicação entre as pessoas não é sinônimo apenas de produção,

mas também de disputa de sentidos. Logo, no entendimento de Baldissera (2000), defender a inexistência do conflito e enxergá-lo como um problema seria negar a própria possibilidade de comunicação. Isto porque o conflito e a desarmonia são resultados naturais e inevitáveis das experiências sociais. E tudo o que é considerado bom e de valor depende não apenas de um indivíduo, mas dos demais participantes da interação.

Quando os homens trabalham juntos, tendo em vista um objetivo comum, seu comportamento é chamado cooperação. Quando lutam um contra o outro, a conduta é rotulada oposição. Cooperação e oposição constituem dois processos básicos da vida em grupo (NIMKOFF, 1975, apud RECUERO, 2009, p.81).

É certo que a colaboração e o conflito são inerentes das relações sociais humanas e, portanto, estará presente nas interações permitidas através internet. Todavia, a estrutura de qualquer comunidade é apoiada nas colaborações das pessoas. Logo, os conflitos começam a ser prejudiciais a partir do momento em que superam a colaboração dos participantes configurando-se apenas como espaços de propagação de hostilidades com explica Recuero (p.81, 2009):

(...) é preciso que se compreenda que, para que a própria estrutura da comunidade exista, a maioria das interações precisa ser cooperativa. O conflito e a competição podem gerar mudanças, desequilíbrio e obrigar a comunidade a adaptar-se. Entretanto, se o conflito suplantar a cooperação, pode acarretar em um desgaste ou ruptura na estrutura social.

Kollock e Smith (1996 apud PRIMO, 2005), preocupados com a conversação nas comunidades virtuais, afirmam que para o diálogo ocorrer de forma eficaz é necessário que cada participante fale de cada vez, ou seja, se todos enviarem as mensagens juntos, o entendimento do que é dito é prejudicado. Por outro lado, é possível se comportar de maneira aproveitadora, retirando benefícios do que os outros dizem e compartilham, mas não contribuindo com a conversa do grupo. Mediante tal constatação, os pesquisadores, iniciam um estudo do fórum *Usenet*. Segundo Kollock e Smith (1996 apud PRIMO, 2005, p.13), os problemas que emergem dessas comunidades em volta da colaboração e dos bens compartilhados são referentes:

[...] à conexão à Internet: a publicação de longas mensagens, reprodução de grandes trechos de mensagens anteriores, inclusão de assinaturas no final das mensagens com muitas informações e mesmo desenhos e publicação da mesma mensagem em vários grupos da Usenet. Todos esses comportamentos podem prejudicar os outros participantes à medida que a publicação de informações desnecessárias pode prejudicar sua navegação, e mesmo aumentar o custo de sua navegação.

Kollock e Smith (1996 apud PRIMO, 2005, p.12) acreditam que um dos problemas da colaboração que emerge nas comunidades virtuais é o comportamento *free-rider* (aproveitador) dos usuários. A atitude aproveitadora ocorre quando uma pessoa deixa de contribuir na criação de conteúdo ou na manutenção dos recursos disponibilizados por todos. O comportamento é prejudicial, porque a possibilidade dessas pessoas não serem excluída do processo pode fazer com que outras pessoas sintam-se desmotivadas a continuar o processo de colaboração. O comportamento *free-rider* também é identificado quando na conversação um participante apenas faz perguntas, porém não responde a dos outros participantes. Outra atitude prejudicial, presenciada por Kollock e Smith (1996 apud PRIMO, 2005, p.13), são as emissões de mensagens que não tratam do tema de interesse da comunidade (*off-topic*). Se as mensagens não são de interesse dos participantes, as discussões sobre o tema se tornam irrelevantes e, portanto, o avanço e a coerência do debate são prejudicados. Ainda, os pesquisadores citam o problema de compostura nas discussões como problemas para a colaboração. Isto é os *flames* (mensagens hostis) podem iniciar intensos debates entre os participantes e causar maior prejuízo em virtude da possível reação de mais pessoas.

Segundo Kollock e Smith (1996 apud PRIMO, 2005, p.15) no que concerne ao tamanho do grupo e suas fronteiras, quanto maior o grupo envolvido na colaboração, mais complicado se torna a cooperação. Visto que determinados colaboradores podem se sentirem desmotivados caso a sua colaboração não seja notada no grupo. Também o anonimato ajuda a ação de aproveitadores e o custo de manutenção tornam-se maiores.

Nesse sentido, Primo (2005, p.2) acredita que é importante o estudo das tensões que são presenciados em todo o ciberespaço. Isto porque as idealizações de que a facilitada comunicação através da internet promove sozinha bem estar, amizade, crescimento intelectual e nos conduz a um regime mais democrático não leva em conta todos os problemas, pois “o conflito é inerente ao ser humano e a comunicação não é uma transmissão inquestionável de intercâmbio consensual”.

1.2.3 DEMOCRACIA DIGITAL: ASPECTOS DISCURSIVOS E ESFERA PÚBLICA

De acordo com Lemos e Lévy (2010, p.45) a liberação da palavra e o surgimento de diversas manifestações socioculturais na atualidade reproduzem a emergência de vozes e discursos anteriormente silenciados na edição pelos *mass media* tradicionais. De modo que além da colaboração, a conversação aberta é a novidade na sociedade informacional. Nessa perspectiva, as redes informacionais e as novas tecnologias digitais favorecem um diálogo mais livre e aberto; conseqüentemente, emerge uma cultura mais conversacional, contrapondo-se ao modelo unidimensional da comunicação dos *media* tradicionais. A internet, como meio tecnológico multidimensional, permite que as pessoas desempenhem papel de atores da construção e emissão da comunicação, transcendendo barreiras de tempo e espaço nas transmissões e no consumo das informações.

Na sociedade contemporânea, segundo Lemos (2009), o sistema de comunicação se reconfigura em meio à tensão dos *media* de funções massivas e pós-massivos. Os *media* de massa são os meios de informação caracterizados pela forma de emissão unidirecional. Os *media* de função pós-massiva permitem a comunicação a partir do diálogo e da conversação de maneira “todos-todos”.

Temos agora, neste começo de século XXI, um sistema infocomunicacional mais complexo, onde convivem formatos massivos e pós-massivos. Emerge aqui uma nova esfera conversacional em primeiro grau, diferente do sistema conversacional de segundo grau característico dos *mass media*. Neste, a conversação se dá após o consumo em um rarefeito espaço público. Naquele, a conversação se dá no seio mesmo da produção e das trocas informativas, entre atores individuais ou coletivos. Esta é a nova esfera conversacional pós-massiva (LEMOS, 2009, p.2).

Para Lemos e Lévy (2010, p.25), a reconfiguração da nova esfera pública, a partir da “liberação do pólo de emissão”, ocorre com a emergência das funções de comunicacionais pós-massivas. As funções pós-massivas propiciam a qualquer indivíduo consumir, produzir e compartilhar as informações através de qualquer formato, no mesmo espaço de tempo para qualquer parte do mundo. Além do que, a comunicação para ocorrer através dos *media* de função pós-massiva não necessita de grandes investimentos financeiros ou de concessão do governo; portanto, isso retira dos *media* tradicionais o monopólio da informação da opinião pública e da circulação da informação.

Dessa maneira, o potencial dos novos *media* com funções pós-massivas vão além da informação, pois são verdadeiras ferramentas de conversação. As suas características, essencialmente conversacionais, implicam em debates e conversas não mediadas e controladas pelos centros editores de informação. Isto porque nos *media* tradicionais a conversação somente acontece em outra ocasião, de forma agendada e enquadrada na esfera pública. (LEMOS; LÉVY, 2010, p.70).

Por outro lado, presenciamos a potência dos *media* digitais independentes como *blogs*, *wikis*, *podcast*, *microblogs*, *software* sociais que oferecem informações para além da transposição dos *media* tradicionais, visto que permitem uma conversação tanto de âmbito local como mundial. Os novos *media* digitais, conforme Lemos e Lévy (2009), têm um papel político importante, pois surgem e se desenvolvem por processos de baixo para cima em conversação e colaboração.

O cidadão nessa nova esfera pública não está mais obrigado a restringir o seu ponto de vista e acesso à informação ao que se escreve ou ao que é dito na esfera pública dos *media* tradicionais. Há a possibilidade de acesso a pontos de vista de um conjunto de atores em debate ou conflito. Mais além, pode-se produzir uma visão de mundo independente e distribuí-la livremente em diversos formatos. Sendo assim, Lemos (2009, p.4) acredita que “a conversação aberta e livre é a base para a ação política. Embora esta não se esgote naquela, podemos ver aqui um novo formato bem diferente do proposto pelos meios massivos” (LEMOS, 2009, p.4). Segundo Martino (2001), nos *media* tradicionais,

[...] a opinião pública é enquadrada e agendada pelos mass *media*, havendo debate a posteriori, fruto do consumo de informação editada por grandes conglomerados de empresas de comunicação e jornalistas profissionais. Como os mass *media*, trata-se, na realidade, mais de informação editada do que verdadeiramente comunicação, esta compreendida aqui com diálogo, como ação em comum entre consciências engajadas em romper o isolamento e em compartilhar uma atividade conjunta (LEMOS, 2009, p.1-2).

Conforme Lemos e Lévy (2010, p.13), a nova esfera pública digital não é mais dividida por espaços geográficos, mas diretamente mundial. Os valores e os modos apresentados pela nova esfera pública são a abertura, a relação entre diversas pessoas e a colaboração. Enquanto os *media* tradicionais funcionavam a partir de um centro emissor, os novos *media* digitais atuam de forma muitos para muitos em um espaço descentralizado. A nova comunicação pública é polarizada por pessoas que produzem ao mesmo tempo o

conteúdo, a crítica, a filtragem e se organização em redes de troca e colaboração ao invés de ser enquadrada pelos *media* tradicionais (jornais, revistas, emissões de rádio ou televisão).

Apesar do fato das redes digitais constitui-se em um meio de comunicação com mais vivacidade apenas há pouco tempo, é possível observar o seu uso nos distintos campos da política (ativismo, comunicação político-partidária, voto online, comunicação entre instituições do estado e cidadãos). Isto porque a internet, por meio das novas tecnologias digitais, permite aos indivíduos conversar e compartilhar as informações sem a necessidade de pedirem permissão a grupos midiáticos já consolidados. Graças a estes aspectos, a internet é vista como uma complementação da esfera pública política argumentativa, visto que concede oportunidade de expressão a vozes marginalizada, sem censura governamental ou das indústrias de entretenimento e comunicação (ALLAN apud MARQUES, 2006, p.167).

A partir do momento em que facilitam a troca de experiências e informações, as redes informacionais atuam pelo menos em potencial, como ambiente favorável à conversação. Em outras palavras, idealmente isso traria aos cidadãos interessados a possibilidade de possuir mais influência na esfera pública política, encontrando de forma cômoda, outros indivíduos para dialogar assuntos de interesses públicos (MARQUES, 2006, 167).

Na perspectiva de Lemos e Lévy (2010, p.14), as transformações ocorridas na esfera pública afetam a democracia a partir de quatro domínios independentes: “ a capacidade de aquisição de informação, expressão, associação e deliberação dos cidadãos”. Um efeito notável dessa mudança da esfera pública é a pressão que ela exerce sobre as administrações estatais sobre os governos para maior transparência, abertura e diálogo. Através do caráter mundial da nova esfera pública, as opiniões dos cidadãos atravessam fronteiras e propiciam o questionamento de problemas ecológicos, econômicos e políticos. Isto porque “A produção livre e colaborativa aumenta as possibilidades para obter informações a partir das mais diversas fontes, dando ao cidadão a capacidade crítica de escolhas até então impossíveis com a tecnologia analógicas ou as mídias de função massiva” (LEMOS; LÉVY, 2010, p.63).

Todavia, Lemos (2009) acredita que os efeitos desta nova esfera conversacional necessitam serem estudados de maneira detalhada. Pois apenas a conversação e a colaboração não exaurem sozinhos os problemas do engajamento político das pessoas. “A participação, a colaboração e a conversação são as bases para uma ação política, mas não garantem a sua efetividade” (LEMOS; LÉVY, 2010, p.76).

Nesse sentido, “o discurso em torno da interface entre comunicação e política tomou um rumo mais propositivo, na intenção de se apontar alternativas de emprego dos *media* que favoreçam, de maneira mais efetiva, o aperfeiçoamento das democracias” (SAMPAIO;

MAIA; MARQUES, 2010, p.8) Visto que seria pouco plausível não levar em conta todas as possibilidades democráticas proporcionadas pelas novas ferramentas digitais.

Nesse sentido, o modelo democrático deliberativo ganhou espaço nos estudos práticos das possibilidades políticas proporcionadas pela internet. Isto porque o deliberacionismo defende a discussão pública, como mecanismo da produção e legitimação das decisões políticas. Todavia, um dos principais problemas encontrado por este modelo democrático era encontrar o espaço ideal para promover a troca de razões entre indivíduos, grupos ou instituições distintas. E a internet com o seu aspecto conversacional deu alento para a idealização de uma deliberação pública mais participativa por meio do uso das novas ferramentas digitais.

2 A DELIBERAÇÃO PÚBLICA NA INTERNET

2.1 DELIBERAÇÃO PÚBLICA: CONCEITOS FUNDAMENTAIS

A participação popular mais efetiva no processo decisório surge como alternativa para superar os limites impostos pela democracia representativa (GOMES, 2005a). A participação da sociedade civil de uma forma mais democrática pode ser desenvolvida a partir do modelo deliberacionista. As principais vertentes do deliberacionismo nos últimos anos vêm se organizando no ideal da discussão da razão com base na livre argumentação pública entre iguais.

De maneira geral, os primeiros estudos acerca de deliberação pública possuem a sua base conceitual nos trabalhos do alemão Jürgen Habermas, o qual engendrou contribuições primordiais ao conceito do deliberacionismo nas sociedades contemporâneas. Habermas (1995; 1997 apud MARQUES, F., 2010, p.54) propôs uma alternativa ao modelo republicano de democracia, cujo conceito demanda dos cidadãos engajamento e interação quase incondicional e, portanto, defende uma concepção forte de soberania popular. Quanto ao modelo liberal, cuja participação dos indivíduos nas instituições do estado se dá de modo isolado, o autor defende que as instituições do estado, devem fornecer garantias de que o cidadão não será perturbado no curso de sua vida e que não sofrerá arbitrariedade que ponham em risco sua liberdade. Por conseguinte, o deliberacionismo, tem por objetivo esquivar a teoria e a prática da democracia de problemas inerentes às vertentes do modelo republicano e liberal.

O primeiro esclarecimento fundamental atinente à democracia deliberativa refere-se às distintas interpretações conferidas ao termo “deliberação”. Na concepção de Bernard Manin (1987 apud MARQUES, F., 2010, p.62), o termo deliberação pode ser compreendido de duas formas. A primeira como simples ato de tomar uma decisão, ou seja, um evento presenciado necessita de uma resolução imediata de ação de efeitos práticos ou algo ser sentenciado. A segundo abrange o conceito de um processo reflexivo elaborado que visa aperfeiçoar as concepções dos agentes em partilha de determinada realidade podendo tal processo resultar ou não em um resultado final (NOBRE apud MARQUES, F., 2010, p.62).

A deliberação, consoante o entendimento tomado pela vertente aqui ponderada,

evidencia a segunda interpretação, imputando importância ao diálogo e as interações, alicerçado em determinados princípios entre todos os envolvidos no processo político. Nesta perspectiva, de acordo com Benhabib (1996 apud MARQUES, A., 2009, p.15) a deliberação é uma “rede de múltiplos espaços de formação e disseminação de opiniões, associados de maneira não coercitiva e que se interceptam em dinâmica de comunicação livres e espontâneas”.

Faz-se necessária, ainda uma distinção entre democracia deliberativa e deliberação pública. Na parecer de Bohman (1996) e Bohman e Rehg (1996) a deliberação pública é o processo de discussão em público de temas relativos à coletividade, necessitando o método observar certos princípios como reciprocidade, publicidade e *accountability* abordado com maior ênfase no decorrer da pesquisa. Logo, por democracia deliberativa os referidos autores entendem como um regime de governo na qual as instituições do estado promovem o desenvolvimento de debate discursivo e levam em conta os resultados da deliberação pública quanto da produção política (MARQUES, F., 2010, p.62).

No entendimento de Cohen (2009, p.85) “a democracia deliberativa é uma associação cujas relações são governadas pela deliberação pública de seus membros”. Desse modo a deliberação pública pode ser concebida como parte do processo da democracia deliberativa que não se restringe apenas às arenas formais do estado, mas como um processo capaz de conectar diferentes espaços discursivos para a busca da legitimidade do processo público das trocas de razões. Conforme Cohen (1989):

[...] a democracia deliberativa está ligada ao ideal intuitivo de uma associação democrática, na qual a justificação dos termos e condições da associação procedem através dos argumentos públicos e do raciocínio entre cidadãos iguais. Cidadãos que compartilham um compromisso para a solução dos problemas da escolha coletiva através do raciocínio público e consideram suas instituições fundamentais como legítimas, na medida em que eles estabelecem a moldura para a deliberação pública livre (FARIA, 2000, p.50).

Portanto, a ideia de deliberação pública apresenta uma forma de produção da decisão política orientada pelo diálogo em lugar de outros mecanismos, como a vontade da maioria expressa pelo voto dos cidadãos ou a barganha dos representantes políticos. Desse modo, o processo é baseado na atuação dos atores, os quais se ouvem mutuamente, apresentando justificativas para os seus posicionamentos, e evidenciam uma disposição para repensar e revisar suas preferências iniciais a partir das trocas discursivas que coloca os argumentos em

disputa (BOHMAN, 1996; GUTMANN; THOMPSON, 1996; HABERMAS, 1997 apud MIOLA, 2009a, p.8). Na visão de Ângela Marques (2009, p.13), “a deliberação pode contribuir para o bom funcionamento da democracia por meio da gestão de procedimentos que guiam as ações comunicativas através das quais os cidadãos trocam argumentos de maneira cooperativa e, ao mesmo tempo, conflitiva”.

2.2 AS TROCAS ARGUMENTATIVAS

2.2.1 O DEBATE E A RAZÃO PÚBLICA

Nas democracias modernas, a fundamentação do governo democrático ocorre pelo sufrágio universal. Todavia, esse instrumento não é suficiente para legitimar a democracia, na visão de autores que favorecem uma perspectiva participacionista (MARQUES, F., 2008). Habermas (2006) contribui para a elaboração do conceito de democracia deliberativa na medida em que procura dar resposta à questão da legitimidade nas democracias. Isto é a preocupação de Habermas (2006):

[...] consiste em estabelecer princípios formais de interação que possam assegurar a legitimidade das normas e de garantir alternativas capazes de regular os tipos de conflitos que surgem nas sociedades pluralistas, marcadas sobre tudo, pela tensão e pelo embate entre múltiplas e diferentes demandas, necessidades e identidades (MARQUES, A., 2009, p.12).

As noções de legitimação e justificação configuram parte da preocupação dos autores ligados à ideia de deliberação pública. Portanto, qualquer decisão política só poderá ser considerada legítima na medida em que sejam apresentadas justificativas para a sua escolha de forma inclusiva e igualitária. O processo de justificação deve considerar as reivindicações e argumentos de qualquer participante. Nesta perspectiva, “uma norma só é considerada legítima se ela é fundada sobre razões públicas que resultam de um processo de deliberação inclusivo e igualitário” (BLONDIAUX; SINTOMER, 2002 apud MARQUES, A., 2009, p.14).

Na visão de Habermas (1996), nas trocas discursivas os participantes tematizam exigências de validade e tentam resgatá-las ou criticá-las através de argumentos e sua força é medida em um contexto criado pela solidez das razões. Por serem submetidas a avaliações e críticas, as expressões racionais também podem ser corrigidas e melhoradas através de trocas discursivas (SAMPAIO; MAIA; MARQUES, F., 2010, p.448).

A deliberação seria a busca das práticas discursivas mais válidas, justas e verdadeiras, objetivando resgatar as maneiras de tratar os conflitos de difícil solução. Outro ponto seria o fato da deliberação estar em constante análise por parte dos envolvidos e, portanto, mesmo que o processo não resulte no melhor resultado ele pode ser modificado no futuro (SAMPAIO; MAIA; MARQUES, F., 2010, p.448).

Isto porque através do próprio debate, as pessoas tornam-se mais críticas a respeito de suas opiniões e preferências iniciais. “Este é um processo de aprendizagem e organização de um corpo de conhecimento que permite novas interpretações de necessidades, implicando novas atitudes e orientações políticas” (MAIA, 2001, p.10). Ou seja, segundo Habermas (1997), a deliberação também é um processo de aprendizagem que se estabelece de forma reflexiva e, portanto, deveria ajudar aos cidadãos a entender melhor um problema de interesse coletivo.

O deliberacionismo, desse modo, é entendido em torno de um ideal de justificação política voltado para o estabelecimento do uso público da razão (COHEN, 2009, p.99). “Quando apresentam os seus pontos de vista e suas posições aos outros, os indivíduos precisam sustentá-los através da articulação de boas razões em um contexto público diante de seus interlocutores deliberativos” (BENHABIB, 2009, p.116). Ou seja, os indivíduos integrantes do processo de deliberação pública necessitam articular razões públicas no mínimo justificáveis se almejarem elevar a chance das suas propostas serem levadas em consideração.

Nestes termos, o entendimento do deliberacionismo concernente à justificação não se limita à simples combinação harmoniosa de argumentos. Jane Mansbridge (1999) afirma que os participantes do processo deliberativo devem buscar entender as razões que levam determinados agentes a tutelarem causas específicas. Assim, a justificação se refere ao provimento de razões de perfil público e a busca por um ambiente mais cooperativo e menos conflituoso no qual os cidadãos respaldados por princípios deliberativos formulam suas razões e argumentos obedecendo aos padrões mínimos de respeito e consideração com a outra parte (MARQUES, F., 2010, p.63).

Em seu melhor funcionamento, um sistema deliberativo, assim como todos os sistemas de participação democrática, auxiliam os seus participantes a entenderem melhor a si mesmos e ao contexto no qual se inserem. Ele também auxilia a mudar a si mesmos e aos outros de modo a alcançar melhorias para eles e para a sociedade como um todo – embora às vezes esses objetivos entrem em conflito (MANSBRIDGE, 2009, p.208).

Se um sistema deliberativo funciona bem, ele filtra e descarta as piores ideias disponíveis sobre os problemas públicos, enquanto adota e aplica as melhores propostas. Quando ele não funciona, acaba por distorcer os fatos, retratando ideias de modo que seus proponentes sejam repudiados e alenta aos participantes a pensar e agir de forma não colaborativa nem para o seu bem nem para a política como um todo.

Desse modo, de acordo com Seyla Benhabib (1996 apud MARQUES, 2010), os fatores que atribuem legitimidade à deliberação pública é a ampla possibilidade de defesa das perspectivas e justificações diversas, as trocas de informações, experiências e de disposições entre atores políticos com conhecimentos diversificados, além do confronto em arenas configuradas de modo a favorecer a interação política. Ou seja, para os autores do modelo discursivo, o processo de justificação e do emprego de razões públicas abre o caminho para a legitimação daquelas decisões que nascem como fruto da deliberação pública (NOBRE, 2004; COHEN, 1996; DRYZEK, 2004 apud MARQUES, F., 2010, p.63).

2.2.2 DELIBERAÇÃO E A LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA

Nem todas as decisões da maioria seguem os princípios deliberativos e, portanto, a depender do caso, isso pode comprometer a legitimidade da decisão tomada. Existem modos perversos, do ponto de vista deliberativo, para construir a maioria dos votos: pressões, visões distorcidas, carência de informações dentre outros fenômenos como relata Tremblay (2001):

Aceitar a regra da maioria como um modo pragmático de produção da decisão política pode revelar, na prática, um tipo de déficit de legitimação. Daí, segue-se o fato de que uma lei que tenha sido aprovada por uma mera maioria possa, razoavelmente, constituir uma razão primordial para se acreditar que ela não tenha sido justificada em termos aceitáveis para todos” (TREMBLAY, 2001 apud MARQUES, F., 2010, p.64).

De acordo com Bohman (2009, p.42) “as abordagens procedimentalistas da deliberação feitas por Cohen, Dahl e Habermas não estão erradas; porém, falta a elas uma abordagem do processo de deliberação e, por isso, elas não podem providenciar critérios para o seu sucesso”. Para o filósofo norte americano os procedimentos são importantes, mas não suficientes para tornar a deliberação e o seu resultado legítimo. Ou seja, as concepções eminentemente procedimentais estão incompletas, por não levarem em conta o *give-and-take* (troca de ideias) de razões ao qual o processo deliberativo tanto se refere. De acordo com Bohman (2009, p.40):

A principal falha das abordagens procedimentais é que elas requerem definições de deliberação extremamente restritas. No diálogo e na comunicação, procedimentos sozinhos não definem padrões de justiça ou racionalidade. Considere um processo que permite a cada indivíduo em um grupo ter sua própria fala. Mesmo com uma igual chance de falar, nem todo interlocutor será capaz de influenciar o resultado da deliberação em seu favor. Como procedimentos abertos e informais como “ter a própria vez” não inibem a manipulação estratégica, é necessário considerar a efetividade do falante, e não só a oportunidade de ter suas razões consideradas. [...] Se a deliberação é uma atividade conjunta, como defendo, então procedimentos sozinhos, mesmo igualmente racionais ou intrinsecamente justos (como jogar cara ou coroa), não capturaram o critério e as condições de sucesso dessa atividade.

“A crítica à abordagem habermasiana está conectada ao fato de que aos cidadãos contemporâneos cabe, nessa visão, apenas criticar e influenciar as decisões das instituições e não a autoria de tais decisões”. Isto porque Habermas (1995; 1997; 2006) “subestima o potencial da soberania popular na democracia contemporânea e a possibilidade da deliberação pública efetiva” (FARIA, 2000, p.64). A partir das lacunas deixadas pela vertente habermasiana “a substância dos argumentos das decisões é tomada como uma outra face da deliberação pública, em complemento com os procedimentos” (STEINER; BÄCHTIGER; SPÖRNDLI, 2001 apud MARQUES, F., 2010, p.64).

Gutmann e Thompson. (2009, p.178) afirmam que o esforço de alguns teóricos em manter os procedimentos puros, como por exemplo, o sufrágio universal, é falho e que qualquer teoria adequada deve incluir tantos princípios substantivos quanto procedimentais. Os pesquisadores na busca de dar maior densidade à avaliação acerca da validade positiva ou negativa de um determinado argumento sugerem três princípios substantivos das razões na deliberação pública. Os três princípios propostos são: a reciprocidade, a publicidade e a *accountability*.

De acordo com o conceito de reciprocidade os cidadãos devem elucidar as razões

pelas quais defendem determinadas propostas, e na prática do respeito às outras razões dos opositores, procurarem a concordância através do exercício que denominam “economia da discordância moral” de modo a reconhecer e suavizar as distinções em uma tentativa de propiciar um entendimento mútuo. Em outras palavras:

A reciprocidade assegura que os cidadãos devem uns aos outros justificativas para as leis e as políticas públicas que os vinculam mutuamente e que eles coletivamente elaboram. O objetivo de uma teoria que toma a reciprocidade seriamente é auxiliar as pessoas a chegarem a um acordo político na base de princípios que podem ser justificados a outros que compartilham o objetivo de chegar a esse entendimento (GUTMANN; THOMPSON, 2009, p.180-181).

O princípio de publicidade inspirada na Filosofia Política de Kant pressupõe que apenas as justificações e razões públicas com a possibilidade de serem defendidas publicamente são admitidas como parte do deliberacionismo. Também as informações necessárias para avaliarem criticamente tais razões devem estar presentes ao público e construídas de forma que todos os participantes possam entendê-las e aceitá-las. (GUTMANN; THOMPSON, 1996; BOHMAN, 1996 apud MARQUES, F., 2010, p.65-66). De acordo com Bohman (2009, p.46-47):

A publicidade aplica-se tanto ao espaço social no qual a deliberação ocorre quanto ao tipo de razões oferecidas pelos cidadãos que dela tomam parte [...]. Quando relacionada a uma contribuição para a deliberação, a publicidade significa somente que as intenções dos interlocutores precisam ser confessadas, no sentido de que elas precisam tornar-se conhecidas. Quando relacionada ao processo político, a publicidade fraca requer que qualquer tentativa de influenciar a deliberação, como o acordo entre partes, seja conhecida por todos. [...] A publicidade forte assegura que todos os interlocutores podem participar efetivamente da arena do debate da discussão nos quais todos podemos esperar que os outros lhe providenciarão respostas.

O princípio de *accountability* pode ser traduzido como “prestações de conta” ou responsabilização e afirma a necessidade dos representantes argumentarem aos cidadãos razões para se adotar determinada política e de se mostrarem abertos e “responsáveis” aos questionamentos possivelmente avivados na deliberação. Assim, todos os participantes da deliberação pública são responsáveis pelas consequências das políticas deliberadas. E mesmo nos casos que determinados resultados conflitantes sejam posto em prática, aqueles que

participaram de sua elaboração devem se mostrar abertos a críticas e a correções que venham a ser consideradas apropriadas para lidar com uma ou outra dificuldade. (GUTMANN; THOMPSON, 2009; MARQUES, F.; MIOLA, 2007; MARQUES, F., 2010).

O ideal de conceder maior legitimidade ao processo político, principalmente no que se refere à discussão de temas de natureza pública, figura-se na atualidade com maior relevância na proporção em que aponta elementos enveredados a tornar forte a legitimidade dos regimes e das práticas democráticas. Um dos principais problemas encontrados por este modelo é “operacionalizar a existência de ambientes que possibilitem a troca de razões entre indivíduos, grupos e instituições com perspectiva diferentes” (MARQUES, F.; MIOLA, 2010, p.1). É necessário, portanto, aperfeiçoar tal processo e estimular a participação dos cidadãos com o propósito de considerar perspectivas diversas na formulação das políticas públicas.

A busca por uma condição adequada dos argumentos tem como meta final a manutenção do ambiente político propício ao entendimento e à cooperação entre aqueles sujeitos envolvidos no processo político. Se a deliberação é formalmente concebível para os representantes eleitos o modelo deliberativo busca expandir a discussão pública atinente ao processo de decisão política. A vertente deliberativa não almeja que todos os cidadãos ocupem a totalidade dos debates públicos. Contudo, o deliberacionismo anseia por melhores oportunidades de influenciar e de provocar os participantes a terem seus motivos e reivindicações considerados a partir da razão pública.

2.3 A DELIBERAÇÃO NOS *MEDIA* DIGITAIS

2.3.1 A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Certamente, a teoria de democrática do deliberacionismo sonda meios de incrementar as práticas democráticas de participação política dos cidadãos, assim como ajudá-los a se engajarem em processos deliberativos de boa qualidade. Essa tendência encontrou alento com o surgimento dos suportes digitais de comunicação por conta da superação dos limites democráticos presenciados nos *media* tradicionais (MARQUES, F., 2008).

Partindo dos alegados potenciais⁶ dos *new media*, possibilitados com o desenvolvimento da internet, o modelo de democracia deliberacionista adquiriu contornos mais favoráveis atinentes às mudanças das práticas democráticas. Isto porque os *media* tradicionais proporcionariam apenas um modo unidirecional de comunicação. E com “a emergência de uma plataforma de comunicação com a capacidade de atuar sob uma lógica diferente daquela dos *mass media* tradicionais revigora as esperanças no que concerne ao emprego dos *media* para aperfeiçoar a democracia e a participação dos cidadãos” (MARQUES, F., 2007, p.157).

Um atributo primordial atrelado à internet é considerar a sua capacidade interativa, facilitada graças a uma série de ferramentas de informática. Desse modo, de acordo com Dahlgren (2001), identifica-se um vasto universo de novas e complexas teias de relações sociais, cuja origem e desenvolvimento estão diretamente associados às novas tecnologias, e nas quais o paradigma que agora impera parece ser a comunicação de muitos para muitos. (ESTEVES, 2010, 184).

Porém, apenas com o atributo interativo não se constrói uma democracia e a deliberação só se torna viável pelo apoio dos cidadãos, com a participação efetiva de todos na vida política. Nesse sentido, de acordo com Gomes (2005b, p.221) surge um problema de ordem cultural, visto que “o acesso à informação política não nos torna automaticamente cidadãos mais informados e mais ativos”. É certo que as tecnologias digitais transformam a participação dos indivíduos mais confortável e acessível, todavia, não a garantem, pois, “aqueles com acesso a internet não necessariamente buscam discussões políticas, seja enfim, porque discussões políticas são frequentemente dominadas por poucos”.

Entretanto, os governos devem oferecer os meios mais justos de intervenção da sociedade nas deliberações públicas, por via de meios sociais de inclusão digital através da educação, ou da disponibilidade de recursos tecnológicos à sociedade. “Uma vez que as decisões políticas são caracteristicamente impostas a todos, parece razoável considerar como condição essencial para a legitimidade, a deliberação de todos ou, mais precisamente, o direito de todos a participarem na deliberação” (MANIN apud ESTEVES, 2010, p.174). Isto é, a oferta de meios mais justos de intervenção à sociedade civil reconfigura uma atitude mais

⁶ Wilson Gomes (2005a), por exemplo, indica, a partir do reconhecimento de um amplo conjunto de referências, os potenciais democráticos da internet tais como: i) a superação do limite de tempo e espaço, ou seja, todo o indivíduo pode se comunicar com qualquer outra pessoa em qualquer lugar do mundo; ii) A disponibilidade de estoque extenso e com qualidade das informações on-line; iii) A comodidade, conforto, conveniência e custo, dispensando desse modo o deslocamento espacial e possibilitado a participação a partir de casa ou do trabalho e permitindo o engajamento de acordo com a disponibilidade; iv) a facilidade e extensão de acesso superando políticas de segredo, reserva ou disponibilidade; v) um meio sem filtros e controles, acreditando-se que nela se verifica um liberdade no fluxo de informação.

democrática, do ponto de vista do interesse público estar engajado em buscar soluções para os déficits de participação nas sociedades democráticas.

Todavia, para proporcionar os meios mais justos de intervenção dos cidadãos, é necessário o uso correto das novas tecnologias digitais. Isto porque a sua efetividade, como recursos comunicacionais de participação, está conectado com os modos que são empregados para uma atuação mais democrática da sociedade civil. A internet, de acordo com Hamlett (2003 apud GOMES, 2005a, p.75), “é um ambiente, um meio que, como ainda é claro para todos, está pleno de possibilidades, desde que as sociedades consigam dela retirar tudo o que de vantajoso”. Portanto, deve-se buscar e pesquisar as melhores maneiras de empregar as ferramentas disponíveis para conseguir uma participação mais justa da sociedade civil.

Temos os exemplos dos vaticínios fracassados acerca das transformações democráticas que os *mass media* tradicionais iriam proporcionar à sociedade. Portanto, não é apenas com os atributos positivos que a internet fornece como meio de comunicação que chegaremos a um modelo de democracia efetiva. Nestes termos, Gomes (2005a, p.75) elucida que os “recursos tecnológicos não podem frustrar nem realizar promessas de efeitos sociais”, pois, “são instrumentos à disposição de agentes sociais, estes sim com capacidade de fazer promessas ou de frustrar esperanças”. Logo, é necessário aproveitar o potencial da internet numa comunicação mais democrática entre a esfera civil e a esfera pública.

2.3.2 PRÁTICAS DELIBERATIVAS ONLINE

Existem múltiplas possibilidades de conferir maior legitimidade aos cidadãos por meio da participação *online* na coisa pública. Todavia, nem sempre as instituições do estado apresentam as condições efetivas e o interesse em pôr em prática iniciativas que objetivem aperfeiçoar o exercício democrático e a participação política. No que concerne à transparência pública, Francisco Marques (2008, p.319-320), em um recente estudo de caso acerca das ferramentas oferecidas pelo Portal da Presidência, concluiu que do ponto de vista de prestação de informação a casa tinha preferência pela disponibilidade de dados institucionais e promoção pessoal dos representantes políticos (biografia, notícias de eventos, programa de governo). Desse modo, o Portal da Presidência acaba por atuar mais como um repositório de informações ao invés de ofertar um grau mais aprofundado de informação, que poderia ser vantajoso aos cidadãos no tocante ao cultivo de um conjunto de conhecimento mais

qualificado.

Partindo para os mecanismos encontrados na pesquisa de seis⁷ *websites* do legislativo brasileiro e da Câmara dos Deputados, Francisco Marques e Miola (2007) concluíram que os referidos canais privilegiavam mais informações em detrimento a oferta de ferramentas digitais participativas. Os recursos encontrados nesses *websites* também recorriam, em sua maioria, para a modalidade *off-line* de participação e boa parte dos mecanismos ofertados se limitavam a números de telefones e endereços físicos representando um fraco avanço na aproximação entre esfera política e civil. De acordo com Francisco Marques e Miola (2007) o *site* da Câmara dos Deputados é aquele que continha, à época, e dentro do universo de análise selecionado os melhores recursos por privilegiar de modo peculiar experiências interessantes de participação deliberativas, resultando nas trocas de razões através dos fóruns e dos *chats* para discussão de proposições legislativas em andamento.

Tal fato pode ser presenciado em 2005 e 2007, épocas nas quais o portal da Câmara dos Deputados, disponibilizou oito fóruns de debate moderados por três comissões parlamentares permanentes da casa concedendo aos cidadãos a possibilidade de se manifestarem acerca dos variados temas de acordo com a sua área de interesse e domínio. Os assuntos eram relativos ao “parcelamento do solo urbano”, “regularização fundiária”, “habitação popular”, “Política Nacional de Saneamento Ambiental”, “transporte coletivo e acessibilidade”, “gestão democrática da cidade”, “qual a sua sugestão para o anteprojeto de substitutivo apresentado ao Projeto de Lei nº1.528, que trata da Organização Sindical”, “como a Câmara dos Deputados pode aproximar você, cidadão, e a sociedade civil organizada da Comissão de Legislação Participativa?”. Um ponto positivo do fórum era o esforço da instituição em integrar o processo da decisão política, desenvolvida de acordo com os processos tradicionais, com os *media* digitais, ampliando, as práticas políticas dos cidadãos.

As experiências do uso dos meios tecnológicos em um nível municipal, objetivando a deliberação pública, podem ser presenciadas no Orçamento Participativo Digital (OPD) lançado pela prefeitura de Belo Horizonte em 2008. O *website* foi lançado com todos os aparatos tecnológicos disponíveis e acessíveis ao voto. Um detalhe importante foi o fato do *site* não ser gerenciado pela prefeitura, mas por uma agência de desenvolvimento de *websites*. Através do *site* do projeto qualquer cidadão com título de eleitor da capital poderia escolher entre cinco obras, pré-selecionadas, relativas a obras viárias. Ou seja, a atuação dos cidadãos ocorreu diferentemente do Orçamento Participativo Regional da cidade que necessitava da

⁷ A pesquisa analisou as ferramentas participativas dos maiores estados de cada região em termos populacionais, Bahia, Goiás, Pará, Rio Grande do Sul e São Paulo (MARQUES, F.; MIOLA, 2007).

presença física dos participantes. No que se refere às ferramentas digitais deliberativas foram ofertados um fórum, postagem de mensagens *online* sem a necessidade de se cadastrar, e um *chat* aberto em datas agendadas na qual os representantes da secretária de Planejamento, Orçamento e Informação participavam para ouvir dúvidas críticas e sugestões. As ferramentas digitais proviam os cidadãos de argumentar as suas razões discursivas relativas a escolhas das obras com o intuito de uma participação mais efetiva na deliberação. Ao final, o OPD, 2008, alcançou a cifra de 172.938 participantes do eleitorado da cidade.

O deliberacionismo tem como um dos objetivos uma interferência mais ativa da esfera civil na produção da decisão política. A teoria deliberacionista atenta que uma intervenção mais forte dos cidadãos é necessária para conceder maior legitimidade ao regime de governo democrático quanto para acrescentar novos pontos de vistas à formulação e justificação políticas. Na perspectiva de Bohman (1996) e Gutmann e Thompson (1996), os cidadãos inseridos no processo discursivo estão sujeitos a determinados tipos de regulamentos, principalmente no que tange aos comportamentos dos agentes em disputa argumentativa e nas razões questionadas em público (MARQUES, F.; MIOLA, 2007, p.18). Neste panorama, busca-se o emprego efetivo e a ampliação de mecanismos que valorizem a participação deliberativa dos cidadãos e que leve em conta o julgamento da razão pública no processo político preocupando-se em absorver as contribuições e disposições dos cidadãos.

2.3.3 AS CARACTERÍSTICAS DAS FERRAMENTAS DIGITAIS DELIBERATIVAS

A democracia deliberativa se interessa por uma crescente busca de incrementar o componente discursivo na efetivação cotidiana das práticas políticas. Essa tendência se refletiu na importância das análises sobre como as ferramentas digitais poderiam auxiliar a construção de uma democracia mais deliberativa ou como ajudariam aos cidadãos a se engajarem numa deliberação pública de qualidade.

De acordo com Francisco Marques (2008, p.268-269), as ferramentas digitais “oferecem às instituições do estado a possibilidade de criarem ambientes políticos aptos a envolverem os cidadãos no processo de discussão da coisa pública e de produção de decisão política”. Isto porque tais *media* permitem ao governo a capacidade de fomentar um novo tipo de relacionamento com a esfera civil, através da provisão de informações e abertura ao diálogo produzindo uma maior legitimidade das deliberações públicas.

Nesta perspectiva, busca-se delinear as principais ferramentas tecnológicas consideradas propícias a uma participação deliberativa. Isto é, as ferramentas digitais que privilegiam a deliberação entre uma gama de entes públicos e solicitam contribuições através de argumentos. Deve-se levar em conta que o deliberacionismo procura enfatizar uma perspectiva de participação pública. Nesse sentido, os autores deliberativos demonstram preferência por um processo que inclua diversos agentes situados em espaços públicos para o confronto de argumentos (BOHMAN apud MARQUES, F.; MIOLA, 2007, p.7-8). Desse modo, Francisco Marques e Miola (2007, p.10) defendem que:

[...] o perfil de uma ferramenta deliberativa que favorece a participação pode ser delineado a partir das seguintes características: o recurso deve permitir a troca de razões entre diversos agentes, auferindo-se a todos os participantes oportunidades de inserir, questionar e justificar posicionamentos.

Partindo das referidas enunciações, uma das ferramentas digitais utilizadas no processo de participação política, a saber, são os testemunhos nos quais os cidadãos podem expor suas opiniões em comentários publicados nos *websites*. De acordo com Francisco Marques e Miola (2007), a importância da elucidada ferramenta na deliberação pública reside no fato de qualquer cidadão ter a oportunidade de oferecer seu ponto de vista a partir da exposição de experiências de vida e, assim, os cidadãos em condições de desigualdades socioeconômicas ou com a falta de capacidade para elaborar argumentos convincentes também teriam espaço na deliberação pública.

Os testemunhos podem ser visualizados no portal do Senado do Chile na seção de “cartas” o qual os cidadãos podem emitir testemunhos sobre os problemas presenciados e vivenciados e, desse modo, “chamar a atenção de agentes políticos e sociais para aquele problema, insistindo no encaminhamento de soluções” (MARQUES, F.; MIOLA, 2007; MARQUES, F., 2008). Contudo, de acordo com os princípios de Gutmann e Thompson (1996), os testemunhos, na maior parte dos casos, não satisfazem a lacuna dos requerimentos deliberativos como, por exemplo, a publicidade.

Outra forma de participação disponível através das ferramentas digitais são as petições *online*, empregadas principalmente pelo legislativo dos países europeus. As petições são um dispositivo previsto na legislação de países como Escócia e Portugal que ofertam informações de como formulá-las e conseqüentemente a possibilidade de enviá-las através da internet. A

partir do envio, o responsável pela representação possui a possibilidade de acompanhar o processo do arquivo encaminhado. Na perspectiva de Francisco Marques e Miola (2007), as petições igualmente aos testemunhos não proporcionam limitação quanto ao assunto ou as razões encaminhadas e nem promovem em todos os casos uma participação deliberativa. Neste sentido, as petições diferem dos testemunhos por este não demandar aos cidadãos a elaboração de argumentos à luz da razão pública, mas que apresentem as suas vivências. Já nas próprias instruções para o preenchimento das petições, os interessados são orientados a justificarem a sua questão contestatória com o risco destas serem excluídas do processo de apreciação.

Outro dispositivo que permite a publicação de opinião dos cidadãos encontra-se na experiência disponibilizada pelo governo do Chile. As sondagens de matérias em discussão no plenário facilitam o acesso de informação, referência bibliográfica e consulta a legislação. De acordo com Francisco Marques e Miola (2007) os cidadãos além de poderem escolher entre o sim e o não também possuem a possibilidade de refletir sobre os conteúdos principais das propostas, posiciona-se em relação às questões levantadas a luz da razão, adicionar suas próprias questões através de argumentos em formulário eletrônico. Um ponto interessante é o fato das opiniões dos outros cidadãos estarem disponíveis para consulta.

De acordo com Francisco Marques e Miola (2007) podem-se considerar os chats *online* como ferramentas adequadas do ponto deliberativo para a participação possibilitando os cidadãos a participarem de conversas *online* com especialistas e/ou legisladores. Na perspectiva dos autores, a vantagem dessa ferramenta é a viabilidade dos cidadãos desenvolverem uma razão pública em conjunto com os parlamentares. Desse modo, os cidadãos podem emitir uma ideia e contribuir efetivamente para o debate disponibilizando uma perspectiva e visão de mundo distintas dos representantes.

Mesmo que tal processo de debate não gere uma decisão ao final da discussão (isso porque o poder decisório continua nas mãos dos eleitos, já que o modelo deliberativo não defende o fim da representatividade), tanto cidadãos quanto parlamentares poderiam sair da deliberação pública com visões diferentes acerca do seu posicionamento inicial (MARQUES, F.; MIOLA, 2007, p.9-10).

No ponto de vista de Francisco Marques (2008, p.348), os fóruns, ao contrário às salas de bate papo propiciam a reunião de públicos maiores. Estes espaços são capazes de fomentar discussão e permitirem a troca de razão e de argumentos entre representantes da *res publica* e

os cidadãos, fornecendo a possibilidade de um relacionamento mais íntimo entre os dois sujeitos, e conseqüentemente, maiores chances de contribuir para a formulação e a aplicação das decisões políticas. Também se caracterizam pelo acesso público e não apenas como um espaço de interação predominantemente individual com argumentos não justificados, pelo o envolvimento de um maior número de atores e pela capacidade de diálogos mais extensos aos quais os agentes participantes possuem a opção de adicionarem proposições e refletirem sobre as respostas em relação aos seus conhecimentos.

Conforme defendem autores do modelo discursivo (Bohman, 1996; Gastil, 2000; Gutmann e Thompson, 1996), a conjunção dos argumentos de parlamentares e cidadãos, possibilitada a partir do emprego de mecanismos tais como os chats e os fóruns públicos, respeita o princípio de *accountability*, essencial à própria natureza do sistema representativo, de acordo com o deliberacionismo. Nestas ocasiões, os parlamentares encontram formas adicionais de oferecer justificativas às suas decisões políticas e, dada a possibilidade de interação, os cidadãos têm como perquirir seus representantes e contribuir com o aperfeiçoamento das políticas públicas (MARQUES, F.; MIOLA, 2007, p.15).

Uma ferramenta tecnológica, em especial, que interessa ao nosso estudo é o *wiki*. O *wiki* é um programa, de tecnologia *open source*, que permite a construção da informação de forma colaborativa. Como apresentado, Francisco Marques e Miola (2007) propõem que as ferramentas digitais para serem deliberativas “devem promover a troca de razões entre diversos entes públicos e conceder a todos participantes oportunidades de inserir, questionar e justificar posicionamentos através da razão pública”. Partido do referido alegado, busca-se delinear, brevemente, as características deliberativas da ferramenta digital *wiki*.

A tecnologia *wiki* é uma ferramenta que possibilita a qualquer cidadão contribuir com o processo de discussão da coisa pública ou no desenvolvimento de redação dos projetos de lei de interesse nacional de forma colaborativa. A ferramenta é um espaço de debate e de criação de informações como demonstra Primo e Recuero (2003, p.10):

Dessa, maneira, o *wiki* representa uma revolução em relação à construção da informação, permitindo a edição coletiva, entre diferentes sujeitos, dos documentos de forma compartilhada, a qualquer tempo e lugar. Ou seja, “não se trata apenas de uma ferramenta de indexação e formatação, mas a criação de um espaço de debate e sintetização de textos”.

A ferramenta propicia a construção de temas públicos a partir da colaboração dos cidadãos. Neste sentido, o recurso tecnológico pode agregar mais transparência no que concerne ao provimento de informações dos entes públicos. Como delineado anteriormente, Francisco Marques (2008) presenciou a partir do estudo do Portal da Presidência que os agentes públicos privilegiavam dados institucionais e de promoção pessoal dos representantes políticos. O fato das informações nos *wikis* serem construídas de forma colaborativa pelos cidadãos poderia diminuir os gastos, esforços e tempo dos agentes públicos e do estado na administração dos *websites*. Isto porque a tecnologia permite que os cidadãos sejam, ao mesmo tempo, editores, consumidores e gerenciadores dos *wikis*.

Por conseguinte, a ferramenta *wiki* fornece os recursos necessários para o debate entre uma gama de pessoas na construção das informações e concede a todos os participantes a chance de inserir, questionar e justificar posicionamentos. Pode-se afirmar, em um primeiro momento, que a ferramenta possui um potencial deliberativo de acordo com as proposições de Francisco Marques e Miola (2007). Todavia, a efetividade deliberativa das ferramentas digitais está conectada com a forma de usos pelos agentes públicos e cidadãos.

Portanto, para analisar o potencial deliberativo da ferramenta com maior profundidade a pesquisa envereda para o estudo da Wikipédia, o maior *wiki* do mundo. Isto porque o gerenciamento das Wikipédia é realizado pelas respectivas comunidades através da internet. O projeto é frequentemente alvo de disputas atinentes aos diversos pontos de vistas nas edições dos artigos. Devido a uma gama de tensões as fronteiras da Wikipédia em língua portuguesa se expandiram, isto é, o projeto vem instituindo desde a sua fundação (2002) métodos de resoluções de disputas visando resolver os conflitos entre os seus colaboradores. Um dos espaços disponíveis para resolver as disputas são as páginas de discussões encontradas nos *wikis* dos verbetes. O intuito é buscar analisar as práticas de discussão pública em um projeto comunitário de caráter livre, autoconstruído pela sociedade sem as influências político-financeiras objetivando entender os problemas e percalços da democracia na sociedade contemporânea.

3 DELIBERAÇÃO *ONLINE* NA WIKIPÉDIA

3.1 CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E FUNCIONAMENTO

A Wikipédia, maior enciclopédia *online* do mundo, é um dos projetos da organização beneficente *Wikimedia Foudation*⁸. Os fundos mantenedores do projeto são angariados através de doações⁹ realizadas através do portal da *Wikimedia*. É importante salientar que a Fundação existe para apoiar e fazer crescer a rede de voluntários. Logo, a administração dos diversos *sites* das Wikipédias pelo mundo é realizada por suas respectivas comunidades, ou seja, todas as Wikipédias possuem autonomia administrativa de gerenciamento das respectivas enciclopédias em determinado idioma.

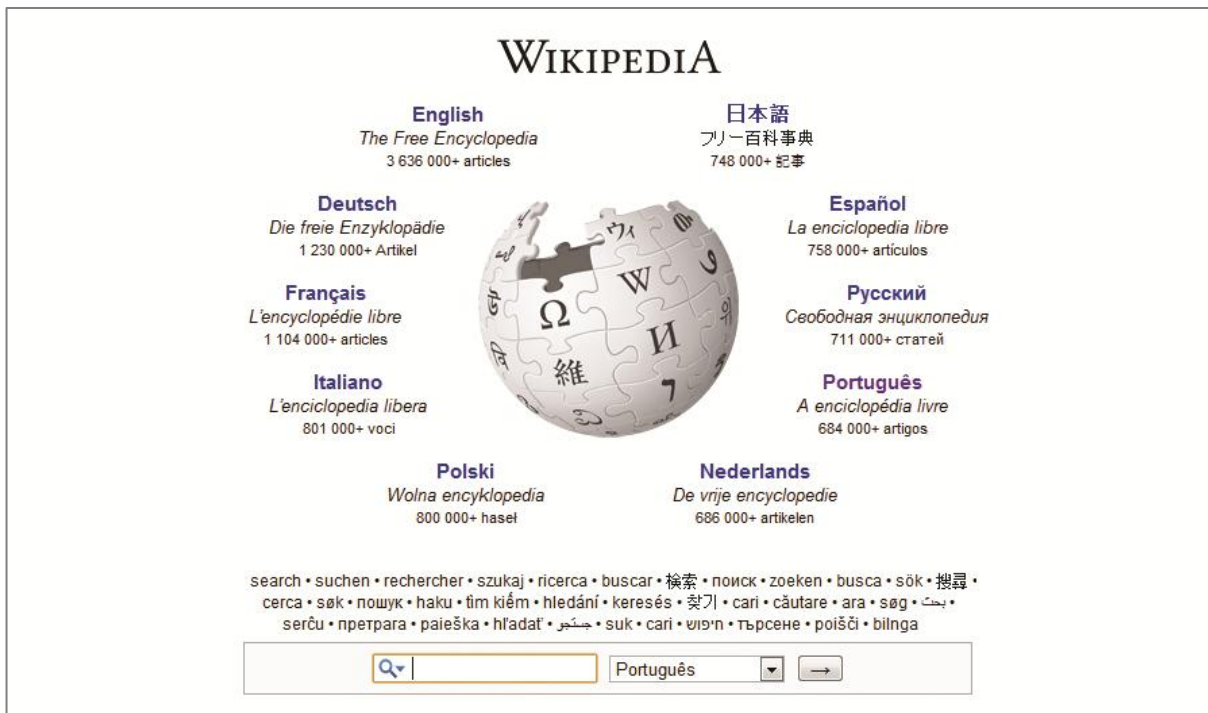
O poder de mobilização social da Wikipédia é mais facilmente explicado através de alguns números. O projeto, constituído de todas as Wikipédias e hospedado no domínio principal (<http://www.wikipedia.org>), de acordo com dados do Alexa¹⁰ é hoje um dos dez *websites* mais populares da internet, visitado por 414 milhões de usuários por mês em todo mundo (WIKIMEDIA..., p.24, 2010). A iniciativa possui versão em cerca de 270 idiomas e, no final de junho de 2010, totalizava 17,9 milhões de artigos, editados por aproximadamente 100 mil editores ativos, que são os que fazem no mínimo cinco alterações no período de um mês (WIKIMEDIA..., p.24, 2010). A classificação dos usuários ativos é proposta pela *Wikimedia* e é utilizada para fins estatísticos em todas as Wikipédias

⁸ A *Wikimedia Foundation* é uma organização beneficente, sem fins lucrativos, dedicada a incentivar a produção, desenvolvimento e distribuição de conteúdo livre e multilíngue e a disponibilizar ao público, integralmente, esses projetos baseados em *wiki* de forma totalmente gratuita. Disponível em:<<http://wikimediafoundation.org/wiki/Home>>. Acesso em: maio de 2011.

⁹ Em 2010 a fundação arrecadou mais de \$9 milhões de dólares (WIKIMEDIA..., 2010).

¹⁰ Alexa é um serviço na internet que mede o número de usuários que visitam determinados *sites* na *web*. Disponível em:<<http://www.alexa.com>>. Acesso em: maio de 2011.

Imagem 1 - Domínio principal das Wikipédias



FONTE: <http://www.wikipedia.org>

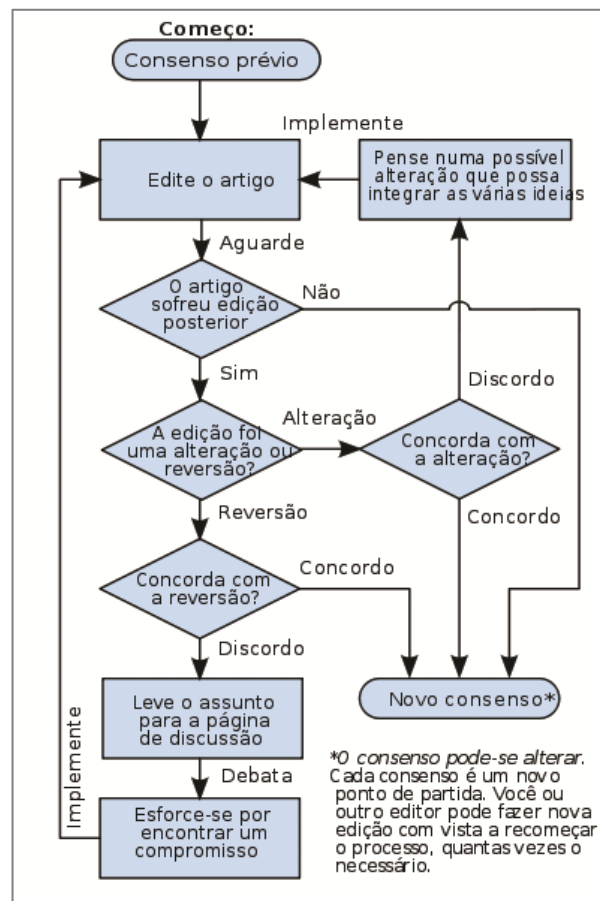
Funcionalmente, a Wikipédia opera como uma enciclopédia livre e figura como o maior site do mundo baseado na tecnologia *wiki*, ou seja, um sistema do quais múltiplos autores e editores podem participar escrevendo verbetes ou modificando e editando os conteúdos já existentes, sem maior distinção quanto ao grau de conhecimento sobre um assunto específico. Nesse sentido, “a Wikipédia é mais do que a oferta de informações. É também um convite ao trabalho social de construção do conhecimento” (PRIMO; RECUERO, 2003, p.10).

A alta qualidade do conteúdo enciclopédico da Wikipédia está se tornando amplamente reconhecida. A pesquisa de Giles (2005 apud LUCASSEN; SCHRAAGEN, 2011) demonstrou que a qualidade da Wikipédia é comparável a Enciclopédia *Britannica*. O estudo comparativo de Giles (2005 apud D’ANDREA, 2009) entre as duas enciclopédias foi realizada, a pedido da revista científica *Nature*, por especialista, através de uma “revisão cega”, em outras palavras, os pesquisadores não tinham conhecimento de qual enciclopédia o artigo revisado pertencia. Na análise acerca do tema ciências foram analisados 42 artigos nas duas enciclopédias e o resultado revelou uma média de quatro imprecisões na Wikipédia e três na *Britannica*. Isto é o resultado do estudo apontou que o índice de erros da Wikipédia foi praticamente o mesmo que o da *Britannica*.

Dentre as características fundadoras da Wikipédia, de acordo com D’Andréa (2009,

p.75), surpreende à primeira vista a possibilidade de publicação de um conteúdo sem aprovação prévia de um colaborador que atue como um moderador ou *gatekeeper*¹¹. A lógica de produção da Wikipédia baseia-se na possibilidade de gestão do conteúdo e a interação entre os grupos conectados e organizados com autonomia e sem um poder central instituído a *priori*. Todas as Wikipédias têm como base das decisões o consenso. “Ele é tido como parte integrante do projeto *wiki* e orienta aos wikipedistas que editem uma página e aguardem que outros editores a leiam para que se chegue ao consenso se a página deve ou não ser alterada” (JOHNSON, 2009, p.122).

Esquema 1 – Sugestão da comunidade para obter consenso na Wikipédia-pt



FONTE: Wiki “Consenso”¹²

D’Andrea (2009), aponta que cada comunidade linguística responsável pela administração de determinada versão possui relativa autonomia para elaborar as suas regras

¹¹ O *gatekeeper* na verdade é uma das teorias que explicam o jornalismo. Sua função está intimamente ligada à ação pessoal deste profissional, que é o responsável pela seleção das notícias que vão ser publicadas - ele deve filtrar as notícias, porém não omitir dados importantes.

¹² Disponível em: < <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Consenso> > Acesso em: junho de 2011.

de funcionamento, ainda que a original em inglês seja uma fonte de referência. O que diferencia cada um dos projetos são as apropriações culturais diferentes. Neste quesito, por exemplo, é possível presenciar a aplicação das revisões assinaladas na Wikipédia Alemã, enquanto na Wikipédia em língua portuguesa não existe um grupo concebido para validar as edições dos artigos. Ou seja, o projeto alemão se baseia na qualidade dos artigos enquanto a Wikipédia em língua portuguesa prioriza a quantidade das edições dos verbetes. A revisão assinalada trata-se de um recurso técnico da ferramenta *MediaWiki*, permitindo a validação de uma edição de verbete por um grupo de usuários pré-designado. Como demonstra Lih (2009):

[...] a versão em alemão caracteriza-se por uma grande centralização nas mãos dos administradores, que muitas vezes discutem sozinhos questões relevantes para o projeto. O foco na qualidade, e não na quantidade de artigo, acarretou num crescimento menor da Wikipédia alemã, mas foi decisivo para ela ser reconhecida por importantes instituições públicas e acadêmicas (D'ANDREA, 2009, p.78).

A Wikipédia em língua portuguesa foi criada em 2002, seguindo o modelo original do projeto enciclopédico online da Wikipédia inglesa e o seu desenvolvimento ocorreu através da colaboração dos wikipedistas da Comunidade Lusófona¹³. O projeto apresenta apropriações distintas e peculiares em relação a outras comunidades idiomáticas. Portanto, é necessário abordar as características e funções da Wikipédia em língua portuguesa de maneira particular.

Desse modo, a Wikipédia em língua portuguesa, de acordo com estatísticas¹⁴ da *Wikimedia*, apresenta-se em décima posição atinente à quantidade de números de artigos com aproximadamente 681.882 artigos válidos, ou seja, artigos que possuem pelo menos uma ligação interna e que não são redirecionamentos. Ainda de acordo com estes dados, a Wikipédia em língua portuguesa é formada por 855.127 usuários sendo apenas 5,654 participantes ativos. Entre os milhares de colaboradores voluntários de outros países lusófonos, de acordo com dados de 2011, uma brasileira se destaca no projeto por ter editado, sozinha, 234.844 registros entre alterações e criações de artigos¹⁵.

Embora seja uma enciclopédia gratuita para consulta e livre para qualquer pessoa participar - seja escrevendo ou seja editando verbetes e artigos - as fronteiras da Wikipédia em

¹³ Ela é formada pelos cidadãos dos oito países de língua portuguesa, englobando os seguintes países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

¹⁴ Disponível em: <http://meta.wikimedia.org/wiki/List_of_Wikipedias>. Acesso em: fevereiro de 2011

¹⁵ Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Lista_de_wikipedistas_por_n%C3%BAmero_de_edi%C3%A7%C3%B5es/Lista_completa>. Acesso em: maio de 2011.

língua portuguesa são claramente definidas pela gama de políticas oficiais e recomendações do *site* fundamentadas em cinco pilares do projeto original. Os pilares evoluíram desde os princípios originais oriundos do projeto inicial relativo à Wikipédia inglesa, estabelecidos na sua fundação por “Jimmy Wales”, e são alterados em caráter excepcionais. Os cinco pilares são¹⁶:

1. **Enciclopédismo:** compreende elementos de enciclopédias generalistas, especializadas e de almanaques. Isto é, o projeto defende o rigor dos usuários nas informações editadas, não permitindo pesquisas inéditas nas colaborações;
2. **Ponto de vista neutro** (*neutral point of view*): apoia-se no princípio de imparcialidade, ou seja, nenhum artigo deve defender um determinado ponto de vista, tampouco deve ser apresentado como melhor ou pior em relação a outros;
3. **Licença livre:** todos os textos estão disponíveis nos termos da atribuição jurídica 3.0 *Unported*¹⁷ (CC-BY-DA 3.0) e de compartilhamento *GNU*¹⁸ *Free Documentation License* (GFDL). Isso implica no fato das Wikipédias não aceitarem contribuições que violem o *copyright* nem serem incompatíveis com os referidos licenciamentos. Desse modo, nenhum conteúdo possui dono e ninguém detém o controle de um artigo de modo particular e, portanto, todos os conteúdos inseridos nas enciclopédias podem ser modificados e distribuídos sem aviso prévio - inclusive de forma comercial;
4. **Convivência comunitária:** mostra que o projeto possui normas de conduta almejando o respeito entre os editores a partir de consenso e da boa-fé. Busca-se, assim, evitar ataques pessoais e disputas, como guerras de edições. A guerra de edições ocorre quando um ou um grupo de wikipedistas de forma contínua revertem as edições dos outros participantes em determinada página ou tópico *wiki*. A Wikipédia em língua portuguesa considera que o ato de realizar guerras de edições, ao invés buscar o debate acerca das discordâncias, é uma quebra de conduta que pode acarretar em bloqueio dos envolvidos, ficando estes impossibilitados de realizar edições na enciclopédia.
5. **Liberdade nas regras:** estimula os participantes a serem audazes no momento de editar artigos. Pois, mesmo que não se atinja a perfeição nas primeiras edições, a

¹⁶ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Cinco_pilares>. Acesso em: maio de 2011.

¹⁷ Esta atribuição fornece o direito de copiar, distribuir e adaptar determinada obra.

¹⁸ Licença que permite que conteúdos possam ser distribuídos, modificados e replicados desde que nestas ações se mantenha sua característica livre. Mais sobre a *GNU FDL* em: <<http://www.gnu.org/licenses/fdl.html>>.

Wikipédia preserva as versões editadas dos artigos num histórico¹⁹, de modo que não é possível danificar definitivamente as informações.

Além dos princípios fundamentais, a abertura da Wikipédia em língua portuguesa resultou no aumento, nos últimos anos, do número de outras políticas e recomendações no *site*, com o intuito de adotar mecanismos técnicos permitidos pelo *software wiki* a fim de reverter vandalismos²⁰ e controlar guerras de edições.

No projeto Antivandalismo da Wikipédia em língua portuguesa, existem diversas ferramentas de monitoração disponíveis para vigiar, de forma sistemática, as páginas que sofreram ações de vandalismo. As ferramentas são, geralmente, desenvolvidas pelos wikipedistas e ficam disponíveis no *site* para pessoas voluntárias no processo de monitoramento da enciclopédia. Os voluntários reúnem-se para verificar se todas as edições de determinados assuntos aos quais possuem interesse e conhecimento estão com informações corretas²¹.

Atualmente, mesmo com o aumento de todas as políticas de proteções de artigos e até a criação do projeto Antivandalismo, a enciclopédia ainda é vítima de uma intensa quantidade de atos vândalos em determinados artigos. Na perspectiva de Johnson (2009) estas tensões se mostram de maneira mais evidente em alguns conjuntos de artigos da Wikipédia em língua portuguesa e inglesa nos quais biografias de pessoas vivas, por exemplo, são alvo frequente de vandalismos. A situação obrigou a Wikipédia em língua inglesa elaborar, para esses tipos de artigos, o mecanismo de revisões assinaladas, ou seja, as modificações dos artigos precisam ser validadas por editores mais experientes.

Embora possa ser entendido que a filosofia wiki facilite a anarquia e que os projetos wikipedias funcionem sob uma governança descentralizada, isso não reflete a verdadeira organização social interna da Wiki-pt. Como vem ocorrendo na Wikipedia em língua inglesa, o crescimento nos níveis hierárquicos na Wiki-pt é real e claramente reconhecido pelos wikipedistas entrevistados e tido até mesmo como uma evolução natural, em função do crescimento no número de editores e, em paralelo, dos vandalismos, guerras de edição e comportamentos que não refletem a filosofia do projeto (JOHNSON, 2009, p.208).

¹⁹ O histórico das edições é um recurso da ferramenta *wiki* que permite a gravação de todas as edições. Em casos de vandalismos e guerras de edições o conteúdo dos verbetes pode ser revertido para a versão mais estável.

²⁰ Vandalismo é qualquer adição, remoção ou modificação de conteúdo feita de forma a comprometer a integridade do projeto. Os tipos mais comuns de vandalismo são a inclusão de obscenidades ou humor grosseiro, remoção de todo o conteúdo de página ou inserção de texto com informação errada nos artigos. Também as agressões, insultos e atitudes difamatórias são considerados atitudes vândalas pela Comunidade Lusófona.

²¹ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:Projetos/AntiVandalismo>>. Acesso em: abril de 2011.

Um recurso, permitido pela tecnologia *wiki*, para resolver os conflitos de guerra de edição é o um canal de diálogo na aba de discussão de cada verbete. Cada artigo ou *wiki* possui um espaço de debate objetivando o diálogo entre os colaboradores do projeto. Também todos os wikipedistas possuem uma página de discussão pessoal²², com o intuito de fomentar o debate e, possivelmente, o consenso entre as partes envolvidas no impasse. Ou seja, “todo participante contribui também ao oferecer questões para discussão. Quando o texto for comprometido pela inclusão de informações duvidosas, novos debates e correções podem ser iniciadas” (PRIMO; RECUERO, 2003, p.10). Através dessas trocas coletivas, mesmo que em páginas laterais, que o texto dos verbetes vai sendo discutido e aperfeiçoado.

Imagem 2 – Topo da página de um artigo contendo a aba de discussão



FONTE: Verbetes atinentes à Universidade Federal do Ceará²³

Contudo, se o consenso entre os colaboradores através do debate não chegar a um acordo, o processo de mediação pode-se deslocar para os métodos de resolução de disputas utilizados de acordo com a natureza do problema e das pessoas envolvidas. Os métodos de resolução de disputas são: opinião de terceiros, a mediação informal, a mediação de conflitos, e conselho de arbitragem como ilustra a Tabela 1.

²² O referido canal participativo é destinado apenas aos usuários registrados. A página de discussão é considerada pela Comunidade como um espaço público sobre os wikipedistas, podendo ser utilizada para comunicação com outros usuários, apresentação pessoal e profissional e ações realizadas na Wikipédia.

²³ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Universidade_Federal_do_Cear%C3%A1>. Acesso em: maio de 2011.

Tabela 1 – Métodos de resolução de disputas na Wikipédia-pt

MÉTODOS	CARÁTER	MEDIAÇÃO
Opinião de terceiros	Conflito relativo às normas e políticas do projeto (natureza mais geral) envolvendo só 2 pessoas.	É um método descentralizado (qualquer usuário que presencie uma divergência).
Mediação informal	É um método para ser utilizado nos casos em que o debate ainda não atingiu grandes tensões.	É um método descentralizado (qualquer usuário que presencie uma divergência).
Mediação de conflitos	É um método para ser utilizado nos casos em que o debate atingiu tensões de grandes proporções.	É um método centralizado (mediadores voluntários da comunidade).
Conselho de arbitragem	Último método utilizado pela comunidade da Wikipédia em língua portuguesa.	Realizada por um conselho composto por cinco árbitros titulares e dois suplentes.

FONTE: Wiki como resolver disputas ²⁴

A opinião de terceiros é utilizada em casos de natureza mais geral ao projeto como, por exemplo, em uma situação de reversões de páginas, repetitivamente, ocasionada por divergências sobre a melhor fonte citada no artigo. O pedido é feito na página de discussão do verbete por uma das partes em situações de disputa envolvendo apenas dois editores. Geralmente, a opinião de terceiros é utilizada nas páginas de discussão dos artigos onde existem poucas pessoas envolvidas na edição²⁵. O intuito desse mecanismo é acrescentar outra linha de pensamento, ou seja, aumentar a audiência, para resolver a discordância entre os colaboradores como demonstra a seguinte mensagem de um wikipedista²⁶:

RafaAzevedo: Comunico que foi aberto um pedido de opinião de terceiro a respeito da disputa sobre o conteúdo da seção "Etimologia", envolvendo eu e o Contadorwiki DCE. A disputa consiste na alternância entre duas versões diferentes: A minha, [1], que julgo mais fiável (pelas suas fontes) e que foi baseada do conteúdo dos artigos Amazonas (mitologia) e Icamiabas, que foram elaborados com o auxílio dos editores Lechatjaune DCE e Conhecer DCE, na tentativa de obter um consenso. A do Contadorwiki DCE, [2], que consiste em conteúdo desenvolvido pelo próprio editor, baseado em fontes que foram contestadas no processo de obtenção de

²⁴ Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Como_resolver_disputas>. Acesso em: abril de 2011.

²⁵ Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Opini%C3%A3o_de_terceiro>. Acesso em: maio de 2011

²⁶ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Discuss%C3%A3o:Amazonas>>. Acesso em: abril de 2011.

consenso supracitado, bem como contendo informações extremamente duvidosas (tal como tratar a hipotética batalha entre Orellana e as icamiabas como fato histórico). Agradeço se uma opinião neutra puder se pronunciar sobre o assunto, para evitar uma guerra de edições já bastante desgastante. **Hora:** 14h23min; **Data:** 28/07/2008.

A partir da solicitação, a disputa entre os participantes aguarda uma opinião neutra de um wikipedista voluntário. Após a leitura dos dois argumentos, há um pronunciamento a favor de uma de uma das partes envolvidas como ilustra a seguinte opinião de um usuário²⁷:

Opinião de Doutorgrillo: Creio que a Wikipédia é bem clara quanto ao uso de fontes. Se as fontes existem e são confiáveis, pronto, acabou-se o assunto. A minha opinião e a de qualquer um não tem tanta importância, pois as fontes são imparciais; nossa opinião não. Foram pesquisas de algum jornalista, cientista ou qualquer outro profissional. A opinião pessoal vale em conversas, no final de semana, mas não em uma enciclopédia E PONTO FINAL. A edição do Contadorwiki D C E não deveria ser utilizada, não segundo a minha opinião, mas segundo os preceitos da Wikipédia. **Hora:** 14h11min; **Data:** 07/03/2010.

A mediação informal apresenta o propósito de identificar uma disputa e agir sobre ela o mais rápido possível para evitar que alcance grandes proporções. A Wikipédia em língua portuguesa determina que a mediação informal seja aplicada nas divergências em que as partes ainda não chegaram a uma situação de grande tensão. Este processo não possui uma lista de mediadores pré-designados configurando-se como um sistema descentralizado em que qualquer usuário pode tentar estimular o consenso na discussão entre os editores²⁸.

A mediação de conflito é uma forma de ação mais elaborada. Este processo possui uma lista de mediadores²⁹ e, conseqüentemente, é considerado um sistema centralizado. Portanto, qualquer usuário envolvido ou não na disputa possui a possibilidade de acionar um mediador, com o desígnio de resolver um conflito ou impasse na página de discussão dos verbetes³⁰. O wikipedista preenche um formulário explanando quais as pessoas que estão envolvidas na disputa, a ocorrência dos fatos e a solução que gostaria que fosse feita como

²⁷ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Discuss%C3%A3o:Amazonas>>. Acesso em: abril de 2011.

²⁸ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Media%C3%A7%C3%A3o_informal>. Acesso em: maio de 2011.

²⁹ A mediação é um processo voluntário na qual uma pessoa neutra trabalha com as partes da disputa. Desse modo, a função de mediador é guiar as partes visando atingir o consenso. Os mediadores anexam páginas de seus interesses a serem vigiadas, intervindo em casos que consideram interessantes ou são acionados por qualquer usuário envolvidos em situações de disputas.

³⁰ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Media%C3%A7%C3%A3o_de_conflitos>. Acesso em: maio de 2011.

comprova o seguinte requerimento³¹:

Requerimento feito por: Emerson Almeida.

Onde está a ocorrer o caso? No artigo sobre o político José Serra.

Quem está envolvido no caso? Eu, Emerson Almeida, e o usuário Fabiano ou GRS73.

O que é que se passa? Adicionei ao artigo um episódio que considero (e outros também) parte da biografia do político citado. Um caso de ação por calúnia e difamação de José Serra contra o ex-procurador e atual ministro do Superior Tribunal Militar, Flavio Flores da Cunha Bierrenbach. O que não foi comum em tal fato, é que o difamador apresentou as provas e foram deferidas por Wálter Fanganiello Maierovitch, então juiz titular da 2ª zona eleitoral de São Paulo e quem assina o artigo [1]. Minha contribuição foi a seguinte, revertida por GRS73: [2], no tópico "Bierrenbach e o caso dos dois Malufes".

O que é que gostaria que fosse feito (apresente uma possível solução para o problema)? O que é de direito. Que este tópico seja colocado no artigo por fazer parte da biografia de José Serra. Parece-me que há cunho eleitoral dos que a editam.

Hora: 13h23min; **Data:** 17/09/2009.

Após receber o requerimento, um mediador voluntário interessado em interceder em relação à desavença analisa o caso trazendo a discussão entre as partes para as políticas e normas da comunidade de forma neutra. O usuário envolvido é incitado a explicar e a defender através de argumentos a sua visão dos fatos. Em seguida, o mediador voluntário fecha o pedido colocando em prática ações que evitem futuros conflitos entre os usuários. As atitudes podem envolver até a proteção do artigo como ilustra a seguinte resposta³²:

Resposta do(s) mediador(es) CasteloBranco: Atendo a mediação, tentando inicialmente trazer a discussão para as políticas de verificabilidade, imparcialidade e biografia de pessoas vivas, na mesma linha do que afirmou o Kim Richard na seção Discussão desta página. **Hora:** 18h21min; **Data:** 10/10/2009.

Kim Richard: Um artigo sobre uma pessoa viva não deve ser usado para denegrir a pessoa. A Wikipédia é clara nesse aspecto: Wikipedia:Biografias de pessoas vivas. A informação inserida deve estar imperativamente apoiada sobre Wikipedia:Fontes fiáveis e escrita a partir de um ponto de vista neutro. Seria este o caso? **Hora:** 09h49min; **Data:** 29/09/2009.

Kim Richard: Sem mais resposta, a mediação será fechada. Podendo ser aberta novamente caso o conflito renascer. **Hora:** 12h24min; **Data:** 02/10/2009.

CasteloBranco: Reaberta a partir de hoje, após nova proteção ao artigo. **Hora:** 18h21min; **Data:** 10/10/2009

³¹ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Media%C3%A7%C3%A3o_de_conflitos/Casos/2009-09-17_Jos%C3%A9_Serra>. Acesso em: 19 de abril de 2011.

³² Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Media%C3%A7%C3%A3o_de_conflitos/Casos/2009-09-17_Jos%C3%A9_Serra>. Acesso em: 19 de abril de 2011

CasteloBranco: Os comentários serão centralizados na discussão do artigo, onde já há uma seção sobre o conteúdo contestado. Isso favorece o entendimento, pois evita o espalhamento do debate e a repetição de argumentos. Movi o comentário desta página para a página de discussão.

Hora: 18h27min; **Data:** 10/10/2009.

CasteloBranco: Pedido fechado. Optou-se pela proteção do artigo e uso da página de discussão para propostas de modificação no texto. **Hora:** 01h15min; **Data:** 18/10/2009.

A comunidade disponibiliza um canal de contato com os administradores, onde o usuário pode reportar pedidos de bloqueios, proteção, observação, restauração de página, revisão de bloqueios e outros pedidos não elucidados no canal. Os administradores podem proteger as páginas que sofreram disputa sobre conteúdo. A proteção, que pode ser parcial ou total, pode durar minutos ou meses. “As medidas de bloqueios e eliminações, entretanto, sempre são tomadas após a decisão por consenso ou votação dos wikipedistas. Todas as decisões só podem ser tomadas dentro das páginas da Wikipédia, não sendo permitidas decisões tomadas em encontros”. (JOHNSON, 2009, pg. 129).

O Conselho de Arbitragem, por sua vez, é um órgão colegiado eleito pela comunidade, constituindo-se como a última solução em casos de resolução de disputas. Tem como objetivos analisar e tomar decisões, através dos votos dos participantes do conselho, relacionadas com caso de: “conflitos graves entre dois ou mais usuários, desrespeito graves das políticas, recomendações, normas, costumes e práticas comuns da comunidade, comportamentos e situações que devido à sua gravidade ponham em causa o normal funcionamento da Wikipédia em língua portuguesa”³³. É importante salientar que o Conselho³⁴ pode analisar casos que a comunidade julgue não ter capacidade para resolver ou por não haver mecanismos já instituídos na comunidade que os possam solucionar.

³³ Disponível em:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Conselho_de_arbitragem>. Acesso em: maio de 2011.

³⁴ O conselho de arbitragem é composto por 5 árbitros titulares e 2 suplentes, sendo essas posições renováveis anualmente.

3.1.1 VOTAÇÃO, AUTO-ORGANIZAÇÃO E AS RELAÇÕES HIERÁRQUICAS

Johnson (2009, p.124), explica que uma das políticas gerais do projeto é a busca de consenso dos participantes nas decisões que afetam cada enciclopédia em particular. Contudo, na Wikipédia em língua portuguesa as discussões geralmente terminam sendo deliberadas através da votação pelo motivo de não atingirem o consenso entre os participantes.

Na Wikipédia em língua portuguesa, a votação é uma maneira de se chegar a uma decisão acerca de determinado assunto. Contudo, a decisão baseada no voto é realizada apenas em último caso, no qual não se chegou a um consenso entre os participantes através da ampla discussão. Portanto, é interessante observar que, antes de qualquer votação, é obrigatória a discussão acerca de determinado tema, contribuindo desta forma para os participantes ficarem a par sobre do assunto que será deliberado. Além disso, no momento da votação os participantes são obrigados a justificarem a suas escolhas através de argumentos válidos sob pena de terem os seus votos anulados nas deliberações.

As eleições na comunidade se dividem em votações gerais e votações específicas. Os escrutínios gerais se subdividem nas deliberações relacionadas ao conteúdo ou à administração. As escolhas quanto ao conteúdo, se referem aos temas relacionados à eliminação de páginas, determinação dos artigos, anexos ou do portal em destaques. Já as atinentes à administração referem-se aos assuntos referentes à escolha de novos administradores ou burocratas. As votações específicas são as deliberações que não se encaixam nas votações gerais. Assim, são objetos de difícil ou impossível consenso, como por exemplo, sanção de usuários em caso de insultos, necessitando de consulta formal democrática aos usuários³⁵.

A evolução das regras a partir da comunidade é constante e até o direito ao voto é definido através de eleições entre os wikipedistas. Situação presenciada antes de novembro de 2010, a qual tinha direito ao voto nas decisões da comunidade os usuários registrados que possuíam uma conta válida com mais de 45 dias antes do início da votação e mais de 100 edições no domínio principal das Wikipédias. Todavia, após ampla discussão foi proposta uma votação para alterar as regras do direito ao voto como pode ser observado nos seguintes trechos³⁶:

³⁵ Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Vota%C3%A7%C3%B5es#Vota.C3.A7.C3.B5es_espec.C3.AD_ficas>. Acesso em: abril de 2011.

³⁶ Disponível em:

A proposta aqui colocada tem como objectivo mudar as regras gerais 2 e 3 da actual política de Direito ao voto. O texto passaria de: 2. Ter a sua primeira contribuição válida há mais de 45 dias como registado antes do início da votação; 3. Ter um número de edições válidas no domínio principal da Wikipédia superior a 100 antes do início da votação. Para: 2. Ter a sua primeira contribuição válida há mais de "a decidir abaixo" como registado antes do início da votação; 3. Ter um número de edições válidas no domínio principal da Wikipédia superior "a decidir abaixo" antes do início da votação.

Os wikipedistas possuíam a alternativa de alterar o período da conta válida para 60 ou 90 ou manter em 45 dias. Ainda, a votação permitia a alteração do número de edições (200 ou 300) ou a permanência das 100 contribuições. A comunidade após votação decidiu que o direito ao voto nas decisões da comunidade assiste apenas aqueles usuários registrados há mais de 90 dias e que apresentem mais de 300 contribuições válidas no domínio principal das Wikipédias.

Desse modo, os usuários podem tanto votar quanto criar votações, relativos aos assuntos gerais e específicos, na Wikipédia em língua portuguesa. Como apresentado, a princípio, todos os usuários têm a mesma autonomia para criar e alterar artigos. O volume e frequência de contribuições dão a alguns wikipedistas poderes adicionais (D'ANDREA, 2009, p.177).

Desse modo, a participação dos wikipedistas não é uniforme. Apesar de todos os usuários poderem editar os artigos, nem todos possuem direito ao voto na comunidade como, por exemplo, os usuários anônimos que apresentam apenas o *IP* como identificação. Isto porque, enquanto o projeto cresce, eleva-se o conjunto de regras na mesma proporção e com isso as delimitações das funções participativas dos usuários diminuem.

Neste sentido, os registrados são os usuários que criaram um nome de identificação na Wikipédia em língua portuguesa e possuem direito de criar artigos, discutir, votar, oferecer páginas pessoais em que registram as suas contribuições e ocupar cargos de notoriedade na comunidade. “Com o crescimento do projeto, além de todos serem considerados editores, categoria básica para ser um wikipedista, foram sendo criados pouco a pouco alguns “cargos” com status de autoridade e prestígio dentro do projeto” (JOHNSON, 2009, p.115). Tais cargos administrativos, atualmente, são definidos da seguinte forma na estrutura hierárquica do

projeto³⁷:

1. **Administradores:** são editores que após votação, trabalham na manutenção no *site* e têm poderes para excluir ou bloquear páginas, bloquear e desbloquear outros editores e reverter edições anteriores;
2. **Burocratas:** são administradores que têm permissões para promover qualquer usuário registrado a administrador e qualquer administrador a burocrata caso exista uma aprovação da comunidade. A função é a única na Wikipédia que não pode ser revertida por ninguém, com exceção dos *Stewards*, todos ligados ao Meta-Wiki;
3. **Revisores:** usuários que possuem o direito de marcar automaticamente todas as suas edições como verificadas e, portanto, minimizam a carga de trabalho dos outros usuários que vigiam as páginas novas e as mudanças recentes. Além dos administradores os eliminadores possuem este direito;
4. **Reversores:** o grupo de reversores são usuários que têm o direito de reverter uma edição, mesmo sem serem administradores;
5. **Eliminadores:** são usuários que têm o direito de eliminar e restaurar páginas, e, visualizar os conteúdos eliminados;
6. **Checkusers** (verificadores): verificam os *IP's* de usuários registrados no caso de uso de fantoches (*sockpuppet*) na manipulação de votações, edições e bloqueios, ou outro tipo de ações que prejudiquem o normal funcionamento da enciclopédia;
7. **Oversights:** são usuários que podem apagar versões do histórico das páginas e a sua principal função é eliminar informações pessoais dos usuários que foram disponibilizados e que prejudiquem a sua privacidade. Ainda, os *Oversights* podem excluir textos que violem o *copyright* (direito do autor);
8. **Stewards:** podem fornecer ou remover níveis de acesso de usuários em qualquer projeto da *Wikimedia* e bloquear a base de dados de uma *wiki* inativa;
9. **Desenvolvedores:** são os responsáveis pela programação, manutenção e desenvolvimento do *software* da Wikipédia (*MediaWiki*³⁸).

³⁷ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Tipos_de_usu%C3%A1rios> Acesso em: maio de 2011.

Para se tornar um administrador na Wikipédia em língua portuguesa o wikipedista necessita ser eleito pela comunidade. Os requisitos para poder candidatar-se ao cargo é ser um usuário registrado há pelo menos seis meses e autor de 2.000 edições válidas no domínio principal das Wikipédias e membro de confiança da comunidade³⁹. Já os burocratas são escolhidos mediante votação e só podem concorrer ao cargo usuários que já são administradores⁴⁰. Os editores que desejarem obter o estatuto de revisores, revisores, eliminadores e robôs devem fazer uma solicitação à comunidade. Realizada a solicitação, o pedido é verificado por um administrador com base nos argumentos e no perfil do usuário⁴¹.

Por outro lado, a concessão do estatuto de *Ckeckuser* (verificadores) é aprovada pela sua respectiva comunidade linguística por consenso⁴². Também o usuário precisa ter notável conhecimento da política de privacidade do projeto e ter mais de dezoito anos de idade. Quanto aos *Stewards*, os usuários necessitam ser eleitos pela comunidade global da *Wikimedia*. Além do que os candidatos devem conseguir consenso de no mínimo de 80% dos usuários e obter apoio de pelo menos 30 usuários. Ainda, os *Stewards* são os membros que concedem o estatuto de *Oversight* aos usuários⁴³.

O diálogo entre os usuários é a alternativa estimulada na Wikipédia. Contudo, a Wikipédia em língua portuguesa possui uma política relativa à moderação refere-se a sanções de bloqueio aplicadas aos usuários registrados. O bloqueio somente pode ser realizado pelos administradores do projeto e segue a política de sanções legitimada através da votação da Comunidade Lusófona. Mesmo impedidos de participar da edição das Wikipédias, os usuários não ficam impedidos de visualizar os *sites* das enciclopédias em qualquer idioma.

As sanções em casos de insultos, ataques pessoais, difamação contra outros usuários são considerados conduta imprópria e podem gerar bloqueio temporário. A duração pode abranger de quinze dias sem a necessidade de votação e até a duração de três meses sendo necessária a consulta da comunidade da Wikipédia em língua portuguesa. Neste caso o impedimento somente pode ser aplicado após discussão e/ou votação entre os usuários da

³⁸O *software, wiki, open source MediaWiki* foi desenvolvido pelo programador “Magnus Manske”, originalmente para Wikipédia. Atualmente é utilizado em vários projetos sem fins lucrativos da *Wikimedia Foudation* e em outros *websites* externo aos projetos.

³⁹ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Administradores>>. Acesso em: abril de 2011.

⁴⁰ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Burocratas>>. Acesso em: maio de 2011.

⁴¹ Por exemplo, para obter o estatuto de revisor, o editor deve possuir elevado conhecimento das políticas e recomendações da Wikipédia, especialmente: biografias de pessoas vivas, princípio da imparcialidade, critérios de notoriedade e livro de estilo. O envolvimento em guerra de edições, a princípio, não constitui um critério decisivo para a concessão ou remoção do direito. Entretanto, os revisores envolvidos incessantemente em guerra de edições tem a concessão anulada.

⁴² Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:CheckUser>>. Acesso em: abril de 2011.

⁴³ Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Stewards>>. Acesso em: maio de 2011.

comunidade⁴⁴. O bloqueio relativo à abrangência de acesso dos usuários pode ser instituído de forma parcial ou total. O bloqueio parcial restringe o acesso a determinadas páginas do site da Wikipédia Lusófona. O bloqueio total restringe a edição em todos os domínios do projeto enciclopédico.

Nesse sentido, os usuários vítima de insultos preenchem um requerimento direcionado a um administrador⁴⁵.

Requerimento feito por: Finoqueto

O usuário me insultou na discussão do artigo Xariá, São Pedro, minha página de discussão, entre outros, o que considero Islamofobia. **Hora:** 19h23min; **Data:** 30/07/2008.

Trecho inserido por um administrador: Para facilitar e ter algum exemplo da reclamação, já que o usuário Finoqueto parece meio novato em colocar suas reclamações, fica aí embaixo um dos exemplos do pretenso insulto:

Citação: RafaAzevedo escreveu: «"Ao ver sua belicosidade e agressividade gratuitas, entendo de onde vêm os homens-bomba da tua religião. Não continue a personalizar a discussões ou lhe denunciarei por coisa muito pior do que vandalismo. A Wikipédia não tem lugar para escumalha como você, volte para o Orkut ou sei lá de onde veio, deixe quem quer trabalhar em paz. Aposto que você não criou um artigo sequer, nem edita qualquer outra coisa além das discussões. Um mala profissional, especializado em discussão. Sai pra lá, troll!"»

RafaAzevedo: Os históricos estão disponíveis para quem quiser consultar o que ocorreu. Maiores informações sobre o ocorrido estão expostas em Wikipedia:Sanção de insultos/Casos/Usuário:Finoqueto. **Hora:** 21h08min; **Data:** 30/07/2001.

RafaAzevedo: Gostaria apenas que ficasse claro que a "escumalha" a que me referi não são os muçulmanos, e sim usuários que, como o Finoqueto D C E, pouco ou nada contribuem para o domínio principal, dedicando-se apenas a semear a discórdia nas páginas de discussão. **Hora:** 22h58min; **Data:** 02/08/2008.

Após a defesa da segunda parte envolvida no insulto inicia-se uma consulta entres os usuários com direito ao voto (apenas os burocratas não possuem direito ao veto). Primeiramente, com o objetivo de aceitar ou rejeitar a denúncia, realiza-se uma votação de múltipla escolha através da seguinte pergunta “O usuário deve sofrer sanção?” Caso a maioria dos participantes aceitem a denúncia começa outra votação com a seguinte pergunta: “Se afirmativo, qual seria a sanção?”. Após consulta os usuários escolhem a duração do bloqueio do caso proposto. A sanção de bloqueio é cumulativa de tempo na comunidade, isto é, a

⁴⁴ Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Pol%C3%ADtica_de_bloqueio>. Acesso em: maio de 2011.



⁴⁵ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:San%C3%A7%C3%A3o_de_insultos/Casos/Usu%C3%A1rio:RafaAzevedo>. Acesso em: abr. 2011.

duração do bloqueio aumenta com a reincidência do ocorrido.

Do mesmo modo, uma das medidas de moderação adotadas pela a comunidade é a proteção das páginas de edição dos verbetes. A comunidade disponibiliza um canal de contato com os administradores, onde o usuário pode reportar pedidos de bloqueios, proteção e restauro de páginas, observação, revisão de bloqueios e outras demandas não elucidadas no canal. Tal atitude é realizada pelos administradores nas situações extremas a quais as discussões não logram mais êxito, as páginas sofreram vandalismo ou disputa de conteúdo.

A proteção⁴⁶ pode ser total ou parcial e o tempo da proteção pode vigorar por minutos, dias, semanas, meses ou, até em casos raros, por prazos indeterminados dependendo das disputas ou vandalismo acerca do conteúdo em questão. Dessa maneira, as páginas protegidas apenas podem ser editadas pelos administradores, enquanto, as páginas semi-protegidas somente podem ser editadas por usuários registrados, ou seja, não podem ser editadas por usuários anônimos ou por contas criadas há poucos dias⁴⁷.

Tabela 2 - Indicadores de proteção das páginas

Página protegida	
Página semi-protegida	

FONTE: Wiki Página Protegida⁴⁸

Um exemplo aconteceu no verbete atinente à “Dilma Rousseff” resultando na restrição da edição do artigo pelos administradores. Desse modo, o artigo permaneceu semi-protegido e apenas os usuários registrados há mais de quatro dias e que tinham realizados dez edições de artigos poderiam empreender novas modificações. A atitude da Comunidade Lusófona foi decretada após votação entre os wikipedistas.

Por exemplo, em determinado momento ao longo das edições do verbete, especialmente no que se refere à biografia de Dilma Rousseff, apareceu o seguinte trecho: “A família vivia em uma casa espaçosa, servida por três empregadas, onde as refeições eram servidas à francesa. Os filhos tiveram uma formação clássica, tendo aulas de piano e

⁴⁶ O indicativo de proteção da página encontra-se no canto superior direito de determinado *wiki*.

⁴⁷ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_protegida>. Acesso em: abril de 2011.

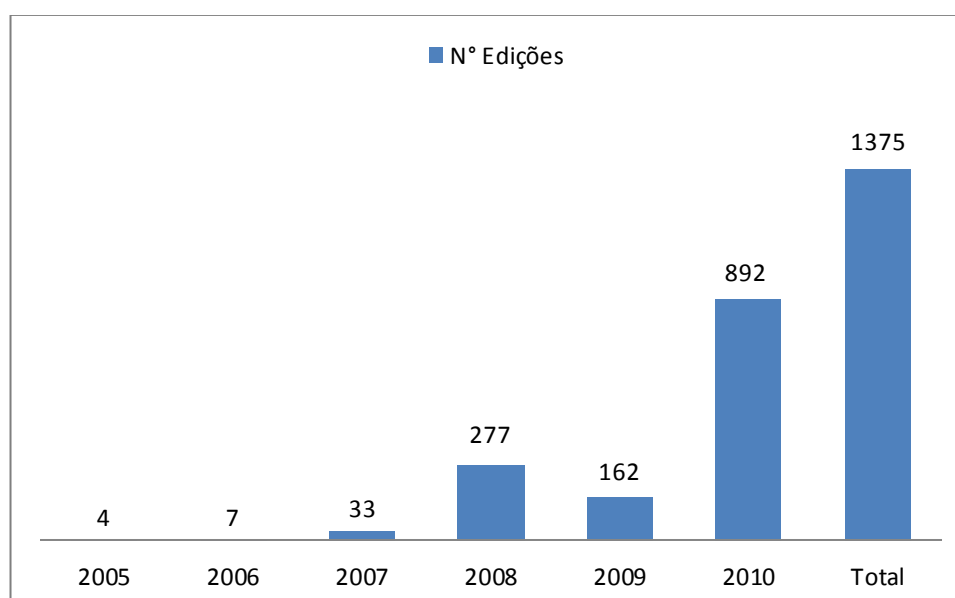
⁴⁸ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:P%C3%A1gina_protegida>. Acesso em: maio de 2011.

francês”.⁴⁹ “Dilma Vana Rousseff é uma traficante que vai roubar do Brasil muitas coisas então VOTE SERRA !”⁵⁰.

3.2 UMA ANÁLISE DOS DEBATES EM TORNO DO VERBETE “DILMA ROUSSEFF” NA WIKIPÉDIA

De acordo com estatísticas da comunidade, desde 2005 até o final de 2009, o verbete “Dilma Rousseff” apresentava apenas 483 edições. Apenas no ano das eleições, todavia, as edições chegaram a 892, o que representa um aumento de aproximadamente 84,7% nas contribuições em apenas um ano. É certo que nem todos os usuários que editam os verbetes participam do canal discursivo proporcionado pela página *wiki*. Contudo, foi possível presenciar um aumento repentino das discussões.

Gráfico 1 – Números de edições por ano (2005-2010)



FONTE: Estatísticas do histórico de discussões atinentes ao verbete “Dilma Rousseff”⁵¹

⁴⁹Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Dilma_Rousseff&diff=next&oldid=18680106>. Acesso em: maio de 2011.

⁵⁰Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Dilma_Rousseff&diff=next&oldid=22056975>. Acesso em: maio de 2011.

⁵¹ Disponível em:<http://vs.aka-online.de/cgi-bin/wppagehiststat.pl?lang=pt.wikipedia&page=Dilma_Rousseff>. Acesso em maio de 2011.

Além disso, em 2010, com aumento das edições, o verbete “Dilma Rousseff” foi candidato por duas vezes a ser artigo em destaque⁵² no portal da Wikipédia em língua portuguesa. A proposta foi requerida antes da permissão das propagandas eleitorais em junho e depois das eleições do segundo turno, em 1º de novembro. As respectivas votações tiveram duração de trinta dias na comunidade após deliberação entre os wikipedistas com direito ao voto⁵³. Contudo, o artigo não foi considerado destacável pelos participantes após o escrutínio. Para um artigo ter a possibilidade de figurar na página principal da Wikipédia em língua portuguesa, é necessário que tal entrada contenha referências relevantes, possua redação clara e correta, conte com boa ilustração, seja estável (não seja objeto de disputas) e tenha um excelente *layout*⁵⁴.

A primeira proposta, feita no final de junho, o wikipedista argumenta que a biografia atinente à “Dilma Rousseff” possui todos os critérios para figurar no domínio principal da Wikipédia em língua portuguesa. Todavia, um dos participantes questiona a atitude da Comunidade Lusófona de evidenciar apenas o verbete “Dilma Rousseff” e atesta para importância do destaque da biografia dos três principais presidencialistas. Na opinião do colaborador em questão, a Wikipédia em língua portuguesa deveria seguir o procedimento da Wikipédia em língua inglesa, que destacou, antes das vésperas das eleições americanas, os artigos dos principais candidatos na página principal da enciclopédia, como demonstram os seguintes trechos⁵⁵:

Proponente: Prowiki

Argumentação: Artigo bem referenciado, bem ilustrado, wikificado, imparcial, consensuado, estável e de excelente layout. Cumpre todos os critérios de destaque.

Hora: 03h04min; **Data:** 22/06/2010.

Sturm: Seria bacana arrumar os artigos ao menos dos três principais candidatos à presidência (Dilma, Serra e Marina) e inserir uma proposta única para os três. Lembro-de que a Wikipédia em inglês destacou o artigos dos dois presidencialistas pouco antes das últimas eleições. **Hora:** 21h49min; **Data:** 25/06/2010.

⁵² Um artigo em destaque é um artigo eleito para aparecer na página principal das Wikipédias devido a sua elevada qualidade

⁵³ Tem direito a votação nas decisões na comunidade apenas os usuários registrados no mínimo há 90 dias e com 300 contribuições válidas no domínio principal da Wikipédia.

⁵⁴Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:O_que_%C3%A9_um_artigo_em_destaque%3F>. Acesso em: maio de 2011.

⁵⁵Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Escolha_do_artigo_em_destaque/Dilma_Rousseff/1>. Acesso em: maio de 2011.

O artigo, de acordo com normas da comunidade, somente pode novamente ser candidato a destaque depois de um mês do término da primeira votação, além de ser necessária a presença de modificações significativas nas edições do verbete. Na segunda tentativa, o mesmo wikipedista que realizou a proposta inicial endereça argumentos defendendo o motivo pelo qual o artigo deve figurar na página principal da Wikipédia. Ou seja, reafirma que o artigo possui os aspectos positivos para ser destacável. Todavia, usuários atentam para a constante instabilidade do verbete em disputa, motivada pelas constantes guerras de edições.

No processo de votação de artigos destacados as regras comunidade da Wikipédia em língua portuguesa determinam que a escolha de cada participante contenha uma justificativa válida. Caso a escolha não se sustente em uma argumentação relevante, o voto do respectivo wikipedista pode ser invalidado pela comunidade. As tensões originadas das discussões passadas também podem ser percebidas no decorrer do debate da votação como observado nas seguintes postagens⁵⁶:

Proponente: Prowiki

Argumentação: O artigo já cumpre critérios pra destaque há muito tempo. A votação anterior foi tumultuada por usuários mal intencionados que votaram por motivos políticos, sob o pretexto de "propaganda eleitoral". Passada a eleição, não há mais qualquer pretexto para votar contra o destaque. **Hora:** 15h06min; **Data:** 01/11/2010.

MetalBRasil: Para mim está parcial, parece que o artigo foi feito por petistas. Sobre sua vida clandestina, só fala coisas boas. Cadê o lado negro de Dilma, tão comentado em jornais e revistas? Adiciono ainda as refs mortas e a instabilidade contínua, até agora que o artigo nem destacado é já está explodindo de Guerra de Edições...**Hora:**14h38min; **Data:** 02/11/2010.

Maddox: Se ninguém apontar que "instabilidade" é essa, os votos que se baseiam integralmente nesse argumento serão anulados, com base nas regras de votação - não examinam os critérios. **Hora:** 21h40min; **Data:** 03/11/2010

Prowiki: Maddox, desista. Esse artigo nunca será destaque ou bom. Tem só 3 dias que foi proposto e já está essa esculhambação. Aguarde a chegada da "tropa de choque" política da primeira votação. Quando eles perceberem esta votação vão votar maciçamente, terá mais de 15 votos contra e seriam necessários portanto mais de 45 para neutraliza-los. Sem condições. Hahaha... **Hora:** 21h26min; **Data:** 03/11/2010.

⁵⁶ Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Wikip%C3%A9dia:Escolha_do_artigo_em_destaque/Dilma_Rousseff>. Acesso em: maio de 2011.

Conforme explicado anteriormente, a página de discussão da Wikipédia é o meio dos participantes entrarem em acordo acerca da construção de determinado verbete e, conseqüentemente, o espaço para a formação de opinião dos usuários. As páginas de discussões possuem a finalidade dos wikipedistas realizarem comentários ou acertos nas diretrizes na edição do artigo. Ou seja, o canal analisado é um dos meios potenciais para formação de opinião e aprendizado, pois o debate é fomentado com a intenção de lograr o consenso entre as partes acerca de um determinado tema. É nesse sentido que se justifica uma abordagem do fenômeno a partir das contribuições oriundas da teoria deliberativa.

3.3 METODOLOGIA

Nos últimos anos, os estudos em deliberação *online*, antes preocupados em analisar os potenciais oferecidos pela interface entre internet e democracia, mudaram o seu foco para o estudo prático do uso das ferramentas digitais no processo deliberativo, com o intuito de dar-se conta das dificuldades relativas às práticas democráticas. Uma quantidade relevante dessas pesquisas traz indicadores analíticos baseados nos princípios normativos e no modelo de esfera pública e opinião pública habermasianos. Isto porque “os princípios ideais definidos por Habermas para caracterizar processos deliberativos face a face podem ser adaptados às trocas *online*, desde que respeitem a especificidade dos dispositivos e dos tipos de diálogos e vínculos sociais que aí se estabelecem” (STROMER-GALLEY, 2005 apud MARQUES, A., 2010, p.5).

Acredita-se que a internet ofereça um possível remédio para uma esfera pública enferma, que tem assistido ao progressivo encolhimento de espaços discursivos, e para a mídia massiva, que se tornou crescentemente impregnada pela comercialização e tabloidização (Graham e Witschge apud MENDONÇA; PEREIRA, 2011, p.5).

Nota-se um esforço para estabelecer graus distintos de deliberatividade de arenas diversas e o reconhecimento de uma multiplicidade de formatos deliberativos. Trata-se de utilizar indicadores normativos para analisar determinadas discussões online na intenção de compreender os pontos fortes e fracos da discussão. Tais estudos oferecem caminhos

metodológicos relevantes para analisar as interfaces entre a deliberação e a internet.

De acordo com Mendonça; Pereira (2011, p.6), os estudos sobre deliberação online são voltados, por exemplo, para analisar o *design* de fóruns (Wright & Street, 2007 e Sæbø et al., 2009), com o intuito de avaliar o grau de deliberação de grupos de discussão (Dahlberg 2001, Graham & Witschge, 2003; Janssen & Kies, 2005); almeja-se, ainda, comparar as arenas da internet com outros meios de comunicação (Gerhards & Schäfer, 2009); há investigações, adicionalmente, que verificam o papel da internet na promoção da conversação entre os indivíduos. Todas as pesquisas oferecem metodologias ricas para analisar as práticas deliberativas na internet.

Como a investigação em tela buscar analisar as práticas deliberativas na página de discussão do verbete “Dilma Rousseff”, limita-se à apresentação de uma grade analítica compatível e diretamente ligada ao objeto de estudo aqui selecionado. Nesse sentido, Miola (2009b, p.5) afirma que a metodologia desenvolvida por Dahlberg (2001) é direcionada para a análise das arenas organizadas pela sociedade, caracterizadas por possuir caráter cívico e apresentarem, geralmente, alto nível de informalidade. Como as Wikipédias são desenvolvidas pela sociedade civil, sem a intervenção governamental direta, considera-se tal grade analítica compatível para a investigação da página discursiva do verbete “Dilma Rousseff”.

Também, é de se considerar que “Lincoln Dahlberg (2001) foi um dos primeiros pesquisadores a traduzir a teoria de Habermas em indicadores analíticos para serem aplicados nas deliberações online” (SAMPAIO; MAIA; MARQUES, F., 2010, p.456). A grade analítica sugerida por Dahlberg (2001) a fim de se mensurar o grau de deliberatividade de discussões travadas em ambientes online leva em conta os seguintes aspectos: *tematização e crítica racional, reflexividade, ideal role taking, sinceridade, inclusão e igualdade discursiva e autonomia frente ao estado e ao poder econômico*.

A pesquisa não possui o intuito de estabelecer um ideal analítico. Portanto, foram escolhidos alguns dos princípios normativos mais relevantes propostos por Dahlberg (2001), com a intenção de analisar determinados pontos positivos e negativos da conversação mantida entre os enciclopedistas, bem como avaliar a influência dos fatores tecnológicos sobre a deliberação *online* na Wikipédia em língua portuguesa. Por conseguinte, os trabalhos que serviram como base de inspiração desta pesquisa, nos critérios de Dahlberg (2001), apontam para autores que criticaram e reformularam as propostas de estudiosos da literatura anglo-saxã (MIOLA, 2009b, SAMPAIO; MAIA; MARQUES, F., 2010, MENDONÇA; PEREIRA, 2011). De maneira mais detalhada, a grade analítica utilizada é apresentada da seguinte forma:

i) A Tematização e crítica racional

O primeiro critério proposto por Dahlberg (2001) é denominado de “Tematização e críticas racionais de pretensões de validade”. Esse princípio afirma que a discussão deve fundamentar-se a partir da troca de razões moralmente válidas. Ou seja, as posições apresentadas devem ser debatidas de maneira crítica, ao invés de apenas afirmações autocentradas. Isto porque, “os argumentos dos participantes, no ideal deliberacionista, devem ser apoiados em razões” (SAMPAIO; MAIA; MARQUES, F., 2010, p.456).

Assim, inicialmente, verificamos se as mensagens estão sendo respondidas, e se fazem referência às outras mensagens postadas ou ao tema debatido. Depois, é avaliada a justificativa oferecida pelo participante; em outras palavras, verifica-se se os participantes estão apresentando razões no conteúdo das mensagens que escrevem.

Nesse sentido, Jensen (2003 apud SAMPAIO; MAIA; MARQUES, F., 2010, p.457) defende a existência de três formas de justificação nos argumentos respondidos. A primeira seria aquela em que o usuário utiliza de fontes externas pra explicar o seu argumento (fatos, dados, notícias). A segunda é baseada no ponto de vista dos usuários que utilizam experiências para apoiar o argumento. Finalmente, a última é quando o usuário não apresenta nenhuma justificativa embasada em experiências pessoais ou fatos, dados e notícias. Dessa maneira, as justificativas de fontes externas ou baseadas no ponto de vista dos usuários serão agrupadas como pontos positivos, enquanto que as mensagens sem justificativas serão classificadas como pontos negativos.

ii) Reflexividade:

O segundo critério de Dahlberg (2001) apresenta a noção de reflexividade, segundo a qual os participantes devem analisar criticamente a sua identidade cultural, valores, suposições e interesses, tomando em conta um contexto social amplo. Ou seja, os participantes devem avaliar a sua posição e as dos outros e estarem continuamente abertos a

“revisar a sua posição inicial caso sejam persuadidos pela força de perspectivas diversas” (SAMPAIO; MAIA; MARQUES, F., 2010, p.457).

Segundo Jensen (2003), a reflexividade na deliberação pode se manifestar através das mensagens de persuasão, progresso e radicalização. A existência de persuasão ocorre quando os usuários mudam de opinião a partir de argumentações surgidas no debate; já no “progresso”, existe uma contribuição na discussão com novas informações a partir das leituras das outras mensagens. A radicalização, por sua vez, acontece quando o usuário posiciona-se de forma negativa às mensagens, isto é, não se mostra aberto para mudanças a partir de outros argumentos. Conforme Jensen (2003) os dois primeiros aspectos - persuasão e progresso - são positivos para a deliberação, enquanto a radicalização tem impactos negativos para a deliberação. (SAMPAIO; MAIA, MARQUES, F., 2010, MIOLA, 2009). Dessa maneira as mensagens foram classificadas da seguinte forma: as que apresentaram reflexividade (persuasão e progresso) e as que não apresentaram reflexividade (radicalização).

iii) Ideal Role Taking

O terceiro critério de Dahlberg (2001) considera que o participante deve tentar compreender o argumento a partir da perspectiva do outro de forma respeitosa. (SAMPAIO; MAIA; MARQUES, F., 2010, p.458).

Em relação à falta de respeito, Papacharissi (2004 apud SAMPAIO; MAIA; MARQUES, F., 2010, p.459) divide as mensagens emitidas pelos participantes em rudes (ofensas, ironias, ataques pessoais) e incivis (racismo, ódio e ataques contra princípios democráticos). Inicialmente, busca-se encontrar as mensagens explicitamente desrespeitosas. Isto porque todas as mensagens que não forem classificadas como desrespeitosas serão consideradas, pela autora em questão, como respeitosas.

O segundo aspecto a ser analisado é a continuidade das mensagens, ou seja, se as mensagens estão sendo enviadas de modo regular em torno dos dias. A presença de regularidade das mensagens demonstra “o interesse dos participantes em manter o diálogo na busca do entendimento comum” (SAMPAIO; MAIA; MARQUES, F., 2010, p.459).

iv) Inclusão e igualdade discursiva,

O quarto elemento proposto por Dahlberg (2001, p.6) analisa o grau de abertura do debate a diferentes participantes, que, idealmente, devem ter oportunidades iguais de se manifestar. Ainda segundo o autor, a inclusão pode ser limitada por desigualdades fora do discurso - por restrições formais e informais de acesso. Adicionalmente, a discussão também pode ser limitada por desigualdades internas ao debate, segundo as quais alguns dominam o discurso ou lutam para ter suas vozes ouvidas. Assim, nesse quesito, primeiramente, opta-se por analisar se as discussões foram dominadas por poucos usuários. Em seguida, verificam-se as restrições formais de acesso - isto é, se houve o predomínio de alguns grupos devido à moderação do canal participativo.

3.3.1 SOBRE O *CORPUS* EMPÍRICO

Antes de iniciar a análise propriamente dita, é importante apresentar o *corpus* empírico do estudo. O material empírico, composto de mensagens dos wikipedistas, foi coletado nos históricos de sete arquivos na página de discussão atinente ao verbete “Dilma Rousseff”. Os históricos das mensagens é um recurso permitido pela ferramenta *wiki* que guarda todas as mensagens dos diálogos dos editores. Esses históricos das páginas discursivas são disponibilizados pela comunidade com o objetivo de evitar e tornar público os embates discursivos entre os participantes em tópicos deliberados e solucionados.

De todas as mensagens, opta-se por delimitar o *corpus* empírico apenas nas mensagens postadas na primeira semana do mês de novembro localizadas no arquivo número sete.

Imagem 3 – Arquivo número 7 da página de discussão atinente à “Dilma Rousseff”

[Entrar / criar conta](#)

Artigo
Discussão
Ler
Editar
Adicionar tópico
Ver histórico

Discussão:Dilma Rousseff/Arquivo 7

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.
[← Discussão:Dilma Rousseff](#)

Esta página é um **arquivo de discussões passadas**. Não edite seu conteúdo.
Se quiser iniciar um novo tema de discussão ou retomar um tema abordado nesta página, por favor, faça-o na página de discussão.

Quero editar [editar]

Gostaria de editar ali no início que o mandato dela começa em 1º de Janeiro de 2011, posso ser liberado ? está tudo bloqueado.—o comentário precedente deveria ter sido assinado por [187.67.45.10](#) ([discussão](#) • [contrib.](#))

Caro(a) usuário(a), obrigado pelo seu interesse no projeto. A edição na página está momentaneamente suspensa por ter havido algumas edições incorretas e infelizmente não poderá editar o artigo agora. Note que a informação que quer inserir já existe no artigo. Se tiver alguma alteração que acredite que deve ser inserida necessariamente agora, por favor, peça neste espaço. Obrigado pela compreensão.”
TieleS (D @ R C G) 02h01min de 1 de novembro de 2010 (UTC)

oi, meu nome é Marcos, de Manaus. Gostaria que fosse inserido um verbete, talvez cronologicamente antes de titulação acadêmica, ou talvez na sequência. é referente a sua única experiência na iniciativa privada, como revelado pela Folha de São Paulo e comentada pelo Diogo Mainardi na Veja. Ela teve uma loja de produtos chineses importados pela zona franca de Colón, no Panamá. O empreendimento deu prejuízo e fechou em apenas um ano e meio, em 1996. o link da Folha (aberto) <http://www1.folha.uol.com.br/poder/790511-dilma-ja-vendeu-bugigangas-e-cavaleiros-do-zodiaco-no-rs.shtml> @ o link do Mainardi (aberto também) <http://veja.abril.com.br/blog/mainardi/na-revista/dilma-199-rousseff/> @

Não vejo no que essa informação é relevante. Leandro LV ([discussão](#)) 06h36min de 2 de novembro de 2010 (UTC)

⊖ **Discordo** da desproteção da página no momneto, melhor deixar a poeira assentar um pouco. [Fra Amats](#), [ELM](#) disputatio 03h29min de 1 de novembro de 2010 (UTC)

Aliás, a wikipédia deveria rever seus conceitos.Ela deveria ser a 40ª presidente. Assentar poeira?Só saindo da presidência em 2015, então.O LULA ainda é hot topic.

Índice [esconder]

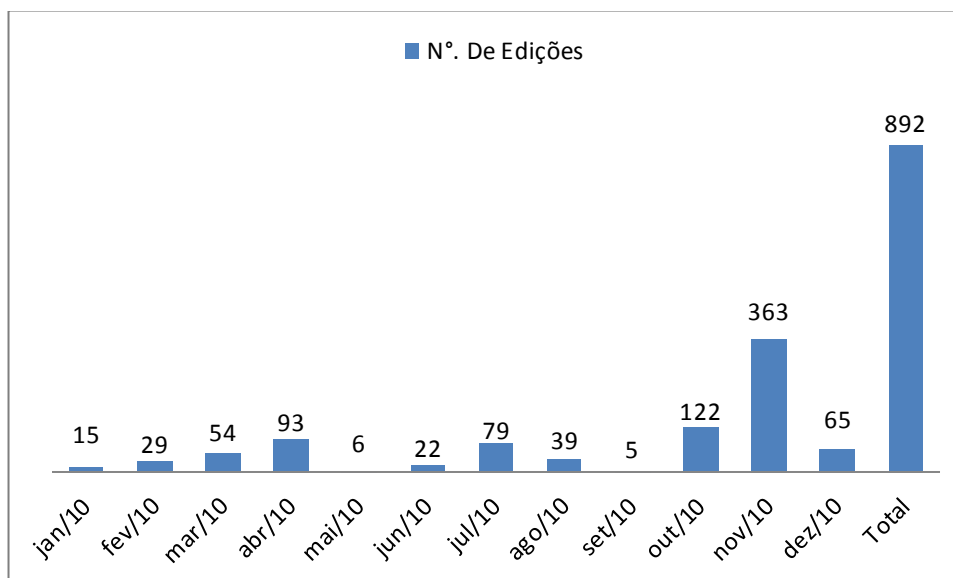
- 1 Quero editar
- 2 Proposta e convocação
- 3 Nova seção
- 4 Sobre o currículo
- 5 Opiniões acerca do assunto
- 6 Nome de nascimento?
- 7 Infocaixa: edição
- 8 Infocaixa: modelo
- 9 Uso do símbolo do PT na infocaixa
- 10 Bagunça
- 11 Presidente e Presidenta
 - 11.1 Esclarecimento adicional...
- 12 Guerra de edições
- 13 Dilma e Capitalismo
- 14 Introdução
- 15 Imparcialidade e pacificação
- 16 "Ex-terrorista"?

FONTE: Históricos das discussões do verbete “Dilma Rousseff”⁵⁷

O motivo da escolha do mês de novembro reside no fato desta época apresentar o maior número de edições, do ano eleitoral de 2010, no verbete “Dilma Rousseff”. Isto porque no mês de outubro o artigo encontrava-se protegido (apenas administradores podiam editar). Mas, no dia posterior ao fim das eleições do segundo turno (1º. de novembro) o artigo foi restringido para semi-protegido (apenas os usuários anônimos e novas contas não podiam editar). Fato observado, a partir do aumento das edições no mês de novembro em relação ao mês de outubro como ilustra o gráfico 2.

⁵⁷ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Discuss%C3%A3o:Dilma_Rousseff/Arquivo_7>. Acesso em: junho de 2011.

Gráfico 2 – Número de edições por mês (2010)



FONTE: Estatísticas do histórico de discussões atinentes ao verbete “Dilma Rousseff”⁵⁸

Assim, o material a ser analisado refere-se a 62 comentários acerca dos seguintes temas⁵⁹:

1. *Opiniões acerca do assunto (T1)* – 13 mensagens
2. *Infocaixa: modelo (T2)* – 12 mensagens
3. *Uso do símbolo do PT na infocaixa (T3)* – 34 mensagens

No Tema 1 (T1) “opiniões acerca do assunto” a discussão se volta para o questionamento da parcialidade do conteúdo do verbete atinente à “Dilma Rousseff”. Isto é, na perspectiva do proponente do diálogo, o verbete deveria ser editado a partir de outros partidos políticos, do ponto de vista neutro e estrangeiro visto que em sua opinião o artigo encontrava-se parcial por conter apenas visões de partidários da candidata. Todavia, os participantes não entendem a sugestão do proponente, já que os artigos devem seguir apenas

⁵⁸ Disponível em:

<http://vs.aka-online.de/cgi-bin/wppagehiststat.pl?lang=pt.wikipedia&page=Dilma_Rousseff>. Acesso em: maio de 2011.

⁵⁹ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Discuss%C3%A3o:Dilma_Rousseff/Arquivo_7>. Acesso em: junho de 2011.

ponto de vista neutro. Por exemplo, ao lidar com temas políticos, os verbetes devem ser editados através de conteúdo o qual todos os usuários possam concordar. Além do que as fontes que sustentam as informações devem ser confiáveis.

Imagem 5 – Trechos das postagens acerca do tema 1 (T1)

Opiniões acerca do assunto	[editar]
Vocês falaram da Dilma no ponto de vista petista. Vocês poderiam falar da Dilma no ponto de vista dos tucanos. Também no ponto de vista dos neutros. E também no ponto de vista dos estrangeiros? Boa sorte. Eduardo Pazos (discussão) 16h51min de 2 de novembro de 2010 (UTC)	
"Vocês" quem? Que "ponto de vista" é esse? Ao que especificamente você está se referindo?	
Flávio, o Maddox (msg • contrib) 16h56min de 2 de novembro de 2010 (UTC)	
Devaneios... Prowiki (discussão) 17h19min de 2 de novembro de 2010 (UTC)	
Eduardo, o artigo deve assumir um ponto de vista neutro, não o dos petistas, nem o dos psdbistas, nem o dos estrangeiros, seja lá o que isso quer dizer. Dornicke (discussão) 20h56min de 2 de novembro de 2010 (UTC)	
Vocês, wikipedistas falaram da Dilma no ponto de vista petista. Vocês, wikipedistas poderiam falar da Dilma no ponto de vista dos tucanos. Também no ponto de vista dos neutros. E também no ponto de vista dos estrangeiros? Boa sorte. Eduardo Pazos (discussão) 20h57min de 2 de novembro de 2010 (UTC)	
Não concordo.Ponto de vista tucano é difamatório e mentiroso.As informações aqui podem não servir ao seu gosto, todavia são fidedignas.	
Entendi, Dornicke. Eduardo Pazos (discussão) 20h58min de 2 de novembro de 2010 (UTC)	
Para esse artigo ser destacado, ele tem que ser no ponto de vista neutro . O artigo não pode ter referências mortas. O artigo tem que ser imparcial . Não pode ter nenhum trecho, frase, parágrafo, etc parcial . Eduardo Pazos (discussão) 21h04min de 2 de novembro de 2010 (UTC)	
Eduardo Pazos, você está falando como se fosse um "novato de Wikipédia", se você acha que tem algum trecho parcial, cite ele aqui na discussão para ser analisado. Ao invés de ficar falando de forma genérica e sem sentido. Prowiki (discussão) 21h13min de 2 de novembro de 2010 (UTC)	
Citação: Em abril de 2007, Dilma já era apontada como possível candidata à presidência da República.[74] No mês seguinte, Dilma afirmou que era simpática à ideia.[75] Em outubro do mesmo ano, jornais estrangeiros, como o argentino La Nación e o espanhol El País, já indicavam que ela era um nome forte à sucessão de Lula.[76][77] Lula passou a fazer uma superexposição de Dilma para testar seu potencial como candidata.	
Eduardo Pazos (discussão) 21h27min de 2 de novembro de 2010 (UTC)	

FONTE: Arquivo número 7 da página de discussão atinente à “Dilma Rousseff”⁶⁰

Por outro lado o tema 2 (T2) “Infocaixa Modelo” o assunto é relativo ao modelo da “infocaixa” do verbete “Dilma Rousseff”. Um colaborador que teve a sua edição da “infocaixa”, alterada, inicia um embate, mostrando as duas edições das “infocaixa”, com a finalidade de sondar as opiniões dos outros editores. As duas alterações da “infocaixa” no Tema 2 (T2) podem ser observadas na ilustração 6.


⁶⁰ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Discuss%C3%A3o:Dilma_Rousseff/Arquivo_7>. Acesso em: junho de 2011.

Imagem 6 – Trecho das postagens acerca do tema 2 (T2)


Infocaixa: modelo [editar]

Minha edição. ----->V Edição de Kekoa Almeida ----->V


Dilma Rousseff



Dilma em foto de divulgação

36.º Presidente eleita do  Brasil

Mandato: 1 de janeiro de 2011
até 31 de dezembro de 2014

Ministra-chefe da Casa Civil do  Brasil

Mandato: 21 de junho de 2005
até 31 de março de 2010


Precedido por: José Dirceu
até 21 de junho de 2005

Precedido por: Francisco Luiz Sibut Gomide

Sucedido por: Silas Rondeau

Nome completo: Dilma Vana Rousseff


Nascimento: 14 de dezembro de 1947 (63 anos)
Belo Horizonte, Minas Gerais

Nacionalidade:  brasileira

Progenitores: Mãe: Dilma Jane Silva
Pai: Pedro Rousseff


Alma mater: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Cônjuges: Cláudio Galeno de Magalhães Linhares (1967-1969)
Carlos Franklin Paixão de Araújo (1969-2000)


Partido:  Partido dos Trabalhadores


Religião: Católica romana

Profissão: Economista

Assinatura: 

Dilma Rousseff




36.º presidente eleita do Brasil 

Mandato

1 de janeiro de 2011 até
31 de dezembro de 2014

Vice-presidente
Michel Temer

Precedido por Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra-chefe da Casa Civil do  Brasil

Mandato

21 de junho de 2005 até
Brasil

Mandato


1 de janeiro de 2003 até
21 de junho de 2005


Precedido por Francisco Luiz Sibut Gomide

Sucedido por Silas Rondeau

Nascido em 14 de dezembro de 1947 (63 anos)
Belo Horizonte, MG

Nome de nascimento Dilma Vana Rousseff


Nacionalidade  Brasileira


Partido político  PT

Alma mater UFRGS

Profissão Economista

Religião Católica

Assinatura 

Website Site de campanha 

Kekoa Almeida percebe que tanto a sua como a minha edição traz de forma clara que ela foi eleita. Além do mais a minha tem mais informações que a sua, e o código wiki da minha é totalmente limpo. A sua tem um link vermelho desnecessário e você usa a infocaixa de presidente sendo que ela ainda não tomou posse. Outro erro é dizer que ela foi precedida por Lula, ora, Lula é o atual presidente, ainda nem foi sucedido... Então, por todos estes motivos minha edição é a melhor até o dia 1º de janeiro quando Dilma toma posse. Favor argumente para sua edição. [Prowiki \(discussão\)](#) 23h18min de 2 de novembro de 2010 (UTC)

FONTE: Arquivo 7 da página de discussão atinente à “Dilma Rousseff”⁶¹

⁶¹ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Discuss%C3%A3o:Dilma_Rousseff/Arquivo_7>. Acesso em: junho de 2011.

O tema 3 (T3) “Uso do símbolo do PT na infocaixa” refere-se ao prolongamento da guerra de edição na infocaixa atinente ao verbete “Dilma Rousseff”. Isto é, um wikipedista tenta debater o motivo pelo qual a sua edição que continha o símbolo do Partido do Trabalhadores (PT) na infocaixa foi removido. Nas biografias de políticos, a caixa de resumo, contém ilustrações (foto) e as informações mais relevantes da trajetória da sua pública. Mensagens do Tema “Uso do Símbolo do PT na infocaixa”

Imagem 7 – Trechos das postagens acerca do tema 3 (T3)

Uso do símbolo do PT na infocaixa [\[editar\]](#)

Como RafaAzevedo não tem civilidade para discutir edições em artigos, inicio a discussão sobre a edição dele que removeu o símbolo do PT da infocaixa, que estava estável há várias semanas, e que agora ele cismou em tirar. Que for a favor ou contra, se manifeste e argumente. [Prowiki \(discussão\)](#) 18h48min de 3 de novembro de 2010 (UTC)

Quem não tem civilidade alguma é você, que se julga dono do artigo e reverte todas as edições de outros editores, para manter a "sua" infobox. [RafaAzevedo](#) ^{disc} 18h50min de 3 de novembro de 2010 (UTC)

Se você justificar porque esse símbolo, usado uma única vez, deve ser removido, Rafa, dá pra discutir o assunto.

[Flávio, o Maddox](#) ^(msg • contrib) 18h52min de 3 de novembro de 2010 (UTC)

[RafaAzevedo](#), argumente que é melhor. Vou ser mais direto: diga por que você quer tirar o símbolo do PT do artigo? Assim avançaremos na busca de uma solução. Tente ser civilizado. [Prowiki \(discussão\)](#) 18h54min de 3 de novembro de 2010 (UTC)

(conflito de edição - Prowiki, se não quer ajudar a discussão e prefere me ofender, não a atrapalhe)

[Maddox](#), por que a Wikipédia é uma enciclopédia, não uma revista ou jornal. Mesmo na infobox a informação deve ser textual. Imagine se agora toda vez que citarmos uma empresa tivermos que colocar o logo dela, cada vez que citarmos um estado colocarmos a bandeira dele. [RafaAzevedo](#) ^{disc} 18h56min de 3 de novembro de 2010 (UTC)

(Conflito) Pura implicância do RafaAzevedo (Pra variar). Não sei qual o problema com o símbolo.. [Silent](#) ^(contact) 18h57min de 3 de novembro de 2010 (UTC)

Tão "implicância minha" que não é feito em nenhum outro artigo de presidentes do Brasil que vi. Para mim "implicância" parece mesmo ser a maneira com que certas contas aparecem rapidamente em qualquer discussão que me envolva... [RafaAzevedo](#) ^{disc} 19h01min de 3 de novembro de 2010 (UTC)

+ [Concordo](#) com a remoção. Acho muita perfumaria usar o logo do partido na info, e os candidatos que já passaram ou são filiado a diversos partidos ? Vai ficar parecendo uma escola de samba. [Onjack](#) ^(msg) 19h06min de 3 de novembro de 2010 (UTC)

Exato, Onjack, esse é um dos pontos principais. O efeito nas infocaixas de candidatos que pertenceram/pertencerão a diversos partidos (como a maior parte dos políticos brasileiros) ficaria extremamente feio. [RafaAzevedo](#) ^{disc} 19h10min de 3 de novembro de 2010 (UTC)

Considerando os argumentos do Onjack e do Rafa, + [Concordo](#) com a remoção.

[Flávio, o Maddox](#) ^(msg • contrib) 19h14min de 3 de novembro de 2010 (UTC)

FONTE: Arquivo 7 da página de discussão atinente à “Dilma Rousseff”⁶²

A partir da definição do corpus empírico e da grade analítica inspirada em Dahlberg (2001) e em outros autores, realiza-se uma análise quantitativa e qualitativa das mensagens trocadas entre os usuários, com o objetivo de verificar os pontos fortes e fracos da discussão entre os participantes do canal discursivo do verbete “Dilma Rousseff” como demonstra a tipologia da Tabela 3.

⁶² Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Discuss%C3%A3o:Dilma_Rousseff/Arquivo_7>. Acesso em: junho de 2011.

Tabela 3 - Objetivos analíticos

GRADE ANALÍTICA	VARIÁVEIS
1. Tematização e crítica racional	Número de posts com referência ao tema ou as outras mensagens Quantidade de mensagens com justificativas
2. Reflexividade	Número de posts com reflexividade (persuasão e progresso) Número de posts sem reflexividade (radicalização).
3. Ideal role taking	Mensagens respeitadas e desrespeitadas Regularidade das mensagens
4. Inclusão e igualdade discursiva	Predomínio de alguns grupos Número de postagens por usuário

FONTE: Lincoln Dahlberg (2001)

3.4 ESTUDO DE CASO

Tematização e crítica racional

De acordo com a análise, aproximadamente 98,3% das mensagens buscavam diálogo, isto é, faziam referência às outras mensagens do tema proposto. Somente o tema 1 (T1), “Opiniões acerca do assunto”, apresentou 1 (7,7%) resposta que não buscava diálogo. A elevada referência ao tema ou aos outros participantes demonstra efetivo engajamento dos interlocutores em relação ao projeto da Wikipédia em língua portuguesa.

Tabela 4 – Mensagens com diálogos

MENSAGENS	DIÁLOGO	
	Sim (58)	Não (1)
T1: Opiniões acerca do assunto (13)	92,3% (12)	7,7% (1)
T2: Infocaixa: modelo (12)	100% (12)	0% (0)
T3: Uso do símbolo do PT na infocaixa (34)	100% (34)	0% (0)

FONTE: Histórico número 7 da página de discussão atinente ao verbete “Dilma Rousseff”

Todavia, apenas presenciar que os usuários estão lendo as mensagens e respondendo a elas não necessariamente demonstra o sucesso da deliberação. Além disso, é essencial que as mensagens trocadas no debate sejam apoiadas por razões (justificativas). Isto porque oferecer razões de maneira pública é o elemento mais básico do modelo democrático deliberacionista. “O toma-lá-dá-cá argumentativo é o fundamento da construção de decisões legitimadas pela racionalidade intersubjetiva” (MENDONÇA; PEREIRA, 2011, p.11). A atitude de fornecer razões é entendida como a busca dos cidadãos em justificar os seus comportamentos e opiniões. A tabela 5 sintetiza o resultado da codificação

Tabela 5 – Mensagens com justificativas

MENSAGENS	JUSTIFICATIVAS	
	Sim (21)	Não (38)
T1: Opiniões acerca do assunto (13)	23,1% (3)	76,9% (10)
T2: Infocaixa: modelo (12)	66,7% (8)	33,3% (4)
T3: Uso do símbolo do PT na infocaixa (34)	29,4% (10)	70,6% (24)

FONTE: Histórico número 7 da página de discussão atinente ao verbete “Dilma Rousseff”

Os dados revelam que o tema 2 (T2) foi o que apresentou o maior índice de justificativas (66,7%), enquanto, o tema 1 (T1) e o tema 3 (T3) apresentaram percentuais menores de mensagens com justificativas. Apesar das mensagens apresentarem um nível menor de justificação, no tema 1 (T1) e no tema 3 (T2) foi possível observar um estímulo à argumentação dos participantes, como demonstram os seguintes trechos⁶³:

Tema 1: OPINIÕES ACERCA DO ASSUNTO.

Maddox: Vocês" quem? Que "ponto de vista" é esse? Ao que especificamente você está se referindo? **Hora:** 16h56min; **Data:** 02/11/2010.

Prowiki: Também não vi nada de parcial no trecho citado. Eduardo, poderia argumentar? **Hora:** 22h39min; **Data:** 02/11/2010.

Dornicke: Onde está a parcialidade desse trecho? Ele é meramente narrativo, bastante objetivo. **Hora:** 22h33min; **Data:** 02/11/2010.

Tema 3: USO DO SÍMBOLO DO PT NA INFOCAIXA.

Prowiki: Como RafaAzevedo não tem civilidade para discutir edições em artigos, inicio a discussão sobre a edição dele que removeu o símbolo do PT da infocaixa, que estava estável há várias semanas, e que agora ele cismou em tirar. Que for a favor ou contra, se manifeste e argumente. **Hora:** 18h48min; **Data:** 03/11/2010.

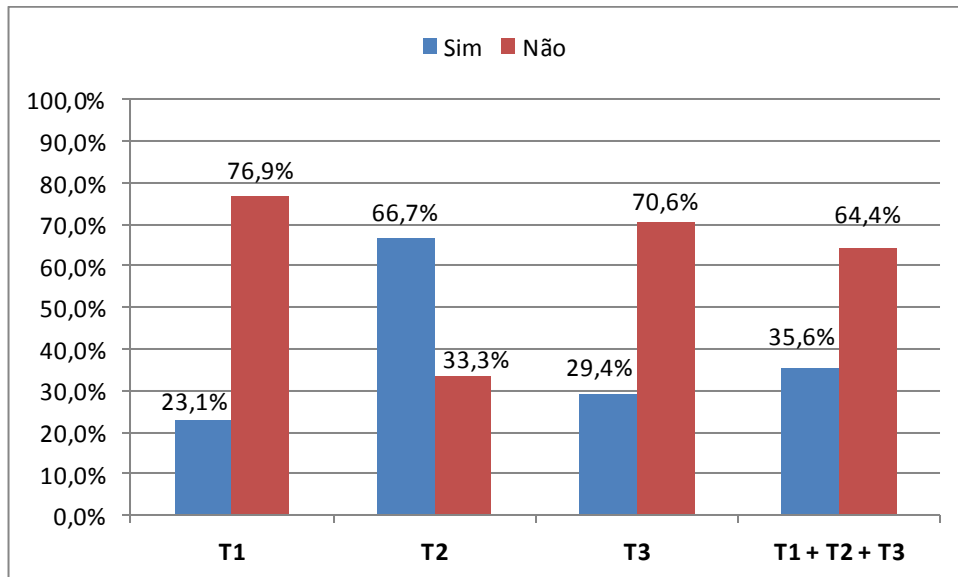
Maddox: Se você justificar porque esse símbolo, usado uma única vez, deve ser removido, Rafa, dá pra discutir o assunto. **Hora:** 18h52min; **Data:** 03/11/2010.

Prowiki: RafaAzevedo, argumente que é melhor. Vou ser mais direto: diga por que você quer tirar o símbolo do PT do artigo? Assim avançaremos na busca de uma solução. Tente ser civilizado. **Hora:** 18h54min; **Data:** 03/11/2010.

Quando se interpreta os dados analíticos atinentes aos três temas, visualiza-se a predominância de argumentos não seguidos de justificação (64,4%) contra 35,6% apresentado razões como demonstra o gráfico 3.

⁶³ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Discuss%C3%A3o:Dilma_Rousseff/Arquivo_7>. Acesso em: junho de 2011.

Gráfico 3 – Comparação entre os índices de justificativas por temas



FONTE: Histórico número 7 da página de discussão atinente ao verbete “Dilma Rousseff”

As normas de conduta da Wikipédia em língua portuguesa sugere que os wikipedistas justifiquem os motivos pelo qual as suas alterações no verbete são melhores que a dos outros participantes no canal discursivo dos verbetes. Todavia, o baixo índice de justificações verificado nas mensagens, dos três temas, (T1 + T2 + T3), acaba por revelar um resultado negativo do ponto de vista deliberativo.

Reflexividade

Nesse sentido, somente a troca de mensagens composta de diálogos justificados ainda não caracteriza que determinado embate discursivo foi bem sucedido tomando como referência a teoria aqui apresentada. De acordo com Dahlberg (2001 apud SAMPAIO; MAIA; MARQUES, F., 2010, p.456) quanto maior a presença dos princípios deliberativos melhor será o grau do debate, isto é, a qualidade das discussões nos ambientes *online*.

Sendo assim, as mensagens que contribuem positivamente para a discussão, como o

progresso e persuasão podem ser visualizados respectivamente nos seguintes mensagens:

Stuckkey: Biografia de pessoa viva: um antigo problema... é tarefa extremamente difícil e arriscada. Pessoas mudam ao longo de suas vidas, isso é normal. Mas ao narrarmos a vida de uma pessoa não podemos nos afastar muito das posições assumidas por essa pessoa. Óbvio que ao narrar posições políticas não se pode, nem se deve, sermos parciais. A idéia de biografia não é fazer crítica ou apologia da pessoa biografada. Creio que por ser a futura Presidente do Brasil devemos ter cautela maior. Discordo de biografar através de ponto de vista de partido de A ou B. Uma enciclopédia não um repositório aberto de pontos de vista de A até Z... A meu ver o artigo está bom. Saudações! Que bobagem vocês discutem. O artigo deve ser editado APENAS com informações fidedignas. É IMPOSSÍVEL não ser parcial. Por isso nada de colocar aqui teorias sem fundamentos. **Hora:** 12h07min; **Data:** 03/11/2010.

Beremiz: Concordo em que...: o modelo do editor Prowiki é melhor (sem demérito, por favor, para com o colega Kekoalmeida, que também apresentou ótimo trabalho); não se deve "poluir" a infocaixa com bandeiras infundas...é preferível a idéia do colega RafaAzevedo, expressa mais acima — "(...) textualmente faz muito mais sentido "Presidente do Brasil " do que "Presidente do Brasil"; **Hora:** 22h24min; **Data:** 04/11/2010.

Quanto às mensagens de radicalização pode-se exemplificar a partir daquelas manifestações negativas, as quais os usuários não estão abertos a outras possibilidades⁶⁴.

Prowiki: Stuckkey, admiro sua boa intenção, mas infelizmente eu já conheço muito bem o nível de determinados usuários em certos artigos sobre política. Além da patrulha ideológica de praxe, a intenção é amputar ao máximo melhorias nos artigos que deixem o layout mais agradável e interessante ao leitor. Nesse caso específico também é interessante para eles sabotar o texto do artigo já que está em votação de destaque. Para que depois votem contra dizendo que é instável sendo que eles mesmos o tornaram assim. Por isso eu nem me iludo mais promovendo melhorias neste artigo e já até votei contra a minha própria proposta de destaque. Este artigo está destinado ao fracasso pelos radicais políticos da Wikipédia. **Hora:** 20h22min; **Data:** 03/11/2010.

Prowiki: Eu não estou desrespeitando opinião. Eu estou contra-argumentando. Seu argumento é totalmente errado já que nenhum político pode ser filiado a mais de um partido ao mesmo tempo. E no campo "partido" só é colocado o partido atual. Ou seja, a sua insinuação de que poderia parecer "escola de samba" é totalmente sem sentido. E em "outras afiliações" simplesmente não se coloca o símbolo, pronto, resolvido. **Hora:** 19h34min; **Data:** 03/11/2010.

⁶⁴ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Discuss%C3%A3o:Dilma_Rousseff/Arquivo_7>. Acesso em: junho de 2011.

A tabela 6 resume os dados encontrados na análise.

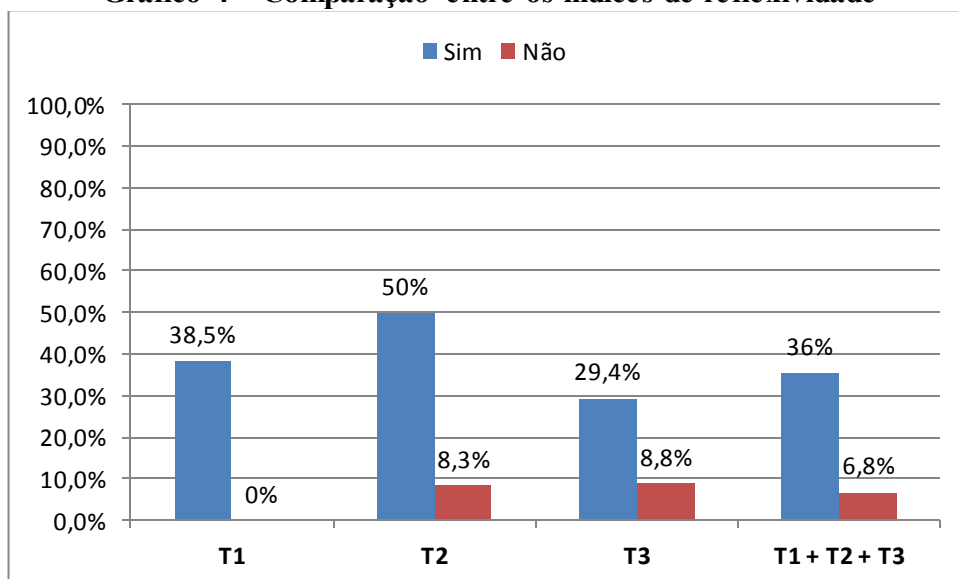
Tabela 6 – Mensagens com reflexividade

MENSAGENS	REFLEXIVIDADE		
	Sim (21)		Não (8)
	Persuasão	Progresso	Radicalização
T1: Opiniões acerca do assunto (13)	4(30,8%)	1(7,7%)	0 (0%)
T2: Infocaixa: Modelo (12)	2(16,7%)	4 (33,3%)	1 (8,3%)
T3: Uso do símbolo do PT na infocaixa (34)	5 (14,7%)	5 (14,7%)	3 (8,8%)
T1+ T2 + T3	11 (18,65%)	10 (16,95%)	4 (6,8%)

FONTE: Histórico número 7 da página de discussão atinente ao verbete “Dilma Rousseff”

As informações apontam para uma quantidade razoável de persuasão e de progresso nos três tópicos examinados. O maior índice de persuasão (30,8%) foi presenciado no tema 1 (T1). Todavia, quando são analisados os pontos positivos e negativos dos três temas de forma agregada, nota-se uma baixa percentual da reflexividade (36%) como demonstra o gráfico 4.

Gráfico 4 – Comparação entre os índices de reflexividade



FONTE: Histórico número 7 da página de discussão atinente ao verbete “Dilma Rousseff”

Ideal de role taking

Uma comprovação de estudiosos que se dedicam a entender as características dos fóruns de discussões é o fato que os usuários podem usar a impessoalidade propiciada pela internet para violar normas de etiquetas, provocando, insultando ou ofendendo os demais debatedores. Isto é, percebe-se a clara existência de situações discursivas que contam com mensagens rudes (ofensas, ironias, ataques pessoais) e incivis (racismo, ódio e ataques contra princípios democráticos) emitidas pelos participantes.

A civilidade presenciada nos debates *online* é importante para uma discussão mais efetiva. Desse modo, a análise aponta para a inexistência de mensagens desrespeitosas de maneira rude. Por outro lado, presenciaram-se mensagens incivis (ataques pessoais e ironias) como exemplifica respectivamente as seguintes mensagens⁶⁵:

RafaAzevedo: Quem não tem civilidade alguma é você, que se julga dono do artigo e reverte todas as edições de outros editores, para manter a "sua" infobox. **Hora:** 18h50min; **Data:** 03/11/2010.

Prowiki: Ok, agora sei que a sabotagem ganhou proporções internacionais. **Hora:** 20h51min; **Data:** 03/11/2010.

A tabela 7 sintetiza os resultados obtidos neste critério.

Tabela 7 – Mensagens com respeito

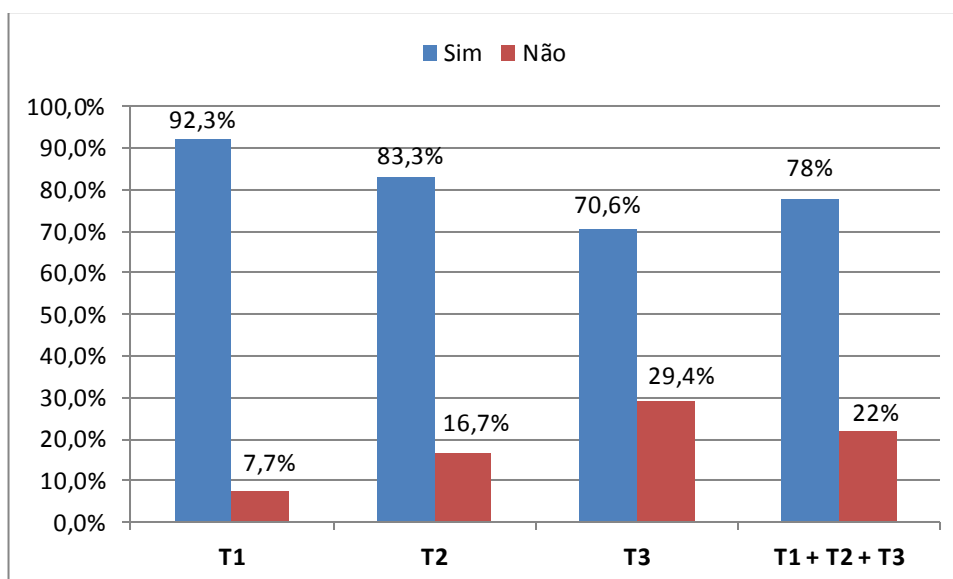
MENSAGENS	RESPEITO	
	Sim (21)	Não (38)
T1: Opiniões acerca do assunto (13)	92,3% (12)	7,7% (1)
T2: Infocaixa: modelo (12)	83,3% (10)	16,7% (2)
T3: Uso do símbolo do PT na infocaixa (34)	70,6% (24)	29,4% (10)

FONTE: Histórico número 7 da página de discussão atinente ao verbete “Dilma Rousseff”

⁶⁵ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Discuss%C3%A3o:Dilma_Rousseff/Arquivo_7>. Acesso em: junho de 2011.

Os dados revelam que a postagem do tema 3 (T3) foi o qual atingiu o percentual mais alto de incivildade (29,40)%, enquanto o tema 1 (T1) foi o que se destacou pelo respeito entre os seus participantes apresentando 92,3% das mensagens respeitosas. Quando se mensura as mensagens dos três temas a cifra das mensagens incivis descrese para 22% como demonstra o gráfico 5.

Gráfico 5 – Comparação entre os índices de respeito por temas



FONTE: Histórico número 7 da página de discussão atinente ao verbete “Dilma Rousseff”

No tema 3 (T3), com o maior nível de mensagens sem respeito, é possível visualizar uma enorme tensão entre os participantes como ilustra o seguinte debate⁶⁶:

Prowiki: Como RafaAzevedo não tem civilidade para discutir edições em artigos, inicio a discussão sobre a edição dele que removeu o símbolo do PT da infocaixa, que estava estável há várias semanas, e que agora ele cismou em tirar. Que for a favor ou contra, se manifeste e argumente. **Hora:** 18h48min; **Data:**03/11/2010.

RafaAzevedo: Quem não tem civilidade alguma é você, que se julga dono do artigo e reverte todas as edições de outros editores, para manter a "sua" infobox. **Hora:** 18h50min; **Data:** 03/11/2010.

Mister Sanderson: Parem com esta briga! Wikipedia:Não faça ataques pessoais e Wikipedia:Não acuse ninguém de ataque pessoal por acusar um ataque pessoal. Por favor, acalmem os ânimos, ignorem o que aconteceu até agora e comecem esta discussão de forma mais educada... Não importa se o outro tem "civilidade" ou se estão de "implicância"! Vamos discutir sobre manter ou não o símbolo, apenas isto,

⁶⁶ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Discuss%C3%A3o:Dilma_Rousseff/Arquivo_7>. Acesso em: junho de 2011.

ok? **Hora:** 20h43min; **Data:** 03/11/2010.

Prowiki: Mister Sanderson, se pensa que o causador da confusão RafaAzevedo irá levar a discussão para a predef... Pois... Acho melhor você mesmo iniciar as coisas por lá... Ele não tem o hábito de discutir nada. **Hora:** 21h39min; **Data:** 03/11/2010.

Mister Sanderson: Perceba que "o causador da confusão RafaAzevedo" e "Ele não tem o hábito de discutir nada" são frases que em nada ajudam na discussão sobre usar ou não o símbolo do partido, e estimulam o início de uma nova briga. Por favor, evite estas formas de escrita em tom acusatório, pela paz na wikipédia. Concordo com a remoção. Poluição visual apenas **Hora:** 21h45min; **Data:** 03/11/2010.

De acordo com os dados, embora, se apresente em um ambiente de constantes tensões discursivas os debates na Wikipédia em língua portuguesa prezam pela civilidade dos seus membros e colaboradores.

Inclusão e Igualdade discursiva

Como explanado anteriormente, o artigo “Dilma Rousseff” se encontrava protegido (somente os administradores podiam modificar o artigo) devido a uma série de vandalismos e a guerras de edições. A proteção da página somente foi revertida para o modo de semi-proteção (somente usuários registrados e com determinado número de edições podem editar) no início do mês de novembro de 2010.

Contudo, os usuários anônimos, cuja única identificação era o IP, não ficaram limitados a participar do canal de discussão do verbete. Nestes casos, o canal fica disponível a todos com o intuito de não excluir ninguém do processo de discussão atinente a pedidos e questionamentos das atitudes realizadas pela comunidade da Wikipédia como se observa nas seguintes mensagens⁶⁷:

Usuário anônimo: Gostaria de editar ali no início que o mandato dela começa em 1º de Janeiro de 2011, posso ser liberado ? está tudo bloqueado.

Teles: Caro(a) usuário(a), obrigado pelo seu interesse no projeto. A edição na página está momentaneamente suspensa por ter havido algumas edições incorretas e infelizmente não poderá editar o artigo agora. Note que a informação que quer inserir já existe no artigo. Se tiver alguma alteração que acredite que deve ser

⁶⁷ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Discuss%C3%A3o:Dilma_Rousseff/Arquivo_7>. Acesso em: junho de 2011.

inserida necessariamente agora, por favor, peça neste espaço. Obrigado pela compreensão. **Hora:** 02h01min; **Data:** 01/11/2010

Vigi-AP: Gostaria de propor o desbloqueio da página o mais rápido o possível para edições, mesmo de IP,s, devido a importância que a biografada ganhou com a vitória nas eleições - estamos agora com a biografia de um novo presidente da república! Qual a razão desse desbloqueio? Será assunto corrente, assunto "quente" que trará novos editores para a WP - o que é ótimo! Trará claro, muitos editores que ainda não são familiarizados com o projeto, o que tenderá a alguns erros, incorreções, etc - e por isso faço a convocação para que os que aqui editam frequentemente e são mais experientes, que façam a devida vigilância dessas novas edições, mas dando atenção e orientação aos novos editores que muito possivelmente comparecerão. Manter a página trancada talvez seja um desestímulo aos novatos. Claro que seria mais "cômodo" para os editores mais experientes, porém não creio ser essa a política do projeto. Deixem o povo se manifestar e aprender. **Hora:** 15h49min; **Data:**01/11/2010.

Embora, a proteção da página, possibilitasse a manifestação de usuários anônimos, não foi possível presenciar a participação deles nas discussões. Visto que a página do artigo atinente ao verbete “Dilma Rousseff” encontrava-se semi-protegido, possivelmente a situação desestimulou a participação dos usuários anônimos nos diálogos.

3.4.1 DISCUSSÃO ACERCA DA DELIBERAÇÃO *ONLINE* NO VERBETE ATINENTE À “DILMA ROUSSEFF”

A análise apresentada na seção anterior indica que as mensagens na página discursiva atinente à “Dilma Rousseff” são marcadas por um exercício comunicativo que apresenta alguns princípios deliberativos. No que concerne às trocas discursivas é possível observar um elevado número de mensagens respondidas. Isto demonstra efetivo engajamento dos usuários no projeto da enciclopédia.

Continuando a discussão dos aspectos deliberativos, os baixos índices de justificativas nas mensagens averiguadas, contrariam as políticas e normas da comunidade. Na página discursiva, nos casos de disparidades de pontos de vistas, as edições no artigo permanecem ou alteram-se quanto mais usuários concordam com as justificativas oferecidas por um usuário. Acredita-se que as normas e as regras da comunidade indiretamente sejam a base de apoio das decisões dos wikipedistas. E comumente ao invés de justificar os seus argumentos os usuários preferem realizar afirmações baseadas nas regras da comunidade.

Partindo para o aspecto condizente ao respeito entre os participantes, a partir das

mensagens observadas, a literatura acerca da deliberação *online* desaprova o *flaming*, contudo nos temas analisados, não foram encontradas mensagens desrespeitosas que incitassem o racismo, o ódio ou ataques contra princípios democráticos. Ainda, as mensagens incivis (ironias e ataques pessoais) mostraram-se baixas. Miola (2009b, p.14) acredita que as regras de moderação podem conter o desrespeito entre os participantes. Dessa forma, pressupõe-se que as regras, normas e princípios de sanção de bloqueio podem ter coagido o desvio de conduta dos participantes da Wikipédia em língua portuguesa.

Na mesma linha de raciocínio, no que diz respeito à continuidade das mensagens, não foi possível presenciar diálogos contínuos relativos a todos os dias da primeira semana nos três temas estudados. De acordo com Janssen e Kies (2005 apud SAMPAIO; MAIA; MARQUES, F., 2010, p. 463), “o problema de diversas pesquisas de fóruns online é que elas tendem a acreditar que a discussão se encontra única e exclusivamente na ferramenta analisada”.

Dessa forma, concorda-se com Janssen e Kies (2005) e acredita-se que algumas mensagens não foram postadas na página de discussão do verbete atinente à “Dilma Rousseff”, pois a enciclopédia dispõe de inúmeros canais de comunicação para proporcionar o diálogo entre os seus colaboradores. Isto é um usuário possui a possibilidade de debater um tema na página pessoal de outro usuário ou até mesmo participar de uma sala de bate papo do projeto. Além disso, a página discursiva é utilizada para encontrar soluções rápidas no que concerne a disparidades de pontos de vista dos wikipedistas. Isto é cada problema surgido necessita da criação de um novo tema.

Se por um lado as justificativas não se mostraram significativas, verificou-se a busca pelo respeito entre os wikipedistas. Fato comprovado pela ausência de pedidos de resolução de conflito nas mensagens analisadas. Isto porque quando o debate não chega a um acordo o embate possui a possibilidade de ser solucionado através dos métodos de resoluções de disputas. A edição dos usuários torna-se relevante a partir da apresentação de justificativas mais válidas para os debatedores. O usuário que recebe mais apoio dos debatedores tem o seu ponto de vista validado na edição de determinado artigo

Quanto à reflexividade, segundo Miola (2009b, p.17), “nas discussões online um fenômeno geralmente presenciado é a participação de usuários em comunidades com interesses e posições comuns, o que, em lugar de favorecer a deliberação, finda por reforçar ideias pré-concebidas” Todavia, analisando juntos os dados dos três temas, foi possível observar uma considerável quantidade de persuasão e progresso. Além disso, a radicalização apresentou-se baixa. Isto porque as tensões ocorridas na Wikipédia em língua portuguesa são

decorrentes de pensamentos distintos acerca do conhecimento e das fontes utilizadas nas edições dos artigos. Quando os usuários iniciam um debate, eles buscam expor, através de argumentos, os motivos pelos quais as suas atitudes são melhores do que a dos seus oponentes, como mostra o seguinte trecho⁶⁸:

Onjack: Independente disso, outros artigos não o tem, se quer colocar, consiga consenso, na marra você não fará nada aqui! **Hora:** 19h39min; **Data:** 03/11/2010.

Pode-se supor que a quantidade considerável de persuasão é fruto da concordância de alguns usuários em relação aos argumentos dos wikipedistas envolvidos nos embates. Na comunidade lusófona, uma proposta é considerada válida, isto é, vence a disputa, quando o usuário, através do seu argumento, consegue apoio de um número maior de editores envolvidos na deliberação.

Em relação à igualdade, os diálogos foram dominados por 11 participantes registrados. Dos participantes todos possuíam direito ao voto na comunidade e eram usuários engajados no projeto da Wikipédia em língua portuguesa. No primeiro e no segundo grupo tivemos a participação apenas de cinco usuários em cada discussão e no terceiro tópico sete usuários. De acordo com Graham e Witschge (2003) e Janssen e Kies (2005) um fenômeno comumente encontrado nas comunidades virtuais denomina-se *one-timer effect*. Conforme Graham e Witschge (2003) e Janssen e Kies (2005), tais atitudes estão relacionadas com as participações esporádicas, às vezes únicas, que prejudicam a continuidade e coerência do debate (MEDONÇA, PEREIRA, 2011). Além disso, segundo Jensen (2003 apud MAIA; MARQUES; SAMPAIO, 2010, p.460), “o fato das pessoas postarem apenas uma vez (*one-timer effect*) dificulta a complexificação do debate, principalmente para avaliarmos a discussão do ponto de vista de critérios como reciprocidade e reflexividade”.

Por fim, o maior percentual de mensagem de um mesmo participante no interior de um tema foi de 38,47%. O que explica o baixo número de participantes *one-timers* (usuários que enviam apenas uma mensagem). O dados dos três grupos revela que, dos 11 participantes, apenas 1 (9,09%) postou uma única mensagem. O número de mensagem *one-timer* apresenta-se baixo, nos três temas analisados da página de discussão atinente ao verbete “Dilma Rousseff”, todavia apenas dois usuários enviaram mensagens para os três temas analisado.

⁶⁸ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Discuss%C3%A3o:Dilma_Rousseff/Arquivo_7>. Acesso em: junho de 2011.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Wikipédia é um projeto enciclopédico que visa propagar o conhecimento da humanidade de forma colaborativa, apoiando-se na internet a partir das tecnologias digitais. Estudos recentes apontam que a alta qualidade da enciclopédia, gerenciada por cidadãos espalhados por toda parte do mundo, está se tornando largamente conhecida em comparação com a enciclopédia *Britannica*. Dessa maneira, a pesquisa buscou encontrar os pontos deliberativos fortes e fracos na Wikipédia em língua portuguesa com o intuito de entender as dificuldades enfrentadas pela democracia no ambiente *online*.

As decisões dos wikipedistas são baseadas nas leis, políticas e normas legitimadas através de ampla discussão e/ou votação. Isto é a comunidade preza inicialmente pelo consenso nas decisões do projeto, mas nos casos em que o entendimento através do diálogo não logra efeito, realizam-se votações. De acordo com as regras comunitárias, algumas escolhas dos wikipedistas necessitam de justificativas para terem o seu voto validado, como por exemplo, nas votações dos artigos em destaque.

Embora muitas pessoas pensem que o projeto é uma arena anárquica, sem leis e regras, o projeto tem suas normas e políticas bem definidas. A pesquisa comprovou que determinadas regras, norma e políticas da comunidade foram levadas a sério nos exemplos citados. Principalmente porque o verbete atinente à “Dilma Rousseff” no contexto pesquisado apresentava enorme importância para o projeto enciclopédico. Todavia, não foi possível comprovar se em alguns casos elas não são levadas em consideração pelo motivo de alguns wikipedistas possuírem mais privilégios que outros.

No projeto foi possível observar a necessidade do engajamento dos participantes assim como defende, a teoria democrática deliberacionista. Ao mesmo tempo em que mantém um modelo autorregulado baseado no merecimento. Isto é, os usuários, ampliam o seu direito de intervir nas decisões da comunidade, a partir da quantidade de contribuições. A atitude de conceder mais direitos a uns a partir do merecimento pode ser visto como um ponto negativo do ponto de vista democrático. Por outro lado, a atitude dos colaboradores é essencial para a manutenção do projeto.

Segundo Dryzek (2007 apud SAMPAIO; MAIA; MARQUES, F., 2010, p.473) “a deliberação possuem várias tarefas, mas não necessita cumprir todas simultaneamente. Logo, dificilmente haverá exemplos de deliberações que apresentam, integralmente, os índices de

deliberatividade ao máximo”.

Nestes termos, o trabalho teve como objetivo principal examinar os pontos fortes e os pontos fracos da discussão política na Wikipédia em língua portuguesa. Isto é procurou refletir acerca das potencialidades e desafios de um projeto colaborativo *online*, a partir da perspectiva deliberacionista de democracia. A análise foi engendrada a partir da grade analítica proposta por Dahlberg (2001) inspirados em autores que criticaram e reformularam as propostas de pesquisadores da literatura anglo-saxã (Miola, 2009, Sampaio; Maia; F. Marques, 2010, Mendonça e Pereira, 2011). Tal grade foi composta por quatro categorias primordiais: *tematização e crítica racional, reflexividade, ideal role taking, inclusão e igualdade discursiva*. Para concretizar a pesquisa, valeu-se da página de discussão atinente à “Dilma Rousseff” elegendo o contexto situado nos primeiros dias após o resultado das eleições do segundo turno para presidente.

Os principais achados na categoria relativa à tematização e crítica racional são relativos às respostas aos outros participantes ou referência ao tema e a justificação dos argumentos. Desse modo, verificou-se que quase todas as mensagens eram respondidas ou faziam alusão ao tema. Portanto, tal comportamento condiz com um efetivo engajamento dos participantes na comunidade da Wikipédia em língua portuguesa. No que se refere ao provimento de razões, constatou-se que a maior parte das mensagens não provia justificativas para as opiniões expressas. Acredita-se que os usuários preferem afirmar as normas e políticas da comunidade ao invés de justificar os seus argumentos.

A categoria de reflexividade ofereceu dados que comprovam uma considerável quantidade de persuasão e progresso e um baixo índice de radicalização entre os participantes. O que não confirma a participação de usuários com interesses e posições comuns. Isto porque, no momento em que os usuários iniciam um diálogo, eles buscam expor, através de justificativas, os motivos pelos quais as suas atitudes possuem mais valor do que a dos seus oponentes.

Partindo para o aspecto condizente ao ideal role taking não se observou incivilidade (racismo, ódio e ataques contra princípios democráticos) entre os participantes. No que se refere à conduta rude presenciou-se ínfimos comportamentos que direcionavam ironias ou ofensas pessoais. Julga-se que as regras, normas e princípios de sanção de bloqueio minimizou o desvio de conduta dos participantes da Wikipédia em língua portuguesa. Quanto à continuidade das mensagens, não foi possível presenciar diálogos contínuos relativos a todos os dias nos três temas selecionados. Isto porque o canal discursivo é utilizado para sanar as disparidades de modo expedito.

No tocante à inclusão e igualdade discursiva verificou-se que poucos usuários participaram do debate. O que não corrobora a existência de uma participação esporádica dos usuários no projeto enciclopédico e, portanto visualiza-se efetivo engajamento dos wikipedistas. Além disso, as mensagens não foram dominadas por um número pequeno de participantes.

Por conseguinte, acredita-se que o objetivo proposto no trabalho foi concluído com êxito. Todavia, visando um direcionamento mais voltado para debates de temas políticos sugerem-se estudos acerca do uso da tecnologia *wiki* a partir das instituições do Estado. Trata-se de analisar distintas arenas, com a finalidade de contribuir para o fortalecimento da democracia e para a expansão do debate público em torno de propostas voltadas a reger a existência coletiva.

Por fim, se os ideais de deliberação pública online não podem resolver todos os estorvos políticos da sociedade, eles podem ser arquitetados para cumprir o seu papel democrático. Nesse sentido, a Wikipédia cumpre o seu papel social e político a partir do choque público entre colaboradores com o propósito de perpetuar o conhecimento a toda humanidade.

REFERÊNCIAS

BENHABIB, Seyla. Rumo a um modelo deliberativo de legitimidade democrática. In: MARQUES, A. C. S. (Org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 109-141.

BOHMAN, James. O que é a deliberação pública? Uma abordagem dialógica. In: MARQUES, A. C. S. (Org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 31-84.

CAMPOS, A. **Conflitos na colaboração: um estudo das tensões em processos de escrita coletiva na web 2.0**. 2009. 191 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/16928>>. Acesso em: abr. 2011.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 1999.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

COHEN, J. Deliberação e legitimidade democrática. In: MARQUES, A. C. S. (Org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 85-108.

DAHLBERG, L. The internet and democratic discourse: exploring the prospects of online deliberative forums extending the public sphere. **Information, Communication & Society**, London: Routledge, v. 4, n. 4, p. 615-633, 2001. Disponível em: <http://rcirib.ir/articles/pdfs/cd1%5CIngenta_Sage_Articles_on_194_225_11_89/Ingenta918.pdf>. Acesso em: maio de 2011.

D'ANDRÉA, C. Enciclopédias na web 2.0: colaboração e moderação na Wikipédia e Britannica Online. **Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 73-88, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/9147>>. Acesso em: abr. 2011.

ESTEVES, João. Novos *media* e deliberação: sobre redes, tecnologia, informação e comunicação. **IC – Revista Científica de Información y Comunicación**, Lisboa, p. 171-191, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.ic-journal.org/data/downloads/1292342398-31pissarrabaja.pdf>>. Acesso em: fev. 2011

EZEQUIEL, V. Crítica da interação mediada por computador. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa–MG, v. 9, n. 2, p. 265-277, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vo19/artigo8vo19-2.pdf>>. Acesso em: maio 2011.

FARIA, C. Democracia Deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman. **Lua Nova**, n. 49, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n50/a04n50.pdf>>. Acesso em: abr. 2011.

GASPARINI, et al. Colaboração e cooperação: pertinência, concorrência ou complementaridade. **Revista Produção**, Florianópolis, v. 7, n. 3, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.producaoonline.org.br/index.php/rpo/article/view/68>>. Acesso em: mar. 2011.

GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, n. 27, p. 58-78, ago. 2005a. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/issue/view/271/showToc>>. Acesso em: jan. 2011.

GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteira**, Porto Alegre, v. 7, n. 3, p. 214-222, set./dez. 2005b. Disponível em: <<http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/fronteiras/article/view/3120/2930>>. Acesso em: fev. 2011.

GUTMANN, A.; THOMPSON, D. Democracia deliberativa para além do processo. In: MARQUES, A. C. S. (Org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 177-206.

JOHNSON, T. S. P. **Nos bastidores da Wikipédia lusófona: percalços e conquistas de um projeto de escrita coletiva on-line**. 2009. 273 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAFI-82TFQJ>>. Acesso em: out. 2010.

LEMOS, A. Cibercultura: alguns pontos para compreender a nossa época. CUNHA, Paulo (org.). **Olhares sobre a Cibercultura**. Sulina, Porto Alegre, p. 11-23, 2003. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemos/cibercultura.pdf>>. Acesso em: maio de 2011.

LEMOS, A. **Nova esfera Conversacional**. In: Dimas A. Künsch, D.A, da Silveira, S.A., et al, **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro: Ed. E-Papers, 2009. Disponível em: <<http://www.andrelemos.info/artigos/NovaEsferaConversacional.pdf>> Acesso em: fev. 2011.

LEMOS, A.; LÉVY, P. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia.** 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, Pierre. **A Inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Loyola, 1998.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** 1ª Ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

LUCASSEN, T.; SCHRAAGEN, J. M. Evaluating WikiTrust: a trust support tool for Wikipedia. *First Monday*, v. 16, n. 5, May. 2011. Disponível em: <<http://firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/viewArticle/3070/2952>>. Acesso em: maio de 2011.

LYCARIÃO, D.; SAMPAIO, R. Sociedade civil *online*: diferentes usos da internet para fomentar a participação política. **Revista de Estudos da Comunicação**, Curitiba, v. 11, n. 25, p. 97-106, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/COMUNICACAO?dd1=264>>. Acesso em: fev. 2011.

MAIA, R. C. M. **Democracia e a internet como esfera pública virtual:** aproximando as condições do discurso e da deliberação, 2001. Congresso Internacional Internet, Democracia e Bens públicos - FAFICH/UFMG – nov. 2000. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/fac/comunicacaoopolitica/Rousiley2001.pdf>>. Acesso em: jan. 2011.

MANSBRIDGE, Jane. A conversação cotidiana no sistema deliberativo. In: MARQUES, A. C. S. (Org.). **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p.207-237.

MARQUES, A. C. S. As intersecções entre o processo comunicativo e a deliberação pública. In: MARQUES, A. C. S. (Org.) **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 13-28.

MARQUES, A. C. S. **A deliberação online como uma das dimensões políticas da comunicação mediada por computador:** reflexões teórico-metodológicas. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Caxias do Sul, set. 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-3056-1.pdf>>. Acesso em: mar. 2011.

MARQUES, F. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 164-187, abr./maio 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v12n1/29402.pdf>> Acesso em jun. 2011.

MARQUES, F. Internet e oportunidades de participação política: um exame dos websites de senadores brasileiros e norte-americanos. **Revista Fronteira: Estudos Midiáticos**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 155-166, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/fronteiras/article/view/6070/5533>>. Acesso em: fev. 2011.

MARQUES, F. **Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro**. 2008. 498 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <<http://poscom.tempsite.ws/wp-content/uploads/2011/03/Francisco-Paulo-Jamil-Almeida-Marques.pdf>>. Acesso em: abr. 2011.

MARQUES, F. Democracia Deliberativa: origens, tensões e conceitos fundamentais. **CAMBIASSU: Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão**, São Luís, ano 19, n. 6, Jan./Jun. 2010. Disponível em: <http://www.cambiassu.ufma.br/cambi_2010/jamil.pdf>. Acesso em: mar. 2011.

MARQUES, F.; MIOLA, E. Internet e Parlamento: um estudo dos mecanismos de participação oferecidos pelo Poder Legislativo através de ferramentas online. **E-Compós: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, v.9, 2007. Disponível em: <http://www.compos.org.br/files/07ecompos09_Jamil_Miola.pdf>. Acesso em: maio de 2011.

MARQUES, F.; MIOLA, E. Deliberação mediada: uma topologia das funções dos *media* para a formação do debate público. **Estudos em Comunicação**, n. 7, v. 1, p. 1-28, maio 2010. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/07/pdf/marques-miola-deliberacao.pdf>> Acesso em: mar. 2011.

MEDONÇA, R. F; PEREIRA, M. A. **Democracia digital e deliberação online: um estudo de caso sobre o *VotenaWeb***. IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR, Belo Horizonte, maio 2011. Disponível em: <http://www.waporbh.ufmg.br/papers/Ricardo_Fabrizio_Mendonca_1.pdf>. Acesso em: maio 2011.

MIOLA, E. **Retomando alguns conceitos-chave para o entendimento da deliberação pública como processo comunicativo**. In: Encontro dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação de Minas Gerais - ECOMIG, 2009, Belo Horizonte. Encontro dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação de Minas Gerais - ECOMIG. Belo Horizonte - MG : UFMG, PUCMinas, UFJF, p. 1-13, set. 2009a. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/ecomig/wp-content/uploads/2009/09/GT2_Edna_Miola.pdf>. Acesso em: maio de 2011.

MIOLA, E. A deliberação online em ambientes institucionais: um estudo do fórum de discussão do Portal da Câmara dos Deputados. **Contemporanea: Revista de Comunicação e Cultura**, Salvador, v. 7, n. 2, dez. 2009b. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3640/2871>>. Acesso em: abr. de 2011.

PRIMO, A. Conflito e cooperação em interações mediadas por computador. **Contemporanea: Revista de Comunicação e Cultura**, v. 3, n. 1, p. 38-74, jun. 2005. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/conflito.pdf>>. Acesso em: mar. 2011.

PRIMO, A. **O aspecto relacional das interações na Web 2.0**. E- Compós (Brasília), v. 9, p. 1-21, 2007. Disponível em:< <http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/web2.pdf>> Acesso em: abr. 2011.

PRIMO, A. **Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição**. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PRIMO, A.; RECUERO, R. Hipertexto cooperativo: uma análise da escrita coletiva a partir dos blogs e da Wikipédia. **Revista da FAMECOS**, n. 23, p. 54-63, dez. 2003. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/hipertexto_cooperativo.pdf>. Acesso em: maio 2011.

PRIMO, A.; RECUERO, R. **A terceira geração da hipertextualidade: cooperação e conflito na escrita coletiva de hipertextos com links multidirecionais**. Libero (FACASPER), v.9, p. 83-93, 2006. Disponível em: http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/links_multi.pdf. Acesso em: mar. 2011.

RECUERO, R. **Comunidades virtuais: uma abordagem teórica**. Trabalho apresentado no V Seminário Internacional de Comunicação, no GT de Comunicação e Tecnologia das Mídias, promovido pela PUC/RS, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/recuero-raquel-comunidades-virtuais.pdf>>. Acesso em: maio 2011.

RECUERO, R. **Redes sociais no ciberespaço: uma proposta de estudo**. Trabalho apresentado ao NP-08 - Núcleo de Estudo de Tecnologias Informacionais da Comunicação do XXVIII INTERCOM, na ECO-UERJ, Rio de Janeiro, set. 2005. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0096-1.pdf>>. Acesso em: maio 2011.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. 1ª ed. Porto Alegre: Sulinas, 2009.

SAMPAIO, R.; MAIA, R.; MARQUES, F. Participação e deliberação na internet: um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, nov. 2010. Disponível em: <<http://homolog.scielo.br/pdf/op/v16n2/a07v16n2.pdf>>. Acesso em: mar. 2011.

SILVEIRA, S. A. Convergência digital, diversidade cultural e esfera pública. In: PRETTO, N. L.; SILVEIRA, S. A. **Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder**. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em:<<http://rn.softwarelivre.org/alemdasredes/wp-content/uploads/2008/08/livroalemdasredes.pdf>>. Acesso em: fev. 2011.

WIKIMEDIA Foundation. **Annual report 2009-2010**. Disponível em: <http://wikimediafoundation.org/wiki/Annual_Report>. Acesso em: maio 2011.